

JEFFERSON LOPES CARDOSO

**PRINCÍPIOS DE ANÁLISE ENUNCIATIVA
NA CLÍNICA DOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM**

**PORTO ALEGRE
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS**

**PRINCÍPIOS DE ANÁLISE ENUNCIATIVA
NA CLÍNICA DOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM**

JEFFERSON LOPES CARDOSO

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

Tese de Doutorado em (TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO), apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2010**

“Quanto mais palavras conhecemos, mais capacidade temos de expressar nossos sentimentos (.....) se o leitor voltasse no tempo, aos grandes poetas e cronistas, veria que a língua não é somente um instrumento da comunicação. Ela é uma fonte de maravilhas inesgotável”.

José Saramago

À pessoa mais importante da minha vida:

Vinícius

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial ao professor Valdir, cujos ensinamentos ultrapassam o campo do teórico. Além de ser o meu principal interlocutor, é minha referência na prática da docência e da pesquisa. Obrigado pelos ensinamentos, pela confiança, pelo incentivo, e por possibilitar que este momento seja tão especial. – Mais uma vez, tive o privilégio de estar sob a sua orientação!

À minha família, em especial aos meus pais: Vilson e Diná. A cada dia que redescubro a felicidade de estar com o meu filho, entendo, um pouco melhor, o que eles representam na minha vida.

Às professoras Carmem Luci da Costa Silva e Luiza Milano Surreaux, pelas sugestões e apontamentos decisivos na qualificação deste trabalho.

Aos amigos e colegas de grupo de pesquisa: João, Fabiana, Paula, Fábio, Luiza, Carmem, Valdir, Bete, Tanara. O diálogo com vocês durante todos esses anos se reflete muito nesta pesquisa. É um prazer fazer parte desse grupo tão dedicado e competente, que mostra que a interdisciplina é um exercício de estudo e de companherismo.

Às professoras que integram a banca examinadora deste trabalho: Luiza Milano Surreaux; Marlene Teixeira; Ana Paula Ramos Souza. Por aceitarem debater comigo as questões formuladas nesta tese.

RESUMO

Esta tese tem como tema a *análise de linguagem dos distúrbios de linguagem na clínica*. A proposta do referido tema se origina da interlocução entre os campos da fonoaudiologia e da teoria da enunciação de Émile Benveniste. Através do diálogo entre esses dois campos busca-se levar a cabo o objetivo principal da pesquisa, que é descrito nos seguintes termos: elaborar princípios de análise de linguagem que subsidiem o fonoaudiólogo em sua atuação na *clínica dos distúrbios de linguagem*

A partir desse objetivo, discute-se o problema, geralmente observado no campo da fonoaudiologia, da ausência de uma reflexão sobre o que vem a ser *linguagem* no sintagma *distúrbio de linguagem*. Esse problema, traz conseqüências em relação à instância clínica, seja no que se refere à análise de linguagem, seja no tocante ao tratamento dos casos de distúrbio de linguagem. Com isso se argumenta em prol de uma concepção de linguagem própria a uma *clínica* que se ocupa do *distúrbio de linguagem*.

É assim que, com base na teoria da enunciação de Benveniste, propõe-se uma noção de linguagem que permite a elaboração dos princípios de análise enunciativa para a clínica dos distúrbios de linguagem. Os princípios elaborados resultam em uma análise de linguagem que, por considerar a repetibilidade do sistema da língua e a singularidade da fala do falante, pode subsidiar a intervenção do fonoaudiólogo na *clínica dos distúrbios de linguagem*.

ABSTRACT

This thesis has the analysis of language in *language disorders in clinical contexts* as theme. The proposal of such theme originates in the interlocution between the fields of speech therapy and Émile Benveniste's enunciative theory. Through the dialogue between these two fields we aim at pursuing the main objective of this research, described in the following terms: elaborating principles for analyzing language so as to subsidize the speech therapist in his performance in the clinical context of language disorders.

From this objective, we discuss the problem of lack of reflection on what language means in the syntagm language disorder, problem which is frequently seen in the field of speech therapy. This problem generates consequences in relation to the clinical instance, either in what refers to language analysis or in what concerns the treatment of cases of language disorder. Bearing this in mind, we argument in favor of a conception of language that is proper to the clinic dealing with language disorder.

It is based on the enunciative theory developed by Émile Benveniste that we propose a notion of language that allows the elaboration of principles for an enunciative analysis to the clinic dealing with language disorders. The principles elaborated here are the result of the analysis of language that, by considering the repeatability of the language system and the singularity of the speaker's speech, can subsidize the intervention of the speech therapist in clinical contexts of language disorders.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. Linguagem e distúrbios de linguagem	14
1.1. A clínica dos distúrbios de linguagem.....	15
1.2. A linguagem na clínica dos distúrbios de linguagem.....	22
1.3. O estudo dos distúrbios de linguagem no campo da linguística da enunciação.....	28
2. A enunciação e os distúrbios de linguagem	36
2.1. Aspectos de uma concepção enunciativa de linguagem	38
2.1.1. A intersubjetividade na linguagem	38
2.1.2. Os níveis da análise linguística	44
2.1.3. A forma e o sentido na linguagem.....	48
2.2. A enunciação e a clínica dos distúrbios de linguagem	54
3. Princípios de análise enunciativa na clínica dos distúrbios de linguagem	64
3.1. As relações de intersubjetividade na clínica.....	65
3.2 Os níveis da língua na análise dos distúrbios de linguagem.....	73
3.3 Sobre a forma e o sentido na clínica dos distúrbios de linguagem.....	79
4 Implicações dos princípios de análise enunciativa na clínica dos distúrbios de linguagem	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
BIBLIOGRAFIA	98

INTRODUÇÃO

Iniciamos este trabalho explicitando a sua origem. E, talvez, não haja forma melhor de falar do ponto que originou uma pesquisa do que através de seu tema. Assim, o tema que será desenvolvido nestas páginas é: *a análise de linguagem dos distúrbios de linguagem na clínica*.

Tal como o formulamos, duas práticas distintas, embora complementares, dele podem ser depreendidas. Explicamos: se, por um lado, segmentamos o tema, percebemos que os termos *distúrbios de linguagem* e *clínica* deixam transparecer uma prática - a clínica¹; por outro lado, se isolamos as palavras *análise* e *linguagem*, podemos sugerir que elas remetem a outra prática - a de pesquisa.

Com isso, queremos dizer que as questões mobilizadas nesta tese se originam do cruzamento de duas práticas: uma essencialmente clínica – a de fonoaudiólogo – e outra basicamente teórica - a de pesquisador. Ambas estão relacionadas ao ponto de origem do qual falamos no parágrafo inicial.

Dessa forma, adiantamos que as questões debatidas aqui se originam no interior de um campo – o da fonoaudiologia – e, ao mesmo tempo, são reflexões produzidas a partir de pressupostos teóricos de uma prática de pesquisa. E, quando evocamos a Fonoaudiologia na sua dimensão de campo do saber – portanto, condizente com uma práxis, no sentido que se define pelo exercício de uma teoria – sabemos que isso não pode ser feito sem que se discorra sobre sua natureza prático-teórica, o que Foucault chamaria, em *O Nascimento da Clínica*, de *a modéstia e o cuidado com que permite que as coisas silenciosamente se apresentem ao olhar*.

Passemos, pois, ao que se *dá ao olhar* na clínica fonoaudiológica, falemos dos *distúrbios de linguagem*.

Ao abordarmos o *distúrbio de linguagem* uma das primeiras perguntas que se impõe é: o que é *distúrbio de linguagem*? Para essa pergunta, na área da fonoaudiologia, podemos encontrar inúmeras respostas, como por exemplo: “é um distúrbio da comunicação causado

¹ O termo *clínica* é aqui empregado no sentido de “ato de clinicar”. Neste estudo, devido à especificidade da fonoaudiologia, *clínica* significa um “fazer”, ou ainda, usando uma expressão de Trois (2008): “um saber-fazer-com-a-linguagem”.

por limitações cognitivas, sensoriais ou sócio-emocionais”; “são alterações de linguagem que abrangem *déficits* gnosopráticos e linguísticos”; “são perturbações de ordem articulatória e/ou fonológica observadas no nível da palavra”; etc. Chegamos, assim, a uma primeira hipótese: o *distúrbio de linguagem* não é, tanto no que se refere ao seu conceito, como no tocante ao sistema de nomeação empregado, um tema abordado de forma homogênea na fonoaudiologia.

Essa hipótese remete a outra, em nossa opinião anterior e, por isso, com potencial explicativo em relação à primeira: não há matéria consensual sobre o que vem a ser linguagem na fonoaudiologia. Os conceitos de linguagem que circulam no campo são diversos, e, em muitas das vezes, incorporados de outras áreas sem um debate de caráter disciplinar. Logo, a primeira pergunta, “o que é distúrbio de linguagem?”, está na dependência de uma segunda: “o que é linguagem no distúrbio de linguagem?”. A partir dessas questões, acreditamos, parece haver pouca reflexão sobre o que vem a ser linguagem no sintagma *distúrbio de linguagem*.

O destaque que damos em relação ao arcabouço conceitual que envolve os *distúrbios de linguagem* tem uma justificativa, qual seja: uma concepção de linguagem e, por conseguinte, de *distúrbio de linguagem*, determina uma abordagem clínica. Com isso, saímos de um plano caracteristicamente teórico, no tratamento do *distúrbio de linguagem*, e passamos ao âmbito clínico.

Para falar em abordagem clínica, sem cairmos em simplismos, teríamos que nos reportar a uma série de noções conceituais que encontram espaço, neste trabalho, apenas circunstancialmente. Isso não nos impede, porém, de circunscrever que o que nos interessa, mais especificamente, em relação à abordagem clínica, são as instâncias - avaliação; diagnóstico; tratamento - que estão em jogo no atendimento fonoaudiológico.

Ora, mesmo que tenhamos clareza de que essas instâncias não podem ser consideradas de maneira estanque na clínica, a elas recorreremos por dois motivos: o primeiro se deve ao fato de essa divisão ser, histórica e habitualmente, efetivada na práxis fonoaudiológica; o segundo está relacionado ao nosso tema de pesquisa – *a análise de linguagem dos distúrbios de linguagem na clínica* – uma vez que o termo *análise*, normalmente, está associado aos aspectos que envolvem a *avaliação*.

A análise de linguagem, no campo da fonoaudiologia, tem particularidades relacionadas ao problema de conceituação que mencionamos acima. Entre essas particularidades destacamos que a “avaliação de linguagem” – realizada pelo fonoaudiólogo através de testes avaliativos ou de outros procedimentos² - tem como parâmetro de análise, via de regra³, somente os níveis linguísticos (fonológico, morfológico, lexical, sintático, semântico). Assim, as alterações de linguagem apresentadas pelo paciente⁴ são descritas, ou categorizadas, com base no nível, ou níveis, em que são identificadas. Nesses casos, a avaliação poderia ser mais apropriadamente chamada de “linguística” do que “de linguagem”. Outra particularidade, que se observa nesse tipo de avaliação, é que a análise de linguagem se caracteriza por uma avaliação cujo foco está no “produto linguístico”, coletado a partir dos enunciados do paciente. Ou seja, nessa perspectiva, o falante e a sua fala não são correlacionados ao que é da ordem do linguístico.

Conclui-se, assim, que o falante e a fala⁵ - com todos os componentes que a integram – não são considerados na análise, pelo menos não no que está sobre o rótulo de “avaliação de linguagem”.

Ao discutirmos a questão da análise de linguagem, entendemos que ela não se restringe à avaliação. Como dissemos antes, se, inicialmente, empregamos o termo análise para referirmos a “avaliação de linguagem”, foi somente por essa associação ser comum na clínica fonoaudiológica. Para nós, a análise de linguagem tem implicações na esfera da intervenção. Com esse entendimento, formulamos a hipótese de que a atuação do fonoaudiólogo, na *clínica dos distúrbios de linguagem*, precisa ser subsidiada por uma análise de linguagem que articule língua, fala, e falante. Vista por esse ângulo, a análise de linguagem tem o papel, diríamos

² Consideram-se aqui as outras formas de avaliação que não apresentam uma padronização nos mesmos moldes dos testes. Essas formas de avaliação recebem diferentes designações como: “avaliação observacional”; “observação comportamental”, etc. Não nos deteremos em detalhar as diversas propostas de avaliação de linguagem no campo da fonoaudiologia, pois, se assim o fizéssemos, fugiríamos ao objetivo da discussão empreendida neste momento.

³ Com isso não estamos desconsiderando outras propostas de avaliação, formalizadas ou não, que incluem aspectos como: intenções comunicativas do paciente, interações entre paciente e terapeuta, trocas dialógicas, etc. Estamos a falar sempre do que é comumente observado na instância clínica fonoaudiológica.

⁴ É comum a utilização do termo “paciente” no âmbito clínico. Por isso, sempre que o empregarmos será, exclusivamente, com o significado de “sujeito em tratamento”.

⁵ A noção de fala, assim com a de linguagem, também não é um consenso na fonoaudiologia. Em algumas abordagens, face às diferentes conceituações existentes no campo, há uma distinção entre “avaliação de linguagem” e “avaliação de fala”. No trabalho de Cardoso (2002) são analisadas algumas das concepções de fala que circulam na área da fonoaudiologia. Entre elas podemos citar a que define a fala como “um processo de codificação e de articulação, que resulta na produção de segmentos audíveis e ordenados”. Nesta tese, em termos gerais, a palavra fala será empregada na acepção de “uso da língua pelo falante”, incluindo-se nesse uso todos os elementos que integram a sua produção, como aspectos articulatórios, fonéticos, de fluência, etc.

fundamental, de subsidiar, e, portanto, de nortear a intervenção clínica nos casos de distúrbio de linguagem.

Em função disso, a questão que norteia esta pesquisa é: *como proceder a uma análise de linguagem, condizente com o campo dos distúrbios de linguagem, que leve em conta, simultaneamente, a repetibilidade do sistema da língua e a singularidade da fala do falante?*

Partindo das questões discutidas acima e da questão que as norteiam, o objetivo principal desta tese é elaborar princípios de análise de linguagem que subsidiem o fonoaudiólogo em sua atuação na *clínica dos distúrbios de linguagem*. No entanto, para levarmos a cabo esse objetivo é necessária uma concepção de linguagem que contemple a relação entre língua-fala-falante. É devido essa necessidade que buscamos uma interlocução com o campo da Linguística da Enunciação, mais especificamente com a teoria enunciativa de Émile Benveniste. Nota-se, dessa forma, que o objetivo principal do nosso estudo depende deste outro, que é desenvolver, com base na teoria da enunciação de Benveniste, uma concepção de linguagem que articule língua-fala-falante na análise de casos de distúrbio de linguagem.

Face aos objetivos propostos, traçamos um percurso de leitura que, em síntese, tem o seu início com a discussão de problemas referentes ao campo da fonoaudiologia, prossegue com a fundamentação teórica da pesquisa e termina com os desdobramentos que resultam da articulação entre o campo dos distúrbios de linguagem e a teoria da enunciação. Agora, deste ponto em diante, nos ocuparemos, mais detalhadamente, em balizar o leitor com relação ao itinerário construído para a leitura da tese.

O primeiro capítulo é desenvolvido com o intuito de propor um início de interlocução entre a *clínica dos distúrbios de linguagem* e a Linguística da Enunciação. O capítulo é dividido em três partes. Na primeira parte (cf. 1.1) discutimos o problema da conceituação dos distúrbios de linguagem no campo da fonoaudiologia. Essa discussão, que aponta para uma heterogeneidade em relação ao tratamento do tema “alterações de linguagem” no terreno da fonoaudiologia, tem o objetivo de situar conceitualmente o que entendemos por *clínica dos distúrbios de linguagem*. Na segunda parte (cf. 1.2), o debate gira em torno das diferentes noções de linguagem que circulam no meio fonoaudiológico. As questões levantadas nesse item visam fornecer argumentos em prol de uma concepção de linguagem própria a uma *clínica* que se ocupa do *distúrbio de linguagem*. Na terceira parte (cf. 1.3), são apresentadas as

principais idéias de diferentes trabalhos que, assim como o nosso, têm a particularidade de serem constituídos por um diálogo entre o campo dos distúrbios de linguagem e a Linguística da Enunciação. A justificativa da apresentação dos referidos trabalhos está na consonância que têm algumas das suas reflexões, em relação a nossa pesquisa.

O segundo capítulo da pesquisa mostra um avanço na proposta de interlocução entre a *clínica dos distúrbios de linguagem* e a Linguística da Enunciação. Além dessa interlocução, o objetivo desse capítulo é o de construir uma noção de linguagem que sustente os princípios de análise de linguagem que propomos para a *clínica dos distúrbios de linguagem*. Nesse sentido, o capítulo é apresentado em duas partes. A primeira parte (cf. 2.1) define o percurso singular que adotamos para abordar a teoria da enunciação de Émile Benveniste. Discute-se, nesse percurso, os elementos que concorrem para a natureza intersubjetiva da linguagem (cf. 2.1.1); a noção de nível de análise linguística em Benveniste (2.1.2); as relações entre a *forma* e o *sentido* a partir do funcionamento da língua (cf. 2.1.3). Na segunda parte (cf. 2.2) justificamos e aprofundamos, com base no conceito de *aparelho formal da enunciação*, o diálogo entre a teoria da enunciação de Benveniste e a *clínica dos distúrbios de linguagem*.

O terceiro capítulo traz os deslocamentos provocados pela interface da teoria enunciativa de Benveniste e a *clínica dos distúrbios de linguagem*. Nessa parte são formulados os princípios de análise enunciativa a serem considerados no atendimento de casos de distúrbios de linguagem. O capítulo se divide da seguinte forma: 3.1) trata da especificidade das relações de intersubjetividade em situação de clínica; 3.2) apresenta uma reflexão sobre a análise dos níveis da língua nos *distúrbios de linguagem*; 3.3) aborda a especificidade da relação forma/sentido como parâmetro de análise nos casos de *distúrbio de linguagem*.

No quarto e último capítulo, a partir do conceito de enunciação, há uma reflexão sobre as implicações dos princípios de análise enunciativa no atendimento clínico de casos de *distúrbio de linguagem*. É neste capítulo que as articulações teórico-clínicas, resultantes do diálogo entre a teoria da enunciação de Benveniste e a clínica dos distúrbios de linguagem, são debatidas a partir da concepção de linguagem e da proposta de análise enunciativa que foram construídas. Por último, são apresentadas as considerações finais da tese.

CAPÍTULO 1

LINGUAGEM E DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM

O tema desenvolvido neste capítulo está relacionado ao ponto de origem desta tese: os *distúrbios de linguagem*. No entanto, há uma especificidade na abordagem dos *distúrbios de linguagem* quando a situamos *no entre limites* do campo de estudo da fonoaudiologia, o que implica um diálogo com outras áreas. Em nossa abordagem, esse diálogo se apresenta a partir da proposta de uma interlocução com a Linguística da Enunciação⁶. Por esse motivo, o tópico – *distúrbios de linguagem* – é tratado por um viés que comporta uma clínica, se considerarmos a fonoaudiologia, ao mesmo tempo em que contempla o diálogo com outra área de estudo, se considerarmos a Linguística da Enunciação.

É com esta particularidade teórico-clínica que o tema deste capítulo é estudar a *clínica dos distúrbios de linguagem* e sua interface com a Linguística da Enunciação. Trata-se de um tema central para esta tese e um caminho necessário a percorrer na elaboração dos princípios de análise que propomos na clínica. Na verdade, este capítulo tem o objetivo principal de introduzir a temática acima, visto que, os desdobramentos que dela decorrem, bem como a sua delimitação, são entendidos no corpo geral da pesquisa.

Para desenvolvermos o tema adotamos o seguinte percurso: a) no item 1.1, através da discussão em torno da noção e da conceituação dos *distúrbios de linguagem* no campo da fonoaudiologia, situamos conceitualmente o que designamos *clínica dos distúrbios de linguagem*; b) em 1.2, alavancamos um debate sobre as diferentes noções de linguagem no terreno da fonoaudiologia e sobre a importância de uma concepção de linguagem que sirva de base para uma clínica que lida com o *distúrbio de linguagem*; c) no item 1.3, com o objetivo

⁶ Segundo Flores e Teixeira (2005) a *Linguística da Enunciação* (no singular) é constituída pelas *teorias da enunciação* (no plural). A *Linguística da Enunciação* tem uma concepção heterogênea do objeto da linguística, abarcando temas como a subjetividade, referência, dêixis, etc. Entre os teóricos da enunciação estão Roman Jakobson, Charles Bally, Oswald Ducrot, Jacqueline Authier-Revuz, Antoine Culioli e Émile Benveniste. A reunião desses autores, e suas respectivas teorias, no que se nomeia uma *Linguística da Enunciação* é devida a alguns pontos que compartilham na reflexão sobre a linguagem. Dentre esses pontos está a ancoragem em uma concepção de ciência mais comprometida com a idéia de irrepetibilidade do uso da língua e o fato de refletirem sobre o estruturalismo saussuriano.

de salientar alguns pontos teóricos que interessam à tese, apresentamos diferentes trabalhos que, como o nosso, colocam em relação os *distúrbios de linguagem* e a Linguística da Enunciação.

A partir da trajetória que elegemos para o desenvolvimento do capítulo 1, justificamos a necessidade de dialogar com outra área do conhecimento e de fundamentar teoricamente um trabalho que repercute numa clínica. Portanto, este capítulo tem a característica de ser, como é comum em trabalhos acadêmicos, introdutório, mas também de reflexão e de esclarecimento em relação ao conjunto da tese.

1.1 A CLÍNICA DOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM

Esta seção objetiva situar conceitualmente o que designamos como *clínica dos distúrbios de linguagem*. Para tanto, tomamos de início o sintagma *distúrbios de linguagem* em separado, associando-o nas páginas finais ao termo *clínica*. Com isso, pretendemos definir o que representa, para nós, a *clínica dos distúrbios de linguagem*, pois é sobre ela que, como dissemos acima, incidem os princípios de análise enunciativa que propomos na tese.

Na introdução deste trabalho, dissemos que o tema de nossa pesquisa foi elaborado a partir da prática clínica e de estudo. Prática e estudo que têm como base a formação profissional de fonoaudiólogo. Por esse motivo é necessário que comecemos a discussão em torno da noção e da conceituação dos *distúrbios de linguagem* no campo da fonoaudiologia.

De início, podemos dizer que o emprego do termo *distúrbio* não é consensual entre os fonoaudiólogos e não guarda o mesmo significado mesmo quando utilizado dentro de uma mesma área. De nossa parte, com o objetivo de evitar confusões terminológicas, usaremos a expressão genérica *alterações de linguagem* para, a partir daí, podermos discutir a questão da nomeação.

As alterações de linguagem figuram no campo da fonoaudiologia antes mesmo da criação dos primeiros cursos de graduação no Brasil⁷. A prática fonoaudiológica não oficial tem como marco o *I Congresso da Língua Nacional Cantada*, realizado na cidade de São

⁷ O primeiro curso teve início no ano de 1961, na Universidade de São Paulo - USP.

Paulo no ano de 1937. O destaque do congresso foi para o trabalho intitulado *Vícios e defeitos na fala das crianças dos parques infantis*⁸. Podemos perceber assim que, mesmo sendo nomeadas de maneira relativamente normativista⁹, as alterações de linguagem sempre ocuparam um lugar de destaque na fonoaudiologia.

Os estudos empreendidos pelos fonoaudiólogos sobre as alterações de linguagem têm enfocado tanto o aspecto etiológico, como o sintomatológico, com o objetivo de fornecer subsídios ao âmbito terapêutico. Entretanto, é fato que a caracterização das alterações de linguagem, sua classificação e sua nomeação estão longe de ser uma unanimidade. Se considerarmos somente a divergência terminológica talvez não haja motivo suficiente para preocupação. Porém, quando o nome implica um diagnóstico, o assunto merece uma atenção maior.

Para ilustrar o que estamos dizendo vejamos alguns autores que definem as alterações de linguagem, nomeiam e classificam-nas com base na eleição de critérios próprios. São autores, fonoaudiólogos e profissionais ligados à área médica, que fazem parte da bibliografia geral, normalmente, consultada no campo da fonoaudiologia¹⁰.

Aimard (1986) utiliza a expressão *perturbações de linguagem* para se referir a perturbações que afetam a linguagem “em sua aquisição” pela criança (p. 100). Para o autor, nesses casos “a linguagem começa tardiamente e os progressos seguem um ritmo lento” (p. 100). As *perturbações de linguagem* podem apresentar subtipos: *perturbações articulatórias*, onde o aspecto afetado é a articulação dos segmentos da palavra com a consequente ausência de produção de determinados fonemas; *perturbações da palavra*, que se caracterizam por omissões de fonemas de forma aleatória, ou seja, a criança omite e substitui fonemas em determinadas circunstâncias, mas é capaz de produzi-los em outras.

Observa-se que, para Aimard (op. cit.), as *perturbações de linguagem* indicam um atraso no processo de aquisição de alguns aspectos linguísticos da linguagem. Esses aspectos é que caracterizam os subtipos das perturbações propostos pelo autor. Nas *perturbações articulatórias* o aspecto prejudicado está no nível fonético, enquanto as *perturbações da palavra* envolvem a produção não sistemática de fonemas.

⁸ Mais detalhes sobre a história do surgimento da fonoaudiologia no Brasil e as implicações dessa no objeto de estudo e especificidade de atuação podem ser encontrados em Cardoso (2002).

⁹ No trabalho citado foi empregada a expressão *defeitos na fala*.

¹⁰ Cf. Cardoso (2002).

Em Boone e Plante (1994), a expressão *distúrbios de linguagem* é empregada tanto para fazer referência às alterações de linguagem em adultos como em crianças. Para esses autores, os *distúrbios de linguagem* integram um quadro mais geral denominado de *distúrbios de comunicação*. Segundo eles, o quadro dos distúrbios de comunicação é composto por: *distúrbios de audição*, *distúrbios de linguagem*, *distúrbios de articulação*, *distúrbios de voz e distúrbios de fluência*.

Os autores fazem ainda uma distinção em relação à forma de aparição dos *distúrbios de linguagem* na criança e no adulto, assim como em relação à etiologia nos casos infantis. Boone & Plante (op. cit.) referem que, nas crianças, os distúrbios de linguagem são causados por limitações cognitivas, sensoriais, sócio-emocionais e físicas, estando relacionadas aos quadros de perda auditiva, retardo mental, autismo e afasia infantil. De outro modo, quando as alterações de linguagem não são explicadas por *déficits* de percepção sensorial, de capacidade intelectual e sócio-emocional, ou de funcionamento motor, o nome empregado é o de *distúrbio específico de linguagem*. Já nos adultos, o *distúrbio de linguagem* é sempre adquirido, ou seja, pode ser uma consequência de acidentes vasculares cerebrais (afasias), danos cerebrais traumáticos ou de casos de demência.

A denominação *distúrbio de linguagem* também é lida em Zorzi (1999) e se refere aos comprometimentos no curso evolutivo da aquisição da linguagem pela criança. Para o autor, “os distúrbios que mais comumente afetam o desenvolvimento da criança pequena são os chamados ‘retardos de aquisição da linguagem’” (p. 67). Os retardos são classificados por ele em dois grandes grupos: *retardo de linguagem fazendo parte de atraso global do desenvolvimento*, que apresenta os subgrupos “A” (crianças apresentando ausência de condutas simbólicas, com comportamentos organizados ao nível sensorio-motor) e “B” (crianças com atraso global do desenvolvimento e que já apresentam algum grau de simbolismo em suas condutas que, apesar de presentes, estão defasadas em relação ao esperado para a idade); *retardo simples de linguagem*, em que as crianças têm uma boa compreensão da linguagem, porém a capacidade expressiva pode estar ausente ou defasada em relação ao que é esperado para a sua idade, não estando outros aspectos do desenvolvimento global comprometidos.

O autor destaca também o quadro que designa de *retardo de desenvolvimento da comunicação*. Nesses casos, o diagnóstico é feito através da observação e análise dos níveis de desenvolvimento pré-linguístico, social e cognitivo do bebê. No *retardo de*

desenvolvimento da comunicação há um atraso que se manifesta na evolução dos níveis pré-linguísticos antes dos níveis verbais.

Vemos que, para Zorzi (op. cit.), a expressão *distúrbio de linguagem* não tem uma definição conceitual. É uma expressão que abarca tanto o *retardo de linguagem fazendo parte de atraso global do desenvolvimento*, como o *retardo simples de linguagem*, ambos contrapostos ao *retardo de desenvolvimento da comunicação*. Chama-nos a atenção que essa classificação esteja no capítulo *Aspectos diagnósticos das alterações da linguagem infantil*, do livro de sua autoria. Se reunirmos esses termos em uma escala tipológica “ascendente” veremos que, por exemplo, o *retardo simples de linguagem* é considerado um *distúrbio de linguagem* que, por sua vez, é uma *alteração de linguagem* infantil.

Há também autores que utilizam as expressões *distúrbios de linguagem* e *patologias de linguagem* como sinônimas para se referirem às alterações de linguagem. É o caso de Chevrie-Muller e Narbona (2005) que argumentam que uma classificação satisfatória “deveria permitir levar em consideração critérios linguísticos e médicos (ou etiológicos)” (p. 246). Assim, tendo como base um modelo neuro-psicolinguístico, eles propõem a seguinte classificação¹¹: a) déficits dos “instrumentos básicos”, que englobam os déficits anatômicos (disglossias), os déficits sensoriais (surdez e hipoacusias) e os distúrbios do comando e do controle da motricidade faringobucal (disartrias e afemias); b) distúrbios neurolinguísticos, que abrangem os déficits gnossopráticos (dislalias, apraxias verbais, etc.) e linguísticos (atrasos simples de fala, atraso simples de linguagem, disfasias, etc), nos quais estão incluídos os distúrbios da linguagem escrita; c) gagueira; d) distúrbios da linguagem que constituem um só elemento de um quadro psicopatológico e déficits relacionados com carências do ambiente (deficiências intelectuais, autismo infantil).

Como os próprios autores enfatizam, o fator etiológico é relevado como critério classificatório. Outro item que destacamos é a aproximação sinonímica dos termos distúrbio e patologia. Uma das consequências dessa aproximação é a inclusão dos déficits dos “instrumentos básicos” (cf. Chevrie-Muller & Narbona) no quadro dos distúrbios de linguagem.

¹¹ Não nos deteremos no detalhamento do quadro classificatório proposto pelos autores, que especificam os aspectos neuro-psicolinguísticos envolvidos e ainda separam os distúrbios em adquiridos e congênitos.

A lembrança desses autores é suficiente para corroborar o que observamos em relação à disparidade no tratamento do tema “alterações de linguagem” no terreno da fonoaudiologia. As diferentes abordagens em relação ao assunto justificam a dificuldade, e mesmo a impossibilidade, de uniformidade seja quanto à nomenclatura empregada, seja quanto à classificação ou à caracterização das alterações de linguagem.

Acreditamos que essa impossibilidade se deve aos seguintes aspectos¹²: a) a polissemia do termo *distúrbios*, que assume designações – nem sempre sinônimas - como *alterações*, *perturbações*, *desordens*, *desvios*, *patologias*, *atrasos* e *retardos*; b) os critérios empregados para as classificações, que podem ser eleitos com base nas características linguísticas do discurso dos indivíduos, ou no caráter congênito ou adquirido dos distúrbios; c) a classificação segundo a etiologia, incluindo ou não distinções sobre a ocorrência das alterações na fase infantil ou adulta; d) a divisão, realizada por alguns autores, em *distúrbios de fala*, *distúrbios de linguagem* e *distúrbios de comunicação*; e) não definição de um conceito de *linguagem*.

Em consulta feita a documentos oficiais¹³ também não encontramos uma homogeneidade sobre a nomeação das alterações de linguagem. Uma das áreas de atuação¹⁴ da fonoaudiologia é a de *Linguagem*¹⁵. Entre os casos que compreendem a atuação na área de

¹² Esses aspectos são derivados da análise de diversos materiais publicados que, para não sermos exaustivos, não trouxemos nesse capítulo. Portanto, os aspectos descritos não derivam somente dos autores citados acima.

¹³ Como documentos oficiais estamos nos referindo às leis, decretos, resoluções e pareceres emitidos pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia- CFFa.

¹⁴ De acordo com o artigo 1º da resolução nº 320 de 2006 do CFFa as áreas de especialidade da fonoaudiologia são: audiologia, linguagem, voz, motricidade orofacial e saúde coletiva.

¹⁵ O artigo 4º da mesma resolução, que trata do ementário das especialidades, determina no item 3.1 que: “Linguagem é o campo da Fonoaudiologia voltado para o estudo, pesquisa, promoção, prevenção, avaliação, diagnóstico e tratamento de transtornos a ela relacionados, a fim de garantir e otimizar o uso das habilidades de linguagem do indivíduo, objetivando a comunicação e garantindo bem estar e inclusão social”. No item 3.3. determina que o domínio do especialista em *Linguagem* inclui aprofundamento em estudos específicos e atuação em: a) processos de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral; b) modelos de diagnóstico funcional dos transtornos da linguagem oral; c) distúrbios fonológicos; d) distúrbios específicos de linguagem; e) transtornos de linguagem associados a distúrbios globais do desenvolvimento; f) transtornos de linguagem associados a perdas auditivas; g) transtornos de linguagem associados a deficiências mentais; h) transtornos de linguagem associados a alterações sensorio-motoras; i) processos de aprendizagem da linguagem escrita; j) transtornos específicos da linguagem escrita; k) transtornos de aprendizagem da linguagem escrita associados a transtornos da oralidade; l) transtornos de aprendizagem da linguagem escrita associados a outros distúrbios (neurológicos, sensoriais ou cognitivos); m) procedimentos de intervenção nos transtornos da linguagem escrita; n) modelos linguísticos de aquisição e desenvolvimento; o) fluência e seus transtornos: gagueira, taquialalia e taquifemia; p) processos de envelhecimento; q) modelos de diagnóstico em transtornos adquiridos da linguagem; r) distúrbios de linguagem associados a processos degenerativos; s) distúrbios de linguagem de origem neurogênica; t) distúrbios de linguagem associados a alterações sensoriais e neuro-motoras adquiridas; u) distúrbios de linguagem associados a alterações cognitivas adquiridas; v) procedimentos de intervenção em

Linguagem estão, por exemplo: os distúrbios fonológicos; os distúrbios específicos de linguagem; os transtornos de linguagem associados a distúrbios globais do desenvolvimento; os transtornos de linguagem associados a perdas auditivas; os transtornos de linguagem associados a deficiências mentais e os transtornos de linguagem associados a alterações sensório-motoras.

Notamos que, na tipologia utilizada pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia (CRFa) para estabelecer a área de atuação do fonoaudiólogo, há uma distinção terminológica entre *distúrbios* e *transtornos de linguagem*. Porém, essa diferença no sistema de nomeação parece não obedecer a uma lógica de emprego. Vemos que o termo “distúrbio” é empregado para identificar dois tipos de alterações de linguagem: as alterações de ordem fonológica; as alterações que caracterizam o que foi convencionado como *distúrbio específico de linguagem*. Já a expressão *transtorno de linguagem* aparece para designar as alterações associadas a distúrbios globais do desenvolvimento ou a problemas auditivos, mentais e motores. Poder-se-ia concluir daí que a designação “distúrbio” estaria restrita às alterações de ordem fonológica e ao *distúrbio específico de linguagem*, enquanto a designação “transtorno” contemplaria os casos de alterações de linguagem associadas a diferentes aspectos. Mas essa conclusão não é possível, visto que o termo “distúrbio”, assim como “transtorno”, também é utilizado para nomear os distúrbios de linguagem associados a outras alterações (neuro-motoras adquiridas, cognitivas adquiridas, processos degenerativos).

As rápidas considerações feitas acima são suficientes para ilustrar a grande heterogeneidade que há no entendimento da área, heterogeneidade esta que está marcada na diversidade do sistema de nomeações do campo. É por isso que consideramos que a questão da nomeação e da classificação dos *distúrbios de linguagem* se apresenta para nós como uma exigência metodológica.

Isso posto, é chegado o momento de indicarmos, ao menos em linhas gerais, os termos pelos quais pensamos ser possível a referência ao campo: neste trabalho, utilizaremos a expressão *distúrbios de linguagem* para, com ela, denominar o conjunto das manifestações de linguagem de um sujeito que comparecem na instância clínica. Estão incluídas nessa designação desde manifestações decorrentes de problemas neuro-sensoriais, anatômicos, intelectuais, motores, neurológicos, de estrutura psicológica, entre outros, até as

transtornos adquiridos da linguagem; w) sistemas computadorizados de comunicação; x) sistemas pictográficos e ideográficos de comunicação; y) sistemas digitais; z) língua de sinais; aa) sistemas de sinalização ambiental.

manifestações de linguagem presentes em quadros sindrômicos com ou sem etiologia orgânica definida.

Acrescentamos que, para os objetivos dessa pesquisa, não é relevante uma classificação que distinga se o *distúrbio de linguagem* é de caráter adquirido ou congênito, tampouco o fato de ser designado de forma distinta para sua ocorrência na infância ou na fase adulta. Diferente de outros autores, a expressão *distúrbios de linguagem* aqui empregada não tem a função de diagnóstico, ou seja, não remete a um quadro nosográfico. Até porque uma classificação apriorística seria incompatível com a articulação teórica que pretendemos, na medida que para a teoria enunciativa com a qual dialogamos a forma como o sujeito enuncia é algo particular, que não se pode prever ou categorizar.

O que dissemos acima coaduna com a noção de *clínica*¹⁶ que propomos associar à de *distúrbio de linguagem*. Trata-se de uma noção de clínica que confere outro *status* às manifestações de linguagem desviantes, ou patológicas.

A discussão em torno da dicotomia “normal/patológico” e as repercussões no campo dos *distúrbios de linguagem* são cada vez mais intensificadas e enriquecidas do ponto de vista interdisciplinar¹⁷. Essas discussões nos convocam a pensar o fenômeno da linguagem desviante, ou com alterações, sob um ponto de vista contrário à idéia de patologia. Pelo menos não na acepção que o termo “patológico” é empregado, normalmente, na medicina, na qual é definido pela oposição a um estado de saúde. Na medicina, a patologia tem o significado de doença, definida por um conjunto de sintomas identificado no corpo. O *sintoma* é, portanto, a forma que se apresenta a doença. Como diz Quinet (2000): *A doença como algo da órbita do invisível é tornada transparente pelo sintoma* (p. 118).

Deslocamos o sentido único do sintoma na linguagem, atrelado ao orgânico, para pensá-lo como uma posição que o sujeito ocupa na linguagem. Entendemos que o *sintoma* não tem conotação patológica, na medida em que o sintoma é um “jeito de estar” do sujeito na língua

¹⁶ Não nos ocuparemos em discutir todos os aspectos envolvidos no que estamos a designar como *clínica*. Entretanto, comentaremos a seguir, pelo menos em linhas gerais, a noção de *clínica* que está presente no sintagma *clínica dos distúrbios de linguagem*. Sobre a nossa decisão, é oportuno dizer que esse é um tema que integra o conjunto de estudos desenvolvidos nas pesquisas intituladas *Linguística e o sintoma na linguagem: a instância da falha na fala – Enunciação e Distúrbios de linguagem: sobre os níveis de análise da fala sintomática*. Tais pesquisas estão vinculadas ao Programa de Pós-Graduação da UFRGS e têm como coordenador o professor Valdir do Nascimento Flores. Como o nosso trabalho está vinculado a essas pesquisas, no item 1.3 serão discutidos alguns dos estudos que compartilham conosco uma noção de clínica voltada aos distúrbios de linguagem.

¹⁷ Canguilhem (1990); Lier-De Vitto (1995, 2001); Surreaux (2006); Vorcaro (1999).

(Vorcaro, 1999). Segundo esse ponto de vista, por nós adotado, o estado “patológico” não difere do normal pela consideração quantitativa, ou mesmo qualitativa, dos sintomas identificáveis. Sublinhamos a idéia de que “sintoma não remete a uma doença que tenha algum substrato anatomopatológico, ou seja, não remete a um significado generalizável nem a um significado patológico” (op.cit., p. 120).

Portanto, é a noção de clínica que acredita na impossibilidade de separação do sintoma de linguagem daquele que enuncia, que associamos aos *distúrbios de linguagem*. Se nas linhas iniciais desse capítulo nós separamos a expressão *distúrbios de linguagem* da palavra *clínica* foi somente por uma questão didática. Pois, sempre que referimos a *clínica dos distúrbios de linguagem* estamos a falar de manifestações singulares de linguagem que “escapam à regra”. São manifestações de um sujeito que ao falar, ou não falar, marca uma posição na linguagem. Concordamos com Flores (2006), para quem “o sintoma não é revelador de uma doença, mas de uma posição que o sujeito ocupa na sua própria fala” (p. 114).

Ao cabo da discussão em torno do tópico *clínica dos distúrbios de linguagem* entendemos que outros temas, que estão em estreita relação com esse tópico, devem ser abordados no conjunto de reflexões necessárias à contextualização da pesquisa em questão. Entre eles está o da noção de linguagem *na clínica dos distúrbios de linguagem*, que será desenvolvido no próximo item deste trabalho.

1.2 A LINGUAGEM NA CLÍNICA DOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM

Como já foi dito na parte introdutória, a questão que norteia esta tese foi construída a partir de um campo do conhecimento – o da fonoaudiologia. Essa lembrança tem um motivo, em termos de designação, que merece um esclarecimento. O leitor poderia perguntar por que utilizamos no título desta seção o termo *linguagem* associado à *clínica do campo dos distúrbios de linguagem* e não ao campo da fonoaudiologia. Ocorre que, mesmo partindo dessa área do conhecimento, as reflexões que propomos em torno das noções de linguagem e de distúrbio não equivalem *pari passu* ao arcabouço teórico da fonoaudiologia. Trata-se de uma concepção de clínica, como já foi dito, que desloca os conceitos de patologia e de sintoma de uma perspectiva “médica” para outra que, construída por um movimento de alteridade entre diferentes disciplinas, reflete sobre a linguagem e sobre o falante. Cabe

ressaltar também que este tópico do capítulo não é desvinculado dos outros (1.1 Supra e 1.3 Infra). Logo, as questões que ele suscita, seus objetivos e a justificativa da sua elaboração devem ser tomados no conjunto com os outros dois. Antes de passarmos a isso, fazemos uma pequena consideração geral para falar em linguagem

Começemos pelo começo: Ferdinand de Saussure. Sobre ele assim se manifesta Benveniste em uma entrevista concedida ao *Le nouvel observateur*: “Saussure, ele não é um começo, ele é outra coisa, ou é um outro tipo de começo” (Benveniste, 1989, p. 31).

Ora, a constatação de Benveniste se justifica de início. Basta lembrar como Saussure (1975), no *Curso de linguística geral* (CLG), apresenta o objeto *língua*, no terceiro capítulo *Introdução* do CLG: ele a apresenta por contraposição à *linguagem* “multiforme e heteróclita” (CLG, p. 17) e “a cavaleiro de diferentes domínios” (Idem). Como destacou o mestre genebrino, estudar a linguagem sob seus vários aspectos abre a porta a várias ciências.

A lembrança de Saussure serve, sem dúvida, como argumento de autoridade para atestar o que desde sempre sabemos: a complexidade do estudo da linguagem. Assim, qualquer disciplina que a tome, em algum de seus aspectos, como objeto de estudo não pode se omitir de considerar, e mesmo formular alguma resposta a questões como: o que é a linguagem? Qual a natureza da linguagem? O que é o estudo científico da linguagem?

Entretanto, para que determinada ciência leve a cabo tais questões o movimento em direção a outros domínios do saber é inevitável. Seja para justificar o não reducionismo do objeto, seja para ampliar o conhecimento em torno do mesmo, seja para recortá-lo e delimitá-lo com maior precisão. A recorrência a outros campos – ao que a linguista Jacqueline Authier-Revuz (1995) chama de “exterioridade teórica” – é uma necessidade mesmo para aqueles que querem deles desviar, uma vez que é na contraposição que os objetos podem ser mais bem definidos. O fato é que área alguma que se ocupe da linguagem assume ter o conhecimento integral sobre ela.

Mesmo que de forma breve, partimos dessa peculiaridade que envolve o estudo da linguagem para trazer à memória que a fonoaudiologia está entre as disciplinas que se ocupam desse objeto¹⁸ e que, portanto, sofre as influências dos diferentes paradigmas relacionados ao

¹⁸ De acordo com texto aprovado pelo plenário do CFFa (Conselho federal de fonoaudiologia) durante a 78ª SPO, realizada nos dias 06 e 07 de março de 2004, o objeto da fonoaudiologia é “a comunicação humana, no que se refere ao seu desenvolvimento, aperfeiçoamento, distúrbios e diferenças, em relação aos aspectos envolvidos na função auditiva periférica e central, na função vestibular, na função cognitiva, na linguagem oral e escrita, na

tema. Acrescentamos a isso o fato de a fonoaudiologia ser uma área de raiz multidisciplinar¹⁹. Essa característica do campo determinou, em certa medida, o seu vasto leque de atuação, sendo este um dos fatores que contribuiu para a sua interação com as ciências biológicas, sociais, da linguagem, entre outras. Destacamos o hibridismo da área para dizer que este também vai se refletir nas concepções de linguagem que permeiam o trabalho clínico do fonoaudiólogo.

Isso posto, cabe-nos então informar os objetivos deste item, quais sejam: a) mostrar alguns dos diferentes empregos, do ponto de vista conceitual, do termo *linguagem*, no terreno da fonoaudiologia; b) um segundo que temos, diretamente ligado ao anterior, é o de fornecer argumentos em prol de uma concepção de linguagem própria a uma *clínica* que se ocupa do que entendemos ser o *distúrbio de linguagem*.

Para o desenvolvimento do primeiro objetivo discutimos, a título ilustrativo, algumas das diferentes noções de linguagem que circulam no meio fonoaudiológico. Sobre isso, adiantamos que não é nossa intenção emitir juízo de valor sobre os conceitos de linguagem pesquisados, tampouco tecer qualquer espécie de crítica a determinados empregos do termo. Nosso intuito é tão-somente o de subsidiar uma reflexão que se sustente na necessidade de relacionar uma concepção de linguagem à *clínica dos distúrbios de linguagem*. Para o desenvolvimento do segundo, tecemos algumas considerações programáticas para o próximo item.

Sendo assim, partimos para a apresentação de algumas das diferentes concepções de linguagem que circulam no campo da fonoaudiologia. Essas concepções integram trabalhos de larga circulação no meio, e são aqui apresentadas de duas maneiras: a) a apresentação dos conceitos através de citações diretas dos autores; e b) a retomada de algumas conclusões que obtivemos ao término de uma pesquisa²⁰ por nós realizada (cf. Cardoso, 2002). É oportuno

fala, na fluência, na voz, nas funções orofaciais e na deglutição”. Mesmo que o objeto de estudo “oficial” da fonoaudiologia seja a comunicação humana em seus diferentes aspectos, entendemos que o estudo da linguagem é parte integrante do campo.

¹⁹ A fonoaudiologia é uma área do conhecimento que foi construída sob as influências de outras disciplinas, como a linguística, a pedagogia, a medicina, a psicologia e a psicanálise. Alguns pesquisadores da área já teceram considerações e estudaram detalhadamente as consequências dessa raiz multidisciplinar na criação do nome, na eleição do objeto da fonoaudiologia e no perfil terapêutico do fonoaudiólogo na clínica de linguagem. Essa matéria, com os seus diferentes desdobramentos, é encontrada em Cappelletti (1985), Neto (1988), Surreaux (2000), Oliveira (2002), Cardoso (2002).

²⁰ Nos autorizamos a considerar as fontes consultadas como referência na área a partir de levantamento detalhado do tipo de bibliografia utilizada em quatro cursos de Graduação em Fonoaudiologia de importantes instituições de ensino superior de estado do Rio Grande do Sul. Ao utilizarmos tais fontes aqui não estamos nem

alertar que o que será apresentado cumpre aqui o papel de ilustrar o que dissemos acima e tem um caráter meramente ilustrativo para os objetivos do trabalho. Ou seja, queremos apenas mostrar que o campo da fonoaudiologia, dada a natureza de seu objeto, produz uma reflexão sobre linguagem bastante influenciada por paradigmas que lhes são exteriores. Vejamos o que dizem os autores:

“a linguagem é um sistema de comunicação natural ou artificial, humano ou não humano. Assim, podemos nos referir à linguagem corporal (humana), às expressões faciais, às reações do nosso organismo (tanto aos estímulos do meio, como de nosso pensamento ou, mesmo, dos aspectos fisiológicos), à linguagem de outros animais, aos sinais de trânsito, à música, à maneira de nos vestirmos, à pintura, enfim, todos os meios de comunicação, sejam cognitivos (internos), sócio-culturais (relativos ao meio) ou da natureza, como um todo”. (Fernandes, 1998, p. 1).

“Linguagem é o uso convencional de palavras faladas ou escritas, tendo por objetivo a comunicação interpessoal, tal uso envolve a aquisição ou domínio de uma série de aspectos linguísticos, comunicativos dentre os quais está incluída a fala. Mais especificamente, a linguagem diz respeito a fatores pragmáticos, formais e semânticos, estes últimos ligados ao conteúdo” (Zorzi, 1998, p.62).

Nessas passagens é possível observar que, em Fernandes (1998), a linguagem é conceituada de forma genérica, estando fortemente associada à idéia de comunicação. Em Zorzi (1998), a noção de comunicação também está presente, porém, vemos a inclusão de aspectos linguísticos e da fala na formulação do conceito. Numa primeira aproximação dos dois autores já é possível perceber a disparidade entre os conceitos por eles apresentados.

Em Cardoso (2002)²¹, analisamos algumas das concepções de linguagem difundidas nos cursos de graduação de fonoaudiologia do Rio Grande do Sul. Uma das conclusões decorrente da investigação foi a constatação de que, no campo da fonoaudiologia, parece não haver unanimidade acerca das concepções de linguagem que norteiam a prática clínica. Há

concordando com a forma como encaminham a discussão sobre linguagem nos distúrbios de linguagem, nem mesmo discordando. Trata-se apenas de um levantamento que visa à ilustração do “estado da arte” sobre o tema.

²¹ É importante ressaltar que o objetivo da pesquisa era o de discutir tópicos relacionados à clínica de linguagem, assim como promover o diálogo entre a fonoaudiologia e a teoria do *dialogismo* de Mikhail Bakhtin. O corpus da pesquisa foi formado por livros relacionados na bibliografia que constava do programa de determinadas disciplinas ministradas nos cursos de graduação de fonoaudiologia. Assim, um dos pontos norteadores que conduziu as análises foi sobre as concepções de linguagem encontradas na bibliografia selecionada, onde destacou-se noções de linguagem e as implicações dessas noções no campo terapêutico.

diferenças de toda a ordem: há autores que argumentam a favor da dependência da linguagem em relação a componentes neurológicos e cognitivos; há os que enfatizam os aspectos interacionais e sociais implicados no seu desenvolvimento; há os que priorizam aspectos psicogênicos envolvidos na linguagem. Enfim, a heterogeneidade conceitual é a marca do campo.

Dentre as noções de linguagem que encontradas no corpus da pesquisa, estão, por exemplo, as que postulam a dependência da linguagem em relação aos componentes orgânicos. Nessa perspectiva, a linguagem é o resultado de processos originados no cérebro, que têm a capacidade de transformar o pensamento em código linguístico. Essa noção pode ser ilustrada nas citações abaixo:

“Sabemos que a linguagem é determinada por três funções:apetiva, ordenadora e realizadora. Portanto, para se conseguir a produção da linguagem, precisamos estimular essas funções de forma hierárquica. (...) O importante é restabelecer no cérebro a capacidade de transformar o pensamento em código linguístico.” (Jakubovicz & Meinberg, 1992, p. 156)

“(...) apesar de se aceitar o fato de a gagueira estar relacionada com problemas no controle motor da fala, novos estudos de imagem cerebral sugerem, além disso, que ela pode ter sua origem nos múltiplos centros cerebrais de linguagem” (Barbosa, 1998, p. 24)

Outra perspectiva observada, mais voltada ao processo de aquisição da linguagem, estabelece uma relação entre linguagem e cognição, estando esse processo submetido a uma organização cognitiva do sistema de sons da língua e das regras que organizam esses sons. A relação entre a linguagem e a cognição também é entendida de uma perspectiva mais geral, ou seja, associada à construção do conhecimento. Essas duas abordagens em relação à linguagem podem ser depreendidas das seguintes passagens:

“As abordagens baseadas na linguagem partem do ponto de vista de que a criança é foneticamente capaz de uma produção de som correta, mas não utiliza os sons devido a problemas na organização cognitiva do sistema de sons” (Lowe, 1996, p. 167).

“A construção do conhecimento, considerando-se aí também a aquisição da linguagem, resulta de um processo de interação do sujeito com o meio social físico, com o mundo das pessoas e das coisas” (Zorzi, 1996, p.90).

O que se pode depreender dos recortes apresentados, em linhas gerais, é que os autores divergem tanto em relação ao conceito, quanto à natureza da linguagem. As diferentes explicações em torno do fenômeno – linguagem - estão fundamentadas em elementos de ordem orgânica, fisiológica, cognitiva e linguística. Uma das constatações, em torno da discrepância das explicações sobre esse fenômeno, é que: nem sempre há, por parte dos fonoaudiólogos, o embasamento em um estudo científico para responder às questões relativas ao conceito e à natureza da linguagem. Vemos que, por vezes, os conceitos são “recortados” de outras áreas do conhecimento sem qualquer reflexão a respeito.

Por outro lado, quando o fonoaudiólogo recorre aos estudos científicos sobre a linguagem, geralmente, direciona-o ao campo da aquisição da linguagem. Nessa área, as teorias²² fazem remissão ao aspecto biológico, ao cognitivo, ao social, ou ao interacional na busca de explicações para a aquisição da linguagem pela criança. Vale dizer que o campo da aquisição da linguagem também não é homogêneo, pois remete os problemas de ordem metodológica e teórica à reflexão da psicologia (cognitiva, do desenvolvimento, do comportamento), da linguística e da psicolinguística. Como lembra Scarpa (2001), a área da aquisição recobre muitas subáreas, como a *aquisição da língua materna*, a *aquisição de segunda língua* e a *aquisição da escrita*, cada uma instaurando um campo próprio de estudos.

A filiação da fonoaudiologia a diferentes perspectivas teóricas do campo da aquisição já fora destacada por Arantes (1997). Entre outros aspectos, a autora enfatizou que o que determina a atuação clínica do fonoaudiólogo, frente aos casos de retardo de linguagem, é a teoria assumida por este como referencial. Assim, dependendo do aporte teórico escolhido, o papel do terapeuta pode ser, por exemplo: fornecer material linguístico que será analisado pela criança; propiciar situações que permitam ação e descoberta pela criança; ou assumir o papel de intérprete diferenciado, considerando o fenômeno linguístico como atividade dialógica (Cf. Arantes, op. cit.)

Como vimos, as questões em torno do problema da linguagem estão presentes no terreno da fonoaudiologia. As perguntas pela conceituação, pela natureza e pelo estudo científico do objeto-linguagem são contempladas em parte, ou no conjunto, e em vários níveis de aprofundamento. Observamos desde a importação de conceitos de outras disciplinas, até

²² Entre essas teorias estão os estudos de Jean Piaget (1971, 1999, 2002); Vygotsky (1984, 1998); Noam Chomsky (1965, 1971); Cláudia de Lemos (1982, 1986, 1999). Muito embora saibamos que nem todos esses teóricos têm o processo de aquisição de linguagem pela criança como o objetivo principal de suas pesquisas, todos, em certa medida, abordam essa temática.

estudos que abordam a necessidade do fonoaudiólogo ter uma concepção de linguagem e sua relação com a prática clínica.

O que pretendemos ressaltar, e que configura o segundo objetivo que formulamos para esse item, é a importância de uma reflexão que incida sobre as relações entre a linguagem e o *distúrbio de linguagem* na clínica. Essa reflexão integra o que estamos a denominar como *clínica dos distúrbios de linguagem*, e é condição para que possamos construir os princípios de análise enunciativa na *clínica dos distúrbios de linguagem*.

Depois dos argumentos aqui expostos, não poderíamos deixar de mencionar que esta tese pressupõe uma noção de linguagem que sustenta as hipóteses e os objetivos que a integram. Essa noção é esboçada no capítulo 2 do trabalho, e servirá de base para a elaboração dos princípios de análise que acreditamos serem relevantes na clínica.

No próximo item traremos outros elementos para dar continuidade à reflexão teórico-clínica que iniciamos neste capítulo. Esses elementos se apresentarão através de alguns trabalhos que tomam uma perspectiva similar a nossa proposta. Trata-se de pesquisas acadêmicas de diferentes campos, que tem em comum o fato de discutirem as relações entre a linguística da enunciação e os *distúrbios de linguagem*.

1.3 O ESTUDO DOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM NO CAMPO DA LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

Nas seções anteriores apontamos um problema no campo da fonoaudiologia. Se não um problema, ao menos uma despreocupação teórica. Ao reunirmos o que foi estudado nos itens *a clínica dos distúrbios de linguagem* (cf. 1.1) e *a linguagem no campo dos distúrbios de linguagem* (cf 1.2), podemos concluir que os diferentes conceitos de linguagem que circulam no campo da fonoaudiologia não estão especificamente relacionados aos *distúrbios de linguagem*. Em outras palavras, não podemos afirmar, sem que com isso se incorra a generalizações demasiadas, que exista uma reflexão estabelecida em torno do entendimento do que seja linguagem no campo dos *distúrbios de linguagem*. Disso decorre, como vimos, o uso de diferentes nomeações para os distúrbios, assim como uma gama de tipos de

classificação destes que, tendo ou não a função de diagnóstico, acabam não articulando, do ponto de vista teórico-clínico, o *distúrbio à linguagem*.

Neste tópico, continuamos a fazer um levantamento teórico, mas, desta vez, trazemos os aspectos centrais desenvolvidos em diferentes trabalhos que tratam, cada um a seu modo, das relações entre o campo dos distúrbios de linguagem e a Linguística da Enunciação.

Diferentemente da seção anterior, optamos, neste momento, por apresentar trabalhos que são de circulação mais restrita ao âmbito acadêmico. Nossa opção por trabalhos acadêmicos deve-se ao fato de que é nesse espaço que tal discussão tem se apresentado de maneira mais específica. No item anterior, ao contrário disso, nos detivemos de maneira mais enfática em trabalhos de grande circulação, que têm certa unanimidade de referência na área. Ora, quanto a isso cabe ainda esclarecer que quando dizemos que a discussão em torno do que vem a ser *distúrbio de linguagem* não é acompanhada, em fontes de larga circulação no meio especializado, de uma reflexão sobre *linguagem*, não estamos, com isso, fazendo mais que uma constatação.

Antes de continuar, cabe ainda outro esclarecimento: o recurso aos trabalhos acadêmicos que colocam em relação *distúrbios de linguagem* e *Linguística da Enunciação* deve-se ao entendimento que temos, segundo o qual, essas pesquisas têm o objetivo de refletir sob o objeto de estudo relacionando-o ao seu campo de origem, portanto, desenvolvem uma teorização que ultrapassa os limites da informação. Outro motivo pelo qual trazemos esses trabalhos é pelo fato de eles abordarem temas que estão relacionados ao eixo central dessa tese, seja no tocante a teoria, seja nos aspectos clínicos considerados. O que queremos ressaltar com isso, é que, guardadas as diferenças, o ponto de vista de abordagem desses temas estão em consonância com o nosso. Além disso, entendemos que o estudo dos *distúrbios de linguagem* no campo da Linguística da Enunciação tem suscitado debates fundamentais para pensar o distúrbio de linguagem na clínica.

Tais trabalhos são, em linhas gerais, desenvolvidos por linguistas, fonoaudiólogos e psicanalistas que integram o grupo do projeto de pesquisa, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, *Enunciação e distúrbios de linguagem: sobre os níveis de linguagem da fala sintomática*.

Iniciamos destacando o trabalho de Surreaux (2006) como um referencial para pensarmos as implicações de uma abordagem teórica advinda da linguística da enunciação na

clínica dos distúrbios de linguagem. O destaque é justificado porque sua tese reflete sobre a linguagem, o sintoma e a clínica a partir da interlocução de três áreas: clínica de linguagem²³, linguística²⁴ e psicanálise.

O trabalho de Surreaux (op. cit.) tem duas hipóteses norteadoras – uma do ponto de vista teórico – outra do ponto de vista metodológico. A primeira é a de que a clínica de linguagem deve ser concebida como uma instância em que se articulam a linguagem, o sintoma e a clínica. A segunda é explicitada através de duas asserções complementares: “a) a abordagem do sintoma de linguagem precisa considerar as particularidades do funcionamento da linguagem para cada sujeito; b) a clínica de linguagem precisa tomar a escuta dessa singularidade como elemento capaz de produzir efeitos específicos na clínica” (p. 12).

O ponto de partida da pesquisa de Surreaux (op. cit.) é a proposição de uma concepção de linguagem própria à clínica de linguagem. No capítulo intitulado de *Por uma noção de linguagem própria à clínica de linguagem* a autora diz que a linguagem em clínica de linguagem é sempre uma *hipótese sobre o funcionamento da linguagem*²⁵. Para Surreaux (op. cit.) há particularidades nos efeitos que causam uma fala sintomática no dizer do sujeito. Essa fala sintomática traz à tona uma combinação singular do sistema da língua, quando este é colocado em funcionamento pelo falante e, por isso, “**a hipótese sobre o funcionamento da linguagem em clínica de linguagem é sempre única**” (p. 81) [grifos da autora].

A articulação das noções de linguagem, sintoma e clínica de linguagem na clínica de linguagem feita por Surreaux (op. cit) foi desenvolvida pela *falta* constitutiva de cada um dos campos postos em interlocução - linguística, psicanálise freudo-lacaniana, clínica de linguagem. É com base nessa articulação que a autora concebe uma clínica que tome o irregular da linguagem e o sintoma de linguagem como uma possibilidade do sujeito enunciar.

²³ Inicialmente a autora utiliza a expressão *clínica de linguagem* para referir-se a uma área de atuação clínica que abrange os transtornos de linguagem. Entretanto, no transcorrer da tese o conceito de *clínica de linguagem* é atrelado aos de linguagem, sintoma e clínica.

²⁴ No campo da linguística a autora recorre às postulações de Ferdinand de Saussure, Roman Jakobson e Émile Benveniste. Os dois últimos pertencem ao quadro dos teóricos que têm seus trabalhos inseridos na linguística da enunciação.

²⁵ Este é o articulador teórico-clínico de sua tese, e é em torno dele que são elaboradas as concepções de linguagem e de sintoma próprios à clínica de linguagem.

De uma perspectiva linguística, Flores (2006) propõe discutir a “patologia”²⁶ de linguagem como um fenômeno linguístico–enunciativo. Para essa tarefa, o autor reúne elementos que subsidiam a reflexão sobre a aproximação da linguística da enunciação com o campo clínico, mais especificamente com o da fonoaudiologia. Segundo Flores (op. cit.), uma das condições para que essa aproximação seja frutífera é a não tomada, como é comum na fonoaudiologia, do *sintoma* como um “erro”, tipificado no interior de um quadro de ocorrências dado *apriori*. Nesse caso, os aportes da linguística têm um caráter normativo, ou seja, servem para avaliar o que está “correto” ou “errado” na linguagem.

Como a polaridade normal/patológico não faz parte do programa científico da linguística, não há como a linguística descrever e explicar o que é da ordem do patológico na linguagem. Por esse motivo, é necessário, em primeiro lugar, especificar qual a linguística que pode estudar o patológico. Em segundo lugar, considerando-se tal linguística, deve-se ampliar o quadro teórico para que o *sintoma* de fala possa integrar o estudo linguístico. Para essa dupla necessidade Flores (op. cit.) argumenta a favor de uma abordagem enunciativa para dar suporte às relações entre a linguística e o campo clínico das “patologias” de linguagem. Porém, uma abordagem enunciativa que olhe para o funcionamento de linguagem na “patologia” não é suficiente. Nesse ponto, a ampliação do quadro teórico se dá pela convocação da psicanálise lacaniana como campo exterior à linguística.

O autor conclui o trabalho ressaltando os aspectos pertinentes ao estudo do *sintoma* de fala pelo campo enunciativo. Um deles é que a linguística que incluir em seu objeto a “patologia” não pode abdicar da figura do locutor, aquele que enuncia na linguagem. Além de incluir o locutor no seu escopo, deve priorizar como este se propõe como sujeito na enunciação enquanto ato. Isso, juntamente com a idéia de que um *sintoma* não tem existência à não ser para um sujeito, possibilita entender o funcionamento de linguagem por um prisma que abriga o “erro” como uma manifestação singular. Para Flores (op. cit.) é através de um programa como esses, que contempla os “falantes não-ideais”, que o campo da linguística e o das “patologias” de linguagem podem avançar no estudo sobre a linguagem.

A questão do sintoma de linguagem no campo da clínica de linguagem também é abordada por Trois (2008), que discute as aproximações entre a psicanálise e a

²⁶ O termo patologia é empregado como co-relacionado à noção de *sintoma* inspirada pela psicanálise lacaniana.

fonaudiologia, tomando como ponto de enlace dessas áreas uma clínica-de-linguagem²⁷. O trabalho de Trois (op.cit.) é desenvolvido a partir de debates acerca das noções de linguagem teorizadas por uma linguística tributária do pensamento saussuriano²⁸, e sobre a noção de sintoma na clínica, que “inclui uma discussão a respeito da estruturação subjetiva e sua determinação pela linguagem” (p. 96).

Através da metáfora do “quadro clínico”, e do diálogo com o campo da enunciação, Trois (op. cit.) fala de possíveis contribuições que a psicanálise pode trazer para a clínica de linguagem na fonaudiologia. O autor argumenta que a prática clínica é uma modalidade de saber-fazer-com-a-linguagem que subjaz um sujeito. Um sujeito “que se apresenta como *sujeito* em seu discurso” (cf. Trois), um sujeito²⁹ que é efeito da linguagem.

Ao desenvolver o conceito de clínica-de-linguagem o autor sublinha que é no interior da própria linguagem que os diferentes paradigmas clínicos são introduzidos. A linguagem é a matéria-prima de um fazer, um saber-fazer-com-a-linguagem (cf. Trois) que tem como correlato clínico, um saber-fazer-com-o-sintoma.

As diferentes pesquisas que fazem interagir os estudos da *Teoria da Enunciação* e o campo dos *distúrbios de linguagem* tratam também de temas específicos, tanto do campo da linguística, quanto da *clínica dos distúrbios de linguagem*. Um exemplo dessa especificidade está no trabalho de Aresi & Flores (2008), que aborda *o funcionamento do par “pergunta-resposta” em situação de clínica dos distúrbios de linguagem*. Através de uma análise de cunho enunciativo, do funcionamento do par “pergunta-resposta”, os autores refletem acerca da relação entre a *forma e o sentido*³⁰ deste par no contexto clínico fonoaudiológico.

Entre os pontos abordados no trabalho os autores destacam que uma das diferenças entre a pergunta e a resposta está no aspecto “eleitor/eleito”³¹, que está relacionado ao fato de que “cada pergunta comporta um tipo de resposta que a satisfaça, restringindo e direcionando seu

²⁷ O autor grifa a expressão clínica-de-linguagem com hífen para destacar sua dimensão de neologismo. A expressão denota uma relação de entrelaçamento da clínica e da linguagem, e desta ao sintoma, ou seja, a expressão demarca um posicionamento teórico.

²⁸ O autor destaca como integrantes dessa linguística Émile Benveniste e Roman Jakobson.

²⁹ O autor refere-se ao sujeito com o qual trabalha a psicanálise lacaniana.

³⁰ Essas noções linguísticas são estudadas por Benveniste em *A forma e o sentido na linguagem*, texto de 1966, que integra a obra *Problemas de linguística geral II*.

³¹ O par “pergunta-resposta” é objeto de pesquisa nas linguísticas interacional e conversacional. Assim, para fundamentar seu estudo os autores recorreram a diferentes trabalhos dessas áreas.

sentido” (Aresi & Flores, 2008, p. 87). Outro item discutido diz respeito à distinção feita por alguns estudos interacionais em dois tipos de perguntas - as perguntas fechadas ou totais e as perguntas abertas ou parciais – que se diferenciam quanto à função e quanto à restrição semântica que impõem às suas respostas.

Do ponto de vista da teoria da enunciação Aresi & Flores (op. cit.) recorrem ao conceito de *aparelho formal da enunciação*³² para tratar da noção de *pergunta* sob uma ótica que permita uma reflexão sobre o par “pergunta-resposta” na clínica dos distúrbios de linguagem. Em resumo, na enunciação a pergunta³³ é entendida como a solicitação de um dizer, o que difere de alguns estudos linguístico-interacionais em que ela funciona como uma solicitação ou confirmação de uma resposta.

Assim, o caminho determinado pelos autores iniciou com a apresentação do par “pergunta-resposta” no campo da linguística interacional e conversacional, para na sequência enfocar os conceitos da teoria benvenistiana pertinentes aos objetivos do estudo. No final, após a análise dos dados³⁴, as conclusões são formuladas sob dois aspectos: geral e específico. Do ponto de vista geral, as conclusões em relação ao par “pergunta-resposta” não se limitam à situação clínica dos distúrbios de linguagem. Do ponto de vista específico, que é no contexto clínico, as conclusões podem ser sintetizadas em: a) a pergunta possui um funcionamento específico, qual seja, o de solicitar um uso de *forma* como resposta; b) por solicitar um uso de *forma*, a pergunta coloca a resposta numa posição de nomeação.

O estudo sobre a construção da co-referência em casos de retardo de linguagem (Kunh, 2006) é outro exemplo de pesquisa que aborda um tema específico do campo da linguística, relacionando-o aos estudos sobre a “patologia” de linguagem. A autora discute essa relação a partir de dados extraídos de atendimentos fonoaudiológicos³⁵, tendo como objetivo verificar o processo de construção de co-referência³⁶ na linguagem. Em seu trabalho a teoria

³² O texto *O aparelho formal da enunciação* produzido no ano de 1970 encontra-se no tomo *Problemas de linguística geral II* de Émile Benveniste.

³³ O que é designado aqui de pergunta tem o nome de *interrogação* em Benveniste. A *interrogação*, a *intimação* e a *asserção* caracterizam as grandes funções sintáticas da língua.

³⁴ Os dados, que são fatos enunciativos, são representados por dois diálogos ocorridos em diferentes sessões de atendimento fonoaudiológico. Os diálogos aparecem em forma de recortes, que foram apresentados e transcritos respeitando uma metodologia condizente com o aporte teórico que serviu de base para o trabalho.

³⁵ Os dados são representados por diálogos (recorte enunciativo) estabelecidos entre terapeuta, paciente e familiares, sendo que os pacientes apresentavam um retardo de linguagem.

³⁶ Em Benveniste a co-referência é definida como a “possibilidade linguística própria do co-locutor de partilhar da referência do locutor” (Flores; Barbisan; Finatto; Teixeira, 2009, p. 70).

benvenisteano é enfocada sob três perspectivas: a da palavra, a da palavra no enunciado e a do diálogo.

A pesquisa de Kuhn (op. cit.), que tem como um dos objetivos investigar como os sujeitos “garantem” o processo dialógico, teve como operadores de análise as *condições de equilíbrio e desequilíbrio* sob as quais a co-referência é construída. Na primeira condição há o reconhecimento e a compreensão³⁷ por parte dos interlocutores no diálogo, e na segunda é observada uma ruptura na relação reconhecimento/compreensão entre os mesmos. Através das análises a autora conclui que em ambos os casos apresentados os pacientes conseguiram co-referir, mesmo quando foi constatada a dificuldade no uso, ou mesmo a ausência, de palavras.

Ao tomar a questão da co-referência como categoria de análise em seu trabalho, Kuhn (op. cit.) justifica a pertinência do diálogo entre o campo das “patologias” de linguagem e uma teoria linguística da enunciação. Se para um a relação contribui na problematização de aspectos concernentes à fala dita sintomática, para a linguística fornece elementos importantes para refletir sobre a linguagem em geral.

No campo dos distúrbios de linguagem outro tema estudado pelo viés enunciativo é a gagueira. Considerada como um transtorno relacionado à fluência, a gagueira é um tema que convoca diversas áreas do conhecimento que se ocupam em entender a sua natureza, em definir a sua etiologia e investigar as suas relações com a fala e com a linguagem. Na área da fonoaudiologia destacamos o trabalho de Oliveira (2008), que por um viés interdisciplinar propõe abordar a gagueira sob uma perspectiva que integra as concepções teóricas advindas da linguística da enunciação, da psicanálise lacaniana e da fonoaudiologia.

Segundo autora, o que difere o seu enfoque sobre a gagueira de outros existentes é o fato de que o objeto de seu estudo não está relacionado à patologia em si, mas a sua forma de organização, como um sistema específico para cada sujeito falante. Oliveira (op. cit.) teoriza acerca das concepções de linguagem e de sujeito na especificidade da gagueira como fala sintomática. Com o aporte teórico da linguística da enunciação, e da noção de sintoma advinda da psicanálise, o trabalho de Oliveira (op. cit.) propõe que se observe a relação entre

³⁷ Reconhecimento e compreensão são critérios utilizados por Benveniste para que o signo possa existir. Esses termos, no sentido aqui empregado, só podem ser tomados no quadro teórico proposto pelo autor. Para isso indicamos a leitura do texto *Semiologia da língua*, que integra o conjunto de trabalhos publicados pelo autor no *Problemas de linguística geral II*.

o sujeito e a língua em funcionamento nos casos de gagueira. Dessa forma, o estudo da gagueira proposto pela autora passa de um enfoque baseado na descrição linguística, cujo objetivo é o enquadramento numa patologia, para outro que toma o sintoma de gaguejar como uma possibilidade do sujeito enunciar.

Ao finalizarmos essa seção importa que tenhamos considerações finais sobre os trabalhos³⁸ relacionados aqui e as implicações destes no campo dos *distúrbios de linguagem*. Esses trabalhos comungam um fator que integra o eixo temático de seu conjunto: a presença da Linguística da Enunciação. Todos eles, através de seu campo de origem (fonoaudiologia, linguística, psicanálise), fazem um percurso que: ou parte da clínica dos distúrbios de linguagem para tratar de questões linguísticas; ou parte da linguística para refletir questões da clínica. O que une esses campos, e os seus trabalhos sobre diferentes temas, é sempre a linguagem, essa linguagem matéria-prima de um fazer (cf. Trois, 2008).

Através da reunião desses estudos é possível depreender diretrizes de um enfoque enunciativo que toma como objeto a fala desviante. Vista desse ângulo, a questão da linguagem no estudo das patologias não recebe uma descrição na sua generalidade, mas é acrescida das noções de sintoma, sujeito e linguagem articuladas sob diferentes domínios do saber.

Se neste item reunimos alguns trabalhos que discutem a relação entre a Linguística da Enunciação e os *distúrbios de linguagem*, foi por entender que parte de suas reflexões interessam aos propósitos do nosso estudo. Contudo, para chegarmos ao objetivo principal de nossa pesquisa é fundamental que reivindicemos uma noção de linguagem que sustente os princípios de análise que proporemos para a clínica dos distúrbios de linguagem. Assim, reiteramos a necessidade de uma concepção de linguagem para uma clínica em que o *distúrbio de linguagem* faz questão. Essa temática será encaminhada no próximo capítulo.

³⁸ Indicamos ainda os trabalhos de Cardoso & Oliveira (2005); Kuhn (2009); Flores (2008); Flores; Surreaux e Kuhn (2005) que não foram discutidos nessa seção.

CAPÍTULO 2

A ENUNCIÇÃO E OS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM

Na introdução do capítulo anterior foi explicitada, face à abordagem dos *distúrbios de linguagem*, a necessidade de um diálogo entre as áreas da fonoaudiologia e da Linguística da Enunciação. No entanto, houve a necessidade de uma especificação em relação à área da fonoaudiologia, visto que, nesta tese, nossas reflexões partem do que estamos a designar de *clínica dos distúrbios de linguagem*.

Este capítulo, de modo semelhante ao que ocorreu no primeiro, especifica uma área do conhecimento. Se antes marcamos a particularidade da *clínica dos distúrbios de linguagem* em relação à fonoaudiologia, agora caracterizamos o estudo inserido no quadro da Linguística da Enunciação, da teoria da enunciação de Émile Benveniste. Além disso, o construto teórico desenvolvido neste capítulo visa a cumprir com um dos objetivos reivindicados para esta pesquisa: a elaboração de uma concepção de linguagem que sirva de base para uma clínica que lida com os *distúrbios de linguagem*.

A teoria da enunciação de Benveniste é, incontestavelmente, a mais representativa de todas que integram a Linguística da Enunciação. Considerado como “o linguista da enunciação”, Benveniste se dedicou ao estudo semântico da língua com vistas à enunciação. Por essa perspectiva, que não ignora as concepções de sistema e de signo do pensamento saussuriano³⁹, o autor buscou a articulação entre a língua e o sujeito que dela faz uso.

Subtraindo-se todo o fascínio que, pelo caráter filosófico e interdisciplinar, a teoria nos desperta, é preciso dizer que: surge uma limitação intransponível quando, com o intuito de estabelecer uma interface com outra área do conhecimento, se estuda Benveniste. Referirmo-nos à impossibilidade de uma leitura linear que dê conta, de forma integral, dos principais conceitos da teoria.

³⁹ Sobre as questões de filiação teórica de Benveniste em relação a Saussure indicamos a leitura de: *Convite à linguística* (Normand, 2009) e *Saussure, Benveniste e a teoria do valor: do valor e do homem na língua* (Flores; Teixeira, 2009 disponível em <http://www.letraseletras.ileel.ufu.br/viewissue.php?id=16>).

A teoria da enunciação de Benveniste é caracterizada por uma produção diversa⁴⁰, em que os fundamentos básicos podem ser encontrados em diferentes textos. Além dessa característica, podemos apontar outras dificuldades de leitura da teoria, que se apresentam sob os seguintes aspectos: a imprecisão dos termos⁴¹ utilizados; a ordem cronológica de publicação dos textos, que não guarda, necessariamente, uma lógica de desenvolvimento conceitual; o endereçamento dos textos a diferentes públicos⁴², o que implica em diferentes arranjos voltados para esses leitores.

As dificuldades apontadas acima nos colocam a tarefa, assumida desde já, de procedermos a uma leitura distinta e parcial da teoria. A leitura singular que imprimimos, longe de fazer uma reprodução da teoria, se direciona para as principais proposições conceituais sobre a língua e sobre a linguagem contidas em textos específicos da obra de Benveniste. O leitor poderá perceber que, pela dificuldade de estudar um conceito isoladamente, não há, na maioria das vezes, uma abordagem exclusiva de determinadas noções, e das principais oposições (pessoa/não-pessoa, língua/discurso, signo/frase, forma/sentido, etc.), numa única seção deste capítulo.

Dessa forma, este capítulo é constituído por duas partes: a) na primeira parte (2.1), que se divide em três subitens, serão discutidos os aspectos de uma concepção enunciativa de linguagem. No item 2.1.1. serão abordados os elementos que concorrem para a natureza intersubjetiva da linguagem. Em *Os níveis da análise linguística* (2.1.2) o objetivo é alcançar, com Benveniste, o princípio fundamental que rege a relação entre *forma* e *sentido* na análise linguística. No item 2.1.3. serão discutidas as relações entre *forma* e *sentido* a partir do funcionamento da língua ; b) Na segunda parte (2.2) estão as reflexões sobre o diálogo pretendido entre a teoria da enunciação de Benveniste e a clínica *dos distúrbios de linguagem*.

⁴⁰ A diversidade da obra de Benveniste pode ser comprovada nas seis partes em que estão divididos os dois volumes de *Problemas de linguística geral* (PLG I e PLG II): *transformações da linguística; a comunicação; estruturas e análises; funções sintáticas; o homem na língua; léxico e cultura*. Somam-se a essas publicações os trabalhos que privilegiam os estudos indo-europeus, e outros publicados em diferentes revistas de filologia e linguística clássica (cf. Normand, 2009), tais como: *Origens de la formation des noms en Indo-Européen*. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, 1984 ; *Noms d'agent et noms d'action en Indo-Européen*. Paris: Librairie d'Amérique et d'Orient, 1993 ; *O vocabulário das instituições indo-européias: economia, parentesco, sociedade (volume I)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995; *O vocabulário das instituições indo-européias: poder, direito, religião (volume II)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. A título de informação, lembramos, ainda, que Emile Benveniste legou o conjunto de seus manuscritos à Biblioteca Nacional Francesa (BNF). Para maiores informações, ver: "Fonds Emile Benveniste" apresentado por Emilie Brunet, rubrique em <http://www.item.ens.fr/index.php?id=200861>

⁴¹ Claudine Normand (1996) chama essa imprecisão de "bricolagem terminológica".

⁴² Citamos, a título ilustrativo, o texto *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966, escrito para filósofos; e o *Da subjetividade na linguagem*, de 1958, escrito para psicólogos.

É importante fazermos uma ressalva quanto à divisão, em aspectos, do quadro teórico eleito para esta pesquisa. Esses aspectos enunciativos que, num primeiro momento, serão discutidos separadamente, integram a concepção de linguagem que reivindicamos. Assumimos este itinerário próprio de leitura porque acreditamos que, traçado dessa maneira, ele contribui para o objetivo principal desta tese: a elaboração de princípios enunciativos de análise na *clínica dos distúrbios de linguagem*.

Sendo assim, os aspectos da teoria enunciativa de Benveniste, reunidos nesta parte em diferentes tópicos, serão retomados, ainda separadamente, no capítulo 3. No capítulo 4 essas concepções teóricas participarão, de forma conjunta, da reflexão sobre as implicações de uma análise enunciativa na *clínica dos distúrbios de linguagem*.

2.1 ASPECTOS DE UMA CONCEPÇÃO ENUNCIATIVA DE LINGUAGEM

Os aspectos considerados, a seguir, a partir da teoria benvenistiana, são: a intersubjetividade (cf. 2.1.1), os níveis da análise linguística (cf. 2.1.2) e a forma e o sentido na linguagem (cf. 2.1.3).

2.1.1 A INTERSUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM

Como dissemos, na introdução deste capítulo, optamos por um itinerário próprio na leitura da obra de Benveniste. O caminho que adotamos inicia por um ponto que, para nós, é central na teoria: a intersubjetividade. A questão da intersubjetividade é um princípio que está na base da reflexão de Benveniste sobre a linguagem. Porém, suas reflexões sobre a linguagem estão, em grande parte das vezes, relacionadas aos estudos que o autor imprimiu sobre a língua. Sabe-se que Benveniste foi um linguista que se dedicou ao estudo de muitas línguas e que, portanto, esse tema integra, juntamente com as abordagens acerca da linguagem e da língua, o seu sistema conceitual. Essas três instâncias, abordadas em sua obra, fazem com que Benveniste seja reconhecido como um linguista da linguagem, mas também da língua e das línguas (cf. Flores, 2008).

A relação entre linguagem e língua é de tal forma arraigada que cria uma dificuldade quando queremos tratar somente de uma dessas noções⁴³. Pela dificuldade de estudar esses conceitos benvenistianos isoladamente, nos reportaremos, conforme a necessidade, a um e a outro paralelamente, tomando o cuidado de não sobrepô-los.

O princípio da intersubjetividade parece estreitamente relacionado a uma visão antropológica que sobressai em alguns dos trabalhos do autor. Uma passagem que ilustra essa visão está na entrevista que Benveniste concede a Pierre Daix (PLG II, p. 11-28)⁴⁴, na qual afirma que *o homem não nasce na natureza, mas na cultura*. Com essa afirmação, Benveniste sustenta que há laços que unem, irrevogavelmente, sociedade e linguagem, sendo a língua um elemento mediador dessa união. Daí destaca a função cultural da língua.

Nessa direção, enfatiza que tudo que é domínio da cultura deriva de um sistema de valores. Valores que se imprimem na língua. Segundo Benveniste, não há existência comum sem língua, assim como a língua não pode ser separada de sua função cultural. Como se pode observar, há, em Benveniste, uma preocupação em mostrar as relações que se estabelecem entre as díades língua-cultura, homem-língua, homem-homem, o que permite antever a noção de intersubjetividade que perpassa a sua obra. Como diz o autor: “não há aparelho de expressão tal que se possa imaginar que um ser humano seja capaz de inventá-la sozinho” (PLG II, p. 24).

Se inicialmente enfocamos a questão da intersubjetividade é por entender, como já foi dito, que esse é um ponto de base na teoria. Entretanto, o problema da subjetividade vincula-se a essa questão basilar. Sendo assim, desenvolveremos essa parte do trabalho a partir da discussão em torno da categoria de pessoa e do fundamento da subjetividade, que correspondem a duas correlações designadas por Benveniste de: *correlação de pessoalidade* e *correlação de subjetividade*.

Para Benveniste, uma teoria linguística que trate da pessoa verbal deve constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam as *pessoas*. No entanto, para o autor, o

⁴³ Soma-se a isso a flutuação terminológica que resulta dos diferentes usos dos termos língua e linguagem pelo autor. A incoerência no emprego desses termos é mostrada em Flores (2008).

⁴⁴ Trata-se de *Problèmes de linguistique générale I e II* publicados na França em 1966 e 1974, respectivamente, que serão referidos, aqui, conforme a edição brasileira da Editora Pontes (cf. Bibliografia) e de acordo com o seguinte sistema: sigla, indicação do volume, seguida de indicação da página. Tendo em vista a importância da cronologia da obra do autor, optamos por indicar no corpo da tese, as datas originais dos textos trabalhados, embora na bibliografia constem as traduções brasileiras e as edições francesas, consultadas sempre que questões de tradução se impuseram.

fundamental reside em conhecer a estrutura dessas oposições. É, pois, pela necessidade de entender as relações de oposição entre as pessoas verbais, e sobre qual o princípio está fundamentada essa oposição no estudo da linguagem, que Benveniste vai apontar os traços de pessoalidade e de subjetividade que envolvem a estrutura do sistema pronominal.

No artigo *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, de 1946, Benveniste destaca a não homogeneidade das *pessoas eu, tu, ele*. A diferença entre elas é caracterizada por um triplo viés de oposições: duas formas de oposição de *eu* e *tu* em relação a *ele*; e uma de *eu* em relação a *tu*.

O primeiro viés está fundamentado no conceito de “pessoa” mesmo, em que nas duas primeiras *pessoas* – *eu* e *tu* - há ao mesmo tempo uma “pessoa” implicada e um discurso sobre essa “pessoa”. Já a forma dita de *terceira pessoa* – *ele* - indica um enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não refere uma “pessoa” específica. Logo, a *terceira pessoa* é a forma verbal que exprime a “não-pessoa”.

Destacam-se ainda mais duas características que reforçam esse contraste, da *primeira* e da *segunda pessoa*, em relação à *terceira pessoa*: a unicidade e a reversibilidade das *pessoas eu* e *tu*. Sobre a unicidade o autor comenta: “o ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum”. (PLG I, p.253). Assim, também, a reversibilidade só é possível entre as duas primeiras *pessoas*, onde “o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’”. (PLG I, p.253). Essa inversão não acontece entre uma dessas *pessoas* e a terceira, visto que o *ele* não designa especificamente nada e nem ninguém.

O primeiro ponto de vista sobre a oposição entre as *pessoas* do verbo consiste então na marca de “pessoa” contida em *eu-tu*, e que está ausente em *ele*. O segundo é representado pelas características de unicidade e de reversibilidade que estão presentes somente em *eu* e *tu*, e não em *ele*. Essas oposições, estabelecidas pela marca de pessoa, pela unicidade e reversibilidade, configuram o que Benveniste chamou de *correlação de pessoalidade* (*corrélation de personnalité*)⁴⁵.

⁴⁵ A tradução brasileira desse texto traduz *corrélation de personnalité* por *correlação de personalidade*. O fato é que *personnalité* é derivado de *personne* que, em francês, tem dentro seu sentido, segundo o *Dicionário Le Petit Robert*, duas ideias: a) “Individu qui a une conscience claire de lui-même et qui agit en conséquence”; b) “Indication du rôle que tient la personne qui est en cause dans l'énoncé, suivant qu'elle parle en son nom

Por um terceiro viés encontramos a oposição que está no interior da mesma categoria que o *eu* e o *tu* constituem. Trata-se da oposição correspondente a duas diferenças, no que se refere à natureza, entre *eu* e *tu*. Uma delas é o fato do *eu* ser *interior* ao enunciado e *exterior* a *tu*. A outra é a transcendência do *eu* em relação ao *tu*. Porém, convém ressaltar que essa interioridade e essa transcendência são momentâneas, pois na reversibilidade das “pessoas”, no diálogo, as qualidades de interioridade e transcendência se invertem. Com base nessa oposição a “pessoa” subjetiva é representada pelo *eu*, enquanto o *tu* é definido como a “pessoa” não-subjetiva. Esse ponto de vista, relativo à transcendência e à reversibilidade de *eu* e *tu*, é o que Benveniste chamou de *correlação de subjetividade*.

Ao estudar as oposições contidas na estrutura do sistema pronominal, através das correlações de *personalidade* e de *subjetividade*, parece que Benveniste dá indícios significativos do conceito de intersubjetividade. Embora ainda não formulado de maneira categórica, há uma antecedência, nesse texto de 1946, de elementos que indicam nessa direção.

Em *A natureza dos pronomes*, de 1956, pode-se vislumbrar um avanço teórico acerca do estatuto da *pessoa*, refletido através do sistema pronominal, e da questão da intersubjetividade na linguagem. Nesse trabalho há mais clareza em relação à abordagem das instâncias da linguagem e da língua, bem como à interdependência característica dessas instâncias na teoria. Esse é um fato perceptível desde a introdução de *A natureza dos pronomes*, quando Benveniste afirma que o problema dos pronomes é, ao mesmo tempo, um problema de línguas e um problema de linguagem. Vale destacar também a reflexão em torno da noção de referência que, atrelada à de enunciação, é mais um componente a ser considerado na diferenciação, do ponto de vista discursivo, entre a “pessoa” e a “não-pessoa” em Benveniste.

Assim, como no enfoque dado à estrutura das relações da pessoa no verbo, Benveniste faz uma diferenciação entre os pronomes de primeira e de segunda *pessoa*, em relação aos de terceira. Enquanto o *eu* e o *tu* pertencem à “realidade de discurso” e, portanto, têm o *status* de

(*première personne* je, nous), qu'on s'adresse à elle (*deuxième personne* tu, vous) ou qu'on parle d'elle (*troisième personne* il[s], elle[s]).

Evidentemente, no caso da teoria de Benveniste, é o sentido “b” que se destaca. Tais sentidos, porém, não coexistem em português na tradução de *personne*, ou seja, em *pessoa*. Logo, *personalidade*, o derivado de *pessoa* em português, é termo que está mais próximo das teorias psicológicas, enquanto Benveniste quer, na verdade, ressaltar o traço de *pessoa* do sistema pronominal, que é mais próximo do uso linguístico do termo. É em função disso que, por sugestão do professor Valdir Flores, optamos por traduzir *corrélacion de personnalité* por *correlação de personalidade*, criando, com isso, um neologismo em português que explicita a ideia de Benveniste em ressaltar o traço de *personalidade* (e não de personalidade) presente em *eu* e *tu*.

“pessoa”, o *ele* é a “não-pessoa”, visto que não remete a ele mesmo no discurso, mas a uma situação “objetiva”.

Benveniste (op. cit.) sublinha que o *eu* só pode ser identificado pela situação de discurso que o contém, ou seja, só tem valor no espaço-tempo no qual é produzido. Ao definir *eu* como “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*” (PLG I, p. 278), e, na situação de alocução, o *tu* “como o ‘indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*’” (PLG I, p. 279), Benveniste registra o fato de que *eu* e *tu* representam uma posição na linguagem. Melhor dizendo, *eu* e *tu* são elementos que não se resumem a formas linguísticas, mas que, acima de tudo, constituem uma categoria de linguagem.

Vale destacar aqui a participação do *eu* e *tu* na organização referencial dos signos linguísticos, em contraposição ao *ele*. Enquanto a referência do par *eu-tu* é relativa à instância de discurso, o *ele*, membro não marcado da correlação de *pessoa*, remete a uma situação objetiva. Ou seja, a terceira *pessoa* tem a função de predicação e não é reflexiva da instância de discurso. Por outro lado, as formas pronominais *eu-tu* não remetem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única. Além disso, o *eu* tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único.

Podemos depreender, então, que certas noções como as *de pessoa/não-pessoa*, *subjetividade/intersubjetividade*, *referência* e *enunciação* convergem nesse texto. Essa convergência é percebida de maneira mais explícita através das próprias palavras do autor:

Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas “pronominais” não remetam à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à **enunciação**, cada vez única, que as contém, e reflitam assim o seu próprio emprego. A importância da sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da **comunicação intersubjetiva**. (PLG I, p. 280) [grifo nosso].

Em síntese, para Benveniste os pronomes não pertencem a uma classe unitária, mas, como ele próprio enfatizou, são elementos que se diferenciam pelo modo de linguagem do qual são signos. Ao avançar suas reflexões sobre as relações entre o sistema pronominal e a noção de *pessoalidade*, Benveniste ratifica a afirmação de que é como fato de linguagem que, em sua teoria, aborda os pronomes.

O problema dos pronomes retorna no artigo *Da subjetividade na linguagem*, de 1958. No entanto, esse retorno é trilhado para sintetizar, e até mesmo sedimentar, alguns dos conceitos abordados nos trabalhos anteriores. Trata-se de um *texto-balanço*⁴⁶ de Benveniste (cf. Normand, 1996). É claro que, em se tratando de Benveniste, rever questões teóricas de base implica em estabelecer, entre essas questões, outra gama de relações no interior do respectivo quadro teórico. Feita essa observação, destacamos que aqui enfocaremos as suas proposições conceituais acerca da linguagem.

Em *Da subjetividade na linguagem*, escrito para um jornal de psicologia, Benveniste critica a noção *simplista* de linguagem como instrumento da comunicação⁴⁷. Para o autor, a linguagem tem a propriedade essencial de ser constitutiva do homem – é ela que ensina a própria definição de homem (cf. Benveniste, op. cit.). Em suas palavras: “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (PLG I, p.286). Nessa perspectiva, o processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma consequência de uma condição fundamental: a polaridade das pessoas na linguagem. Trata-se da condição do diálogo, que tem as bases assentadas no fenômeno da alteridade: “Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*” (PLG I, p. 286). Sendo assim, a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. É “ego” quem diz *ego*.

Estão aqui delineados os fundamentos da subjetividade e da intersubjetividade. O que Benveniste designa de subjetividade é a capacidade do locutor de se propor como “sujeito” no exercício da língua. É através de uma *apropriação* da língua, designando-se como *eu*, que o locutor enuncia e, assim, passa a “sujeito”.

Verifica-se, pois, que a noção de subjetividade está atrelada à de “pessoa”, sendo os pronomes pessoais (*eu-tu*) o primeiro ponto de apoio para a revelação da subjetividade. De outro modo, quando diz que a condição de diálogo implica reciprocidade e que a consciência

⁴⁶ Claudine Normand, em *Os termos da enunciação em Benveniste* (1996), faz uma diferenciação em relação aos textos escritos por Benveniste. A autora nomeia de *textos-balanços*, ou *textos de parada*, aqueles que sintetizam observações formuladas em outros trabalhos. Em oposição aos *textos-balanço* estão os *textos de pesquisa*, ou *textos de abertura*, que “abrem”, para a reflexão, diferentes questões desenvolvidas na teoria.

⁴⁷ Linguagem como “instrumento da comunicação” é, neste texto, usado por Benveniste com o sentido de “transmitir mensagens”. Alertamos que essa ideia de comunicação não corresponde, sinonimicamente, a de *comunicação intersubjetiva*, utilizada por Benveniste em outros trabalhos. A noção de *comunicação intersubjetiva* é desenvolvida extensamente em: BARROS, Simone. *Linguagem e educação: aspectos enunciativos de programas de interação escola / mídia*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Orientador*: Valdir do Nascimento Flores.

de si mesmo só é possível se experimentada por contraste, Benveniste registra a primazia do caráter intersubjetivo da linguagem.

Através do entendimento desses dois fundamentos - intersubjetividade e subjetividade - é possível perceber, nesse momento, a distinção entre linguagem e língua em Benveniste. Nessa direção, Flores (2005) observou que: “a intersubjetividade está para a linguagem assim como a subjetividade está para a língua” (p.34). Dessa relação depreende-se uma lógica vista sob duas condições: se a linguagem é condição da língua, a intersubjetividade é condição da subjetividade.

Em tempo, cabe ainda considerar a questão da temporalidade que, assim como a dos pronomes, é contígua à noção de referência e amplia o domínio da subjetividade. A noção de temporalidade sempre é orientada pelo “presente”, que coincide com a instância de discurso. Como diz Benveniste: *não há outro critério nem outra expressão para indicar “o tempo que se está” senão tomá-lo como “o tempo em que se fala”*. (PLG I, p.289).

Conclui-se daí que a referência é vinculada ao tempo presente, que é identificado pela situação de discurso. É justamente no ato de discurso individual que o locutor se designa como *eu*, propondo o *tu* diante de si. A referência, portanto, é ao locutor, mas, depende do alocutado. Dessa forma, vemos que a subjetividade na linguagem, como ato de apropriação da língua pelo locutor, na instância de discurso, é condicionada por uma relação de intersubjetividade. Essa que se caracteriza como um fundamento constitutivo da natureza da linguagem.

2.1.2 OS NÍVEIS DA ANÁLISE LINGUÍSTICA

Iniciamos esse tópico colocando em destaque a afirmação, feita por Benveniste, de que o método de análise é importante na descrição de um objeto complexo como a linguagem. Para o autor a noção de *nível* é essencial “na determinação do procedimento de análise” (PLG I, p. 127). É assim que, em *Os níveis da análise linguística*, texto de 1964, Benveniste propõe uma noção de *nível da análise* que, diferente dos estudos linguísticos de sua época, vai incluir a questão do sentido. Esta é uma questão de fundamental importância nesta tese, pois, em que pesem as diferenças, nela estão presentes questões de análise e de linguagem.

Segundo Benveniste, a base do procedimento de análise está no método distribucional. Esse método compreende duas operações: a segmentação e a substituição. A realização dessas operações consiste em segmentar o enunciado até os seus elementos não decomponíveis, e, paralelamente, identificar esses elementos por meio das substituições que admitem. De início, já é necessária uma observação: as operações de segmentação e substituição não têm o mesmo grau de alcance aplicativo. A substituição pode operar sobre elementos não segmentáveis, enquanto a segmentação só é passível de realização sobre elementos segmentáveis.

Para mostrar a diferença de alcance entre essas operações, Benveniste se reporta às duas classes de elementos mínimos identificados na análise dos níveis da língua: fonemas e merismas. Os fonemas caracterizam os elementos segmentáveis mínimos, visto que, é possível isolar, no seu interior, os *traços distintivos*, ou merismas. Já os elementos substituíveis mínimos são os merismas. Estes são passíveis de substituição por outros elementos da mesma ordem, porém, não admitem segmentação⁴⁸. Assim, os fonemas podem ser segmentados em traços distintivos e substituídos por outros fonemas. Por outro lado, aos traços distintivos resta somente a substituição por outros da mesma ordem, pois estes não podem constituir classes sintagmáticas.

A importância dessas observações está justamente na relação mútua que se estabelece entre os níveis fonemático e merismático, ou seja, ao analisarmos um dos níveis implicamos o outro. O exemplo citado ilustra essa relação: o fonema é decomposto em merismas, assim como a combinação de merismas constitui o fonema.

Contudo, Benveniste ainda avança um pouco mais para explicar a *condição linguística* dessa relação. Para tanto, propõe que a análise, que inclui as respectivas operações de segmentação e substituição, incida sobre unidades mais extensas. É, dessa forma, percorrendo o caminho inverso, dos elementos mínimos ao nível superior, que está, segundo Benveniste, o fundamento da análise linguística.

O que Benveniste pretende, ao propor que se opere sobre porções mais longas, é incluir a questão do sentido na análise linguística. Sua preocupação se diferencia dos estudos linguísticos da época, cuja metodologia de análise enfocava somente os aspectos formais dos

⁴⁸ Benveniste ilustra esse fato com o [d'], em que se reconhece quatro traços distintivos na sua produção: oclusão, dentalidade, sonoridade, aspiração. Nenhum desses traços “pode realizar-se por si mesmo fora da articulação fonética em que se apresenta” (PLG I, p. 129). Apesar de cada um desses traços admitir uma substituição, não podemos determinar-lhes uma ordem sintagmática, visto que, por exemplo, a oclusão é inseparável da dentalidade.

elementos. Para ele, o sentido é uma condição indispensável da análise. Essa “cabeça de Medusa”, que está no centro da língua, sempre foi, ao longo dos tempos, driblada ou ignorada pelos linguistas (cf. PLG I). A questão é saber como o sentido intervém nas operações de análise e de que nível depende. Esse é, então, o fundamento da análise linguística, destacado anteriormente, que será esboçado a partir de agora.

É nessa direção, visando o sentido, que Benveniste vai além da análise distribucional dos níveis. O autor sublinha que “uma unidade linguística só será recebida como tal se se puder identificar *em* uma unidade mais alta” (PLG I, p. 131). Sob este enfoque, a definição da distribuição de um elemento, como o fonema por exemplo, é condicionada pelo fato de que este seja referido sempre a uma unidade particular do nível superior que o contém. Assim, “se o fonema se define, é como constituinte de uma unidade mais alta, o morfema” (Idem). Observa-se aqui um diferencial fundamental na noção de nível proposta por Benveniste: o nível não é algo externo à análise, ele participa na análise como um operador.

Se o merisma é o limite inferior da análise, a frase, na direção oposta, é o limite superior. Entretanto, entre esses dois níveis está o do fonema, o do morfema e o da palavra⁴⁹, sendo a transição de um nível a outro não linear. Nessa progressão dos níveis estão em jogo duas espécies de relações - *distribucionais* e *integrativas* - fundamentais para o entendimento da noção de análise desenvolvida até aqui. As primeiras ocorrem entre unidades do mesmo nível, as outras entre unidades de nível diferente. Benveniste destaca, principalmente, as *relações integrativas*, visto que o reconhecimento de uma unidade como distintiva num determinado nível depende da sua capacidade de ser parte integrante de um nível superior. Dessa forma, o único meio de definir os elementos que constituem uma palavra é “identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem uma função integrativa” (PLG I, p. 133). É, portanto, com base no caráter constituinte e no caráter integrante dos elementos, que se pode afirmar que a frase só se define pelos seus constituintes, e que o merisma só se define como integrante de um nível superior.

Todo o percurso traçado por Benveniste, desde a explicação do método distribucional até a distinção entre elementos constituintes e elementos integrantes, tem um objetivo bem definido: encontrar o princípio fundamental que rege, nas unidades de diferentes níveis, a

⁴⁹ Quanto às palavras, Benveniste distingue-as em: *autônomas* e *sin-nomas*. As *autônomas*, que representam a grande maioria, são as que funcionam como constituintes de frases. As *sin-nomas* (esse, meu, com, etc.) só podem compor uma frase se acrescentadas a outras palavras.

relação entre *forma* e *sentido* na análise linguística. Para ele, essas noções estão articuladas em toda a extensão da língua, estando relacionadas ao aspecto estrutural dos níveis e às funções de *constituente* e *integrante* que representam. Resulta, assim, que a *forma* de uma unidade linguística é a capacidade dela de dissociar-se em constituintes de nível inferior. Já o *sentido* de uma unidade linguística é a capacidade que ela tem de integrar uma unidade de nível superior. Pensado dessa maneira, as relações entre *forma* e *sentido* são identificadas na estrutura dos níveis linguísticos, em operações descendentes e ascendentes de análise. A dissociação leva à constituição formal e a integração leva às unidades significantes.

Se resumirmos, esquematicamente, as noções articuladas na teorização sobre os níveis da análise linguística, teremos: a) a *forma* de um elemento é a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior. Ela caracteriza as relações do tipo *distribucionais*; b) o *sentido* de um elemento é a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior. Ele caracteriza as relações do tipo *integrativas*.

Mas a questão do sentido não se esgota na função integrativa que o caracteriza. Benveniste destaca outros aspectos dessa “cabeça de Medusa” que o levam a extrapolar o plano da análise linguística, conduzindo-o na direção de uma “linguística do discurso”.

Uma abordagem diferente em relação ao sentido acontece se a pergunta for: *qual* é esse sentido? (cf. Benveniste, PLG I). A partir dessa pergunta outra acepção de sentido, distinta da primeira, mas a ela associada, pode ser evocada. A primeira, como já vimos, é inerente ao sistema linguístico, onde um determinado elemento, enquanto significante, constitui uma unidade distintiva, opositiva, na relação com as outras unidades da língua. Nessa acepção, o sentido de uma unidade reside na sua capacidade de exercer uma “função proposicional” que, via de regra, obedece ao princípio de identificação pela capacidade de integração. Aqui ter sentido é ser integrante. A outra acepção implica o uso da língua para estabelecer uma certa relação com o mundo. Nesse caso, o sentido é o fato de cada enunciado, e cada termo do enunciado, ter um *referendum*⁵⁰, cujo conhecimento está implicado pelo uso nativo da língua (cf. Benveniste, PLG I). A distinção e a associação dessas duas noções de sentido é observada no nível da *frase*. Mas é preciso entender o conceito de frase⁵¹ no arcabouço teórico de

⁵⁰ A noção de *referendum* está associada a de “idéia”, que é trabalhada no texto *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966 (cf. 2.1.3).

⁵¹ A noção de *frase* será mais explorada no item 2.1.3. No texto discutido neste momento - *Os níveis da análise linguística* (1964) - a noção de frase tem uma especificidade relativa ao conceito de *nível de análise* formulado por Benveniste.

Benveniste, visto ser ele fundamental para o entendimento da proposta do estudo semântico da língua desenvolvido pelo autor.

Benveniste faz questão de frisar que a *frase* não se resume a “um degrau a mais na extensão do segmento considerado” (PLG I, p. 137). A frase é da ordem do discurso. Entre os argumentos utilizados por Benveniste, para tal afirmação, citamos aquele em que menciona as três funções do discurso que se mostram na frase: as proposições assertivas; as proposições interrogativas; as proposições imperativas⁵². Essas três modalidades, expressas na *frase*, refletem os diferentes comportamentos “do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor” (PLG I, p. 139). Portanto, a *frase* em Benveniste não tem uma função gramatical, mas desempenha a função de “instrumento” da comunicação. Ela não pode, independentemente do número de signos que a compõem, ser separada do discurso. A *frase* é a *unidade do discurso*.

Dessa forma, é pela noção de *frase*, como unidade do discurso, que Benveniste vislumbra dois universos, que possibilitam duas linguísticas diferentes⁵³. De um lado aquela que estuda a língua como um conjunto de signos formais e que, através de uma metodologia rigorosa, propõe uma análise distribucional dos elementos em níveis linguísticos estanques. E, de outro lado, a que designa de “linguística do discurso”, que aborda a língua enquanto discurso e que, ao tomar a *frase* como unidade e a questão do sentido como norte, integra, simultaneamente, *forma* e *sentido* na análise linguística. Essas duas linguísticas correspondem, como será visto na próxima seção, a dois modos distintos de olhar para a língua.

2.1.3 A FORMA E O SENTIDO NA LINGUAGEM

Ao discutir *Tendências recentes em linguística geral*, de 1954, Benveniste ressalta o esforço, por parte das diferentes escolas do pensamento linguístico, em buscar uma

⁵² Em *O aparelho formal da enunciação* (1970), essas proposições constituem o *aparelho de funções* responsável pela realização das “grandes funções sintáticas”.

⁵³ A reflexão em torno da distinção de duas linguísticas é semelhante à oposição feita entre *modo semiótico* e *modo semântico* da língua. Essa oposição aparece, mais claramente, em trabalhos mais atuais do autor, e estarão presentes na parte 2.1.3 desta tese.

formalização para abordar o seu objeto de estudo. Segundo ele, o objetivo de sistematizar os processos que concorrem para a cientificidade da área leva os linguistas às mesmas preocupações.

Benveniste apresenta essas preocupações sobre três questões de base: a) *Qual é a tarefa do linguista (...) o que descreverá sob o nome de língua?* b) *Como se descreverá esse objeto?* c) *Tanto para o sentimento ingênuo do falante como para o linguista, a linguagem tem como função “dizer alguma coisa”. O que é exatamente essa “coisa” em vista da qual se articula a língua, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem?* (PLG I, p.8). É na relação dessas questões que se impõe o problema de um dos conceitos norteadores da teoria benvenistiana: a significação.

Longe de entrarmos na seara dos problemas metodológicos da linguística moderna, nos interessa, particularmente sob dois aspectos, a terceira questão formulada acima: no âmbito geral desta pesquisa, o interesse se dá em torno da função da linguagem e de sua articulação com a língua; no âmbito específico, referente a esta seção, o interesse está na problemática da significação.

Na análise de alguns textos de Benveniste, se observa que a significação assume, progressivamente, o *status* de conceito operatório (cf. Normand, 1996). A primazia dada à questão da significação fica transparente, em especial, no estudo semiológico empreendido pelo autor. No entanto, essa atenção é perceptível em outros trabalhos, quando, por exemplo, o autor diz que:

Podem-se, pois, conceber muitos tipos de descrição e muitos tipos de formalização, mas todos devem necessariamente supor que o seu objeto, a língua, é dotado de significação, que em vista disso é que é estruturado, e que essa condição é essencial ao funcionamento da língua entre os outros sistemas de signos (PLG I, p. 13)

A temática acerca da significação está presente, especialmente, na conferência, proferida por Benveniste em um congresso de filosofia em 1966, *A forma e o sentido na linguagem*. Nesse trabalho, o autor propõe abordar a oposição, geralmente tratada de maneira trivial, entre *forma* e *sentido* sob a noção de funcionamento da língua. Nessa abordagem, o conceito de *sentido*, como sendo o conjunto de procedimentos de comunicação compreendidos por um conjunto de locutores, e o de *forma*, como a matéria dos elementos linguísticos excluindo-se o *sentido*, não são suficientes para dar conta da complexidade do problema.

É a partir dessa abordagem, sobre a oposição e a organização dessas noções gêmeas, que Benveniste pretende discutir a questão, segundo ele, primeira da linguagem: a significação. Como diz Benveniste: “Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, (...) bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (PLG II, p.222). Assim, a questão da significação vai ser refletida como um problema de língua e de linguagem.

A discussão em torno das noções de *forma* e *sentido* vai promover o estudo semiológico empreendido por Benveniste. A defesa desse estudo é mais visível em *A semiologia da língua*, de 1969, no qual é indicada a construção de uma semiologia de “segunda geração”, que irá contribuir, segundo o linguista, para o desenvolvimento de outros ramos da semiologia geral. Retornaremos a essa questão nos parágrafos finais desta seção. Por ora, cabe lembrar que o objetivo de Benveniste é “ir além do ponto a que Saussure chegou da análise da língua como sistema significante” (PLG II, p. 224). O interesse pela *significação*, tanto em relação aos sistemas de signos em geral - texto de 1969 - como em relação ao estudo da língua - no texto de 1966 - leva Benveniste a distinguir dois modos distintos de significância que estão combinados na língua: modo semiótico e modo semântico.

A distinção de duas maneiras de ser língua - semiótica e semântica – tem como base um duplo aspecto: o caráter significante da língua; “o caráter de se realizar por meios vocais, de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se organizam em palavras dotadas de sentido” (PLG II, p. 224). É tomando por base esses aspectos que Benveniste pretende avançar na noção, muito geral, de significação encontrada na ideia de signo em Saussure. A proposta então é ir além de Saussure na análise da língua como sistema significante. Essa proposta, em que os dois modos de língua estão implicados, vai considerar o *signo* como sendo a *unidade semiótica* e a *frase* como a *unidade semântica*. É assim que, para explicar os dois modos de ser da língua, Benveniste faz intervir os pontos de vista – da *forma* e do *sentido* - sobre o signo e sobre a frase.

Inicialmente, propomos pensar a incidência das noções de *forma* e *sentido* no signo como *unidade semiótica*. Trata-se de uma dupla incidência, visto que incide primeiramente no signo, associando essas noções aos seus respectivos componentes – *significante* e *significado* – e continuamente em cada um desses componentes de maneira distinta.

Assim, na análise do *significante*, Benveniste propõe que o consideremos não apenas como uma sequência de sons que a natureza vocal da língua exige, mas como a forma sonora

que condiciona e determina o *significado*. Dessa perspectiva o *significante* não se restringe ao nível do fonema, pois sua análise vai incluir uma série de classes, anteriores a este, que integram o que Benveniste denominou de *estrutura formal do significante*. Essa estrutura é formada pelas seguintes classes semióticas: dos semio-lexemas (signos lexicais livres); dos semio-categoremas (sub-signos classificatórios como os prefixos, sufixos, etc.) e dos semio-fonemas (fonemas que preenchem uma função distintiva no interior da estrutura). Benveniste cria um plano distinto, daquele dos fonemas, na análise semiótica do *significante*, assimilando o conceito de *sentido* à função distintiva dos componentes “formais” do *significante*.

Quanto ao *significado*, Benveniste lembra que o signo é dotado de significação na comunidade dos que fazem uso da língua. Como diz: “significar é ter um sentido, nada mais” (PLG II, p. 227). Além de ter um *sentido*, a existência do signo depende ainda de duas condições interdependentes: que ele seja aceito e se relacione com os demais signos; que ele seja reconhecido e usado pelo falante. Essas condições são expressas nas palavras do autor:

A entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não. Se é sim, tudo está dito e registre-se; se é não, rejeitemo-la e tudo está dito também. “Chapéu” existe? Sim. “Chaméu” existe? Não. (.....) É no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe. (PLG II, p. 227)

Assim, o uso do signo pelo falante é um critério para que ele seja reconhecido como tal. O signo se encontra numa rede de relações e de oposições com os outros signos no interior da língua. Sua *forma* deve ser reconhecida, mesmo que não se saiba dizer qual é o seu sentido. Observa-se que a noção de signo em Benveniste não é a mesma que está em Saussure. Ao incidir as noções de *forma* e *sentido* sobre o signo, como unidade semiótica, Benveniste acrescenta o princípio do uso para a sua existência como tal.

Em resumo, a esfera semiótica, cuja unidade é o signo, tem *forma* e *sentido*. O *significante*, que é forma em relação à unidade signo, tem *forma* (estrutura formal do significante) e tem *sentido* (função distintiva). A outra face do signo, o *significado*, que é sentido em relação à unidade signo, tem *forma* (reconhecimento e uso) e tem *sentido* (significa). Reconhece-se assim, a dupla incidência dessas noções sobre o plano semiótico da língua.

Indo para o plano semântico a unidade é a *frase*. Assim, como na esfera semiótica, no semântico as noções de *forma* e *sentido* vão co-existir. A síntese dessa coexistência pode ser

representada pelo argumento de Benveniste de que o *sentido* se realiza formalmente na língua pela escolha e pelo agenciamento de palavras (PLG II, p. 230). Para ele, no discurso não há signos, mas palavras que são agenciadas pelo locutor em circunstâncias únicas. Ao serem agenciadas, essas palavras passam a integrar a frase que, segundo Benveniste, é a expressão semântica por excelência. Como diz o autor: “Afim, é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases” (PLG II, p. 228).

Se a *forma*, no semântico, corresponde ao agenciamento das palavras no sintagma, o *sentido* é relativo ao âmbito da frase, ou seja, é a ideia que ela exprime. Nesse ponto, Benveniste trata de uma questão que, segundo ele, é muito difícil: “ver como o “sentido” se forma em “palavras” (PLG II, p. 83). Essa questão, mesmo que formulada textualmente em trabalho posterior, ganha um destaque especial quando Benveniste discute a esfera semântica da língua. O estudo sobre o “sentido” é relevado no quadro teórico do autor, e quando ele diz que a ideia só encontra forma num agenciamento sintagmático (cf. Benveniste, 1970), está enfatizando que *a forma e o sentido na linguagem* devem ser compreendidos no funcionamento da língua.

Da divisão entre os dois modos de língua – semiótico e semântico – decorrem outros aspectos fundamentais para o entendimento da teoria enunciativa de Benveniste. Um desses aspectos é o debate acerca da diferença, do ponto de vista do sentido, entre a concepção de frase e de palavra. O sentido de uma frase equivale a sua ideia, e o sentido de uma palavra é o seu emprego. Ao usar a palavra o locutor sai do plano semiótico e entra no plano semântico. Podemos dizer então que a palavra é o elemento que articula: língua e discurso. Se no interior da língua o signo tem caráter distintivo e conceito genérico, no plano semântico a frase, composta por palavras, é que materializa a ideia num “aqui” e “agora”. Portanto a ideia, sempre única, é especificada pelo locutor no uso singular que este faz do sistema da língua.

Outro aspecto a destacar, que deriva do primeiro, é a questão da referência nessa dupla abordagem da língua. Se na esfera semiótica não há referência, visto que o signo é intralinguístico, no semântico a referência é à situação de discurso. É isso que faz da frase sempre um acontecimento diferente: ser referida num tempo presente, através de um conjunto cada vez único de circunstâncias.

Como se pode observar o estudo sobre a *forma* e o *sentido* na linguagem, implementado por Benveniste, resulta em diferentes espécies de relações. São relações internas que pertencem, respectivamente, ao quadro da língua e ao quadro do discurso, e relações de interdependência entre esses dois quadros.

Sem querermos reduzir a complexidade que tal estudo impõe, somos tentados a esquematizar essas relações da seguinte maneira: no plano semiótico da língua a unidade é o signo. Nesse plano o signo deve ser reconhecido, e seu caráter significativo reside na função distintiva que ele tem no sistema. Não há referência no semiótico e as relações são do tipo paradigmática. Quem diz semiótico diz intralinguístico. Por outro lado, no plano semântico a unidade é a frase. A frase é constituída pela palavra, mediadora entre língua e discurso, que se vale dos signos do repertório semiótico. Portanto, é através da sintagmatização dos signos que a língua tem existência na situação de uso. Logo, a frase, que materializa a ideia a ser expressa pelo locutor, tem a função de comunicar, e sua referência é circunstancial ao discurso e à atitude do locutor. Nesse plano, quem diz semântico diz extralinguístico⁵⁴.

Afinal, é verdadeiro dizer que a divisão estabelecida por Benveniste no estudo da língua difere daquela instaurada por Saussure entre língua e fala (cf. Benveniste, 1966). Ao instaurar dois domínios distintos na língua Benveniste realiza a “ultrapassagem” em relação ao enfoque saussuriano do signo. Sobre essa “ultrapassagem” é oportuno retornar às considerações, de caráter semiológico, que somente indicamos anteriormente.

Em *Semiologia da língua* (1969) Benveniste discute o lugar da língua entre os outros sistemas de signos. Neste estudo semiológico, que não nos deteremos mais do que poucas linhas, a língua tem estatuto primeiro, visto que ela é o interpretante de todos os outros sistemas. Economizando uma série de intermediações para abordar essa questão, chega-se à conclusão de que a língua tem um princípio que se acha intrínseco nela mesma. Este princípio, que é de natureza semiológica, está na sua maneira específica de significar. Como diz Benveniste, trata-se de um modelo sem analogia, e que nenhum outro sistema semiótico pode reproduzi-lo: “Ela é investida de uma dupla significância” (PLG II, p. 64). O fato de possuir duas maneiras distintas de significância: modo semântico e modo semiótico - é o que

⁵⁴ A expressão “extralinguístico” é usada aqui na ideia de “função comunicativa da língua”, e não significando uma referência ao mundo. Se há uma referência no campo semântico, esta é, como dissemos, em relação à situação do discurso. Esse aspecto da referência será desenvolvido no item 2.2, a seguir.

permite à língua comportar, simultaneamente, a significância dos signos e a significância da enunciação.

Segundo Benveniste, a necessidade de ultrapassar a noção saussuriana do signo deveria ser realizada por duas vias. Com a instauração dos domínios semiótico e semântico da língua uma delas foi realizada. Contudo, a diferença no tratamento da língua não está somente em poder ver que ela podia ser outra coisa, além de um repertório de signos, ao mesmo tempo (cf. Benveniste, 1966). A própria noção de signo em Benveniste não guarda semelhança àquela proposta por Saussure. Lembremos que na esfera semiótica o signo depende do seu reconhecimento pelo falante, ou seja, o uso é condição para a existência do signo. Vale lembrar a citação: “A entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não. Se é sim, tudo está dito e registre-se; se é não, rejeitemo-la e tudo está dito também (...) o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (PLG II, p. 224). Em Benveniste a noção de signo abriga uma possibilidade de reconhecimento, em Saussure, não.

A “ultrapassagem” pela outra via seria realizada através da elaboração de uma metassemântica, construída sobre a semântica da enunciação. Essa seria uma semiologia de “segunda geração”, não desenvolvida por Benveniste.

Concluimos, assim, que o enfoque semântico que Benveniste imprime à língua pertence ao conjunto de conceitos que integram uma teoria de linguagem. Uma teoria que, mesmo inacabada, possibilita a construção de novas análises para o desenvolvimento de uma semiologia geral. O conceito fundamental para o entendimento dessa “abertura” (cf. Normand, 1996) da teoria será discutido na próxima parte, com a definição do *aparelho formal da enunciação*.

2.2 A ENUNCIÇÃO E A CLÍNICA DOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM

Nos itens anteriores, trouxemos para o debate alguns dos aspectos que integram a concepção enunciativa de linguagem em Benveniste. Como foi justificado na introdução deste capítulo, os referidos aspectos foram eleitos face aos objetivos propostos nesta tese. Contudo, após a discussão sobre cada um dos referidos aspectos, resta-nos esclarecer sobre a interface entre os campos da enunciação e o da *clínica dos distúrbios de linguagem*.

Para falarmos em *enunciação* nos reportaremos ao artigo intitulado *O aparelho formal da enunciação*, publicado em 1970 no nº 17 da Revista *Langages*. Este, que pode ser considerado um texto “de parada” e “de abertura”⁵⁵ ao mesmo tempo. É “de parada” porque algumas das noções discutidas em trabalhos anteriores retornam de maneira mais contundente, sendo, agora, agrupadas em torno da ideia de enunciação. É também “de abertura” porque nesse artigo a teoria ganha outra dimensão, que permite outros desdobramentos e, com base no quadro da enunciação construído, novas análises acerca da linguagem.

Em *O aparelho formal da enunciação*, de 1970, Benveniste começa destacando que as descrições linguísticas geralmente privilegiam o “emprego das formas”. Essas descrições têm por base um conjunto de regras, indicadas antecipadamente, que governam as *condições* sintáticas nas quais as formas aparecem. A ideia, nesses estudos, é que com o procedimento descritivo se obtenha um inventário completo do emprego das formas, e isso mostraria uma imagem do que seria a língua em emprego.

A partir dessa representação do que seria a língua em funcionamento, Benveniste é incisivo em dizer que: as *condições* de emprego das formas não são idênticas às *condições* de emprego da língua. O leitor pôde observar que grafamos o termo *condições* quando associado tanto à palavra “sintáticas”, como às expressões “emprego das formas” e “emprego da língua”. Esse nos parece um destaque importante, pois nesse trabalho Benveniste vai justamente descrever os elementos relacionados às *condições* que regem o emprego da língua, que, como ele bem diz, não são os mesmos do emprego das formas.

Se o objetivo é esclarecer os aspectos que incidem sobre as *condições* de emprego da língua, em oposição ao emprego das formas, serão considerados elementos como o locutor, o discurso, a referência, e o próprio ato de produção do enunciado. A questão é entender como esses elementos se relacionam, quais os seus respectivos estatutos e quais os outros componentes que participam no uso da língua.

O emprego da língua corresponde à noção de enunciação em Benveniste. Mas essa correspondência tem uma especificidade, explicitada na afirmação de que “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (PLG II, p. 82). Quando Benveniste se refere à enunciação salienta uma *condição* particular dela: “é o ato

⁵⁵ Essa nomenclatura já foi referida em nota anterior. Ver Normand (1996).

mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto” (Idem). Ao destacar essa condição, o autor quer deixar claro que, na enunciação, o enunciado é abordado enquanto processo de produção, e não como produto.

Segundo Benveniste, este grande fenômeno - a enunciação - pode ser estudado sob diversos pontos de vista. Entre eles o autor cita: a) a realização vocal da língua⁵⁶ que, estando relacionada à situação de produção da enunciação, é sempre um ato individual e diferente; b) o mecanismo da conversão individual (singular) da língua em discurso⁵⁷; c) a definição da enunciação no quadro formal de sua realização. O terceiro ponto é o alvo deste estudo, no qual Benveniste busca elucidar os caracteres formais da enunciação no interior da língua. Para isso parte-se do princípio que a enunciação é regida por três aspectos interdependentes: “o próprio ato; as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização” (PLG II, p. 83).

A noção de ato vai definir o locutor como o elemento em torno do qual convergem as condições necessárias da enunciação. É assim, através da relação do locutor com a língua, e, concomitantemente, com o *outro*, que irão transparecer outros componentes que integram a enunciação. Na instância enunciativa, o locutor se apropria da língua para colocá-la em funcionamento. Ao se apropriar da língua, por um ato individual de utilização, o locutor se propõe como “sujeito”⁵⁸. Por essa perspectiva, é verdadeiro que “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele fala em sua fala” (PLG II, p. 84).

Porém, nada do que foi dito antes tem fundamento se não incluirmos o alocutário nesse processo. Benveniste é enfático ao dizer que quando o locutor assume a língua, ele, imediatamente, “implanta o outro diante de si” (Idem). Nessa direção, não se pode esquecer que o diálogo, condição da enunciação, implica reciprocidade, e que, portanto, o *outro* é necessário para que o locutor enuncie⁵⁹.

⁵⁶ Esse ponto de vista já fora considerado, pelo menos em parte, no texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966). No texto supra, o caráter da língua, de ser realizada por meios vocais, serviu de base para Benveniste avançar na noção de significação encontrada na ideia de signo de Saussure. Nesse estudo o autor distingue dois modos de língua: semiótico e semântico.

⁵⁷ Em *A semiologia da língua*, encontramos elementos desse mecanismo.

⁵⁸ Vemos aqui o conceito de *subjetividade* que tratamos no item 2.1.1.

⁵⁹ Trata-se do fundamento da intersubjetividade, cuja importância também já foi discutida no item 2.1.1. desta tese.

Cabe destacar nesse momento uma outra condição, relacionada ao emprego da língua, que inclui os parceiros do diálogo e o ato de colocar a língua em funcionamento. Trata-se da necessidade do locutor “de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente” (Idem). Retorna agora, mais fortemente atrelada à enunciação, a noção de referência. O que possibilita pensarmos que a referência integra a enunciação é, como diz Benveniste, o fato de que a língua se acha empregada para a expressão de uma *certa relação com o mundo*.

Esse aspecto da enunciação merece uma atenção. A referência de que trata Benveniste não é em relação ao mundo, mas à instância de discurso, quando um locutor se apropria da língua e enuncia para um interlocutor. A constituição de um *centro de referência interno*, a partir da enunciação, é, por vezes, mal interpretada por algumas teorias do discurso. Há uma tendência, por parte dessas teorias, em formular uma crítica, à teoria da enunciação, embasada na ideia de que a referência emanaria do locutor. Mas não é isso que está posto por Benveniste. Para ele a referência é parte integrante da enunciação, como um conjunto único de circunstâncias que provoca o discurso, a qual jamais podemos prever ou fixar. No texto sobre *Os níveis da análise linguística* o autor diz que:

Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido”, mas permanecendo desconhecida a “referência” (PLGI p. 140).

O segundo aspecto que integra a enunciação - as situações em que o ato se realiza - abrange, além da referência, a noção de tempo. Rejeitando a ideia de que a temporalidade é inata ao pensamento, Benveniste defende que ela é produzida na e pela enunciação. O tempo se instaura na situação de alocação, portanto, é via discurso, na relação *eu-tu*, que o tempo participa da enunciação.

A enunciação instaura o aqui-agora, espaço e tempo em que um *eu* enuncia para um *tu* pelo discurso. Este processo é orientado pelo tempo presente⁶⁰, onde se conclui que: “o tempo que se está” é o “tempo em que se fala”. Com isso, tem-se que a noção de temporalidade sempre é orientada pela categoria do presente, ou seja, o “presente” é a origem do tempo. É com base no “presente” que o passado e o futuro são referidos, “ele é o eixo para todas as

⁶⁰ O *tempo* em Benveniste é uma noção linguística, por isso também chamado de “tempo da língua”. Segundo Flores *et. al.* (2009) “ele instaura um “antes de” e um “depois de” próprios e irrepetíveis, não se encaixando, dessa forma, em nenhuma das divisões existentes do tempo crônico” (p. 226).

relações espaciais e temporais, ele é “gerador” destas relações, promovendo deslocamentos no espaço e no tempo” (cf. Flores et. al., 2008).

É possível observar a interdependência, que comentamos acima, entre os aspectos que regem a enunciação, como o “próprio ato” e as “situações em que ele se realiza”. Várias noções, como as de referência, de subjetividade e de temporalidade, se reúnem no quadro da enunciação. As instâncias *Eu-tu-aqui-agora*, assim reunidas, constituem um centro de referência relativo à enunciação, cada vez único e irrepetível.

Resta ainda esclarecermos sobre os instrumentos que possibilitam a realização da enunciação. É por meio desses instrumentos, linguísticos por natureza, que o locutor enuncia na língua. Benveniste se refere a estes instrumentos quando diz que: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (PLG II, p.84). Com essa divisão tem-se a distinção entre as entidades que, no “aqui-agora”, só têm estatuto quando referidas a “indivíduos”⁶¹, das que “têm estatuto pleno na língua”.

Assim, o grupo dos *índices específicos* é formado pelos índices de *pessoa* (relação *eu-tu*), pelos índices de *ostensão* (tipo *este, aqui, etc.*) e pelas *formas temporais*, cujo “presente” coincide com o momento da enunciação. Por outro lado, os termos nominais, “que enviam sempre e somente a conceitos” (Idem, p. 85), constituem as “entidades com estatuto pleno” na língua.

Embora haja uma distinção clara entre os caracteres específicos e plenos, Benveniste fala a favor de um engendramento dessas formas linguísticas na transformação da língua em discurso. Não há como negar a particularidade que os caracteres específicos têm de adquirirem sentido somente no momento em que são enunciados. Porém, no instante em que são referenciados, os termos nominais passam, juntamente como os específicos, a integrar o quadro enunciativo. Como exemplifica Benveniste: “o *eu*, o “aquele”, o “amanhã” da descrição gramatical não são senão os “nomes” metalinguísticos de *eu, aquele, amanhã* produzidos na enunciação” (Idem, p. 86). Conclui-se, portanto, que, tanto os índices específicos, como as formas de estatuto pleno, emanam da enunciação.

⁶¹ A expressão “indivíduos linguísticos” é utilizada por Benveniste para designar as classes de “pronomes demonstrativos” e “pronomes pessoais”.

Além dessas formas que comanda, a “enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (Idem, p. 86). É assim que são incluídas, nesse *aparelho de funções*, as formas designadas como: de *interrogação*, de *intimação* e de *asserção*. Estas, em síntese, são empregadas, respectivamente, para suscitar uma resposta, para dar ordens ou para comunicar uma certeza⁶².

Após serem definidos os aspectos que regem a enunciação é possível esclarecer o conceito nodal deste texto de Benveniste: o *aparelho formal da enunciação*. Os procedimentos e balizamentos teóricos utilizados para a definição deste conceito, muito além de reunir uma série de noções que caracterizam um estudo semântico da língua, resultam numa mudança de perspectiva que incide sobre o construto teórico desenvolvido por Benveniste. Ao afirmar que tanto os termos plenos e vazios⁶³, como as formas que exercem uma função gramatical na língua, só têm existência quando referidos na enunciação, Benveniste estende o dispositivo enunciativo a toda a língua. O estudo da enunciação não se limita, portanto, a determinados elementos da língua, mas compreende a língua na sua totalidade. Dessa forma, não apenas os índices específicos emanam da enunciação, mas também os termos de estatuto estável e a própria sintaxe.

A língua, tomada por este ângulo, comporta signos que prevêm a sua própria utilização. Porém, como adverte Flores *et. al.* (2008), a língua é intersubjetiva não só porque prevê as formas de expressão de pessoa, de espaço-tempo e os indicadores de subjetividade no seu interior, mas porque apresenta todos os demais signos que mediam a relação intersubjetiva.

Até aqui muito já se disse sobre a enunciação e a sua relação com as condições de emprego da língua. Mas o que é, finalmente, o *aparelho formal da enunciação*?

Como vimos, a referência, estado de coisas que provoca o discurso, é um elemento que integra a enunciação. Por depender do “aqui” e “agora” da enunciação, a referência é sempre única, não podendo ser prevista. O *aparelho formal da enunciação* é representado por este mecanismo de referência sempre único, ao qual estão submetidos tanto os signos plenos

⁶² Benveniste inclui ainda as formas ligadas aos modos verbais (optativo, subjuntivo) que enunciam atitudes do enunciador (expectativa, desejo, apreensão), e outras ligadas à fraseologia (“talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”).

⁶³ Os signos vazios em Benveniste são aqueles caracterizados por atribuir referência somente em situação de uso. Incluem-se nessa categoria todos os indicadores de subjetividade que, como signos vazios, se “plenificam” na e pela enunciação.

como os signos vazios da língua. É, como diz Benveniste, “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (PLG II, p. 82).

Podemos então definir, em termos gerais, o *aparelho formal da enunciação* como sendo este mecanismo, construído a cada enunciação nova, pelo qual o locutor, através do emprego de índices específicos e procedimentos acessórios, se apropria da língua e enuncia. Este aparelho⁶⁴ compreende o quadro dos caracteres formais da enunciação que se localiza no interior da própria língua, e, por essa razão, o aparelho formal “parece se confundir com a própria língua” (cf. Benveniste, 1970). Dessa forma, o *aparelho formal da enunciação* pode ser entendido como um dispositivo que as línguas têm para que possam ser enunciadas.

Flores (2008) acrescenta que o conceito de enunciação está ligado ao princípio da generalidade do específico. O autor ressalta que o *aparelho formal da enunciação* é de caráter geral porque pode ser identificado em qualquer língua. Mas também é de caráter específico, visto que cada língua tem o seu aparelho, e, para o locutor, este aparelho é sempre único a cada instância de uso.

Com o conceito de *aparelho formal da enunciação* a teoria de Benveniste é ampliada, e a distinção entre dois planos de língua, um objetivo e outro subjetivo, já não é mais possível. Como ressaltam Flores & Teixeira (2005): “O aparelho formal da enunciação apaga as fronteiras entre língua e fala, visto que os elementos que o constituem pertencem, concomitantemente, aos dois níveis” (p. 42).

Foi necessário percorrer esse caminho, cujo suporte principal foi o conceito de *aparelho formal da enunciação*, para mostrar que o estudo semântico, desenvolvido por Benveniste, retém uma concepção de linguagem que interessa aos propósitos desta tese. Esta concepção, que foi delineada ao longo de todo o capítulo 2, servirá de base para as nossas reflexões em torno dos *distúrbios de linguagem*.

Nesse sentido, vimos que o estudo da enunciação é fundado pela noção de intersubjetividade, a qual, por sua vez, desencadeia uma gama de noções que, relacionadas, perfazem um estudo semântico que engloba a língua inteira. Por esse motivo dissemos, no início do item *A intersubjetividade na linguagem* (cf. 2.1.1), que esta noção está na base da

⁶⁴ No *Dicionário de linguística de enunciação* (2009), os autores observam que a noção de *aparelho* é recorrente e, por vezes, ambígua na teoria benvenistiana. Os autores, através da citação de textos que integram a obra de Benveniste, mostram alguns empregos do termo, e apresentam a seguinte definição do *aparelho formal da enunciação*: “dispositivo que permite ao locutor transformar a língua em discurso” (p. 48).

reflexão de Benveniste sobre a linguagem. O ato de apropriação da língua pelo locutor, na instância de discurso, é condicionada por uma relação de intersubjetividade.

O fundamento da intersubjetividade, constitutivo da natureza da linguagem, emerge no ato de discurso em que o locutor se designa como *eu*, e propõe o *tu* diante de si. Essa *acentuação da relação discursiva com o parceiro* é o que caracteriza o quadro figurativo da enunciação, que tem sua representação mais clara na estrutura do diálogo. Assim, o *aparelho formal da enunciação* só pode existir na estrutura do diálogo, onde duas “figuras”, na posição de parceiros, são alternativamente protagonistas da enunciação (cf. Benveniste, 1970).

É com base nessa concepção enunciativa de linguagem que nos propomos a pensar os *distúrbios de linguagem*. Uma concepção que, a partir de uma perspectiva que releve a enunciação, articula língua e fala no funcionamento específico de linguagem de um sujeito. Entendemos que essa articulação é fundamental para o estudo do *distúrbio de linguagem* na clínica, visto que se trata de uma abordagem linguística que considera o sujeito que enuncia, e não uma linguística voltada exclusivamente para o “emprego das formas”.

A teoria da enunciação, tal como foi esboçada neste capítulo, tem o objetivo de fundamentar a reflexão sobre o *distúrbio de linguagem* como um fenômeno linguístico-enunciativo. Ao ser refletido por esse viés, o *distúrbio de linguagem*, ao invés de ser descrito na sua generalidade, passa a ser visto como uma forma particular do sujeito se relacionar com a língua. Eis um aspecto, ao nosso ver, imprescindível para uma clínica que tenha como objeto a linguagem: o locutor não pode ser deixado de lado na análise do fenômeno linguístico. Contudo, a inclusão do locutor tem uma especificidade em uma teoria que supõe a subjetividade na linguagem, que é o fato de se propor como sujeito na enunciação enquanto ato.

Assim, o locutor ganha relevo, visto que na *enunciação* todo o fenômeno linguístico depende de quem faz uso da língua. O locutor é visto através de um quadro intersubjetivo da linguagem, constituindo-se como sujeito pelo fenômeno da alteridade. Mas é preciso que se faça uma ressalva: as *teorias da enunciação* estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito, visto que o seu interesse principal é em relação ao sentido. Como lembra Flores (2001):

A linguística da enunciação toma para si não apenas o estudo das marcas formais no enunciado, mas refere-as ao processo de

sua produção: ao sujeito, tempo e espaço. A linguística da enunciação deve centrar-se no estudo das representações do sujeito que enuncia e não no próprio sujeito, objeto de outras áreas (p. 59).

Porém, não se pode esquecer que se o locutor, que ascende a sujeito, integra o fenômeno linguístico é também porque há, do outro lado, um interlocutor que participa deste processo. Daí o destaque de que a *estrutura do diálogo* comporta as figuras *eu* e *tu* como parceiros na *relação discursiva*.

Nessa retomada, a explicação para a ênfase dada à relação que os interlocutores mantêm na enunciação é devida ao fato de que a mesma está, de maneira especial, presente na *clínica dos distúrbios de linguagem*. Na clínica é suposto um falante-ouvinte “não-ideal” que, através de sua fala “desviada”, marca a sua posição de enunciador. No entanto, essa posição está em relação a do clínico, que, junto, protagoniza o quadro figurativo da enunciação.

Os reflexos de como essas posições são assumidas, pelo clínico e pelo “paciente”, é um dos objetivos deste trabalho, o que, portanto, é um dos elementos que justifica a nossa proposta de aproximação entre a teoria da enunciação de Benveniste e a *clínica dos distúrbios de linguagem*. A questão aqui é poder refletir sobre as relações que se estabelecem na tríade eu-tu/ele na particularidade da *clínica dos distúrbios de linguagem*. De outro modo, é poder olhar para a relação entre “eu” e *tu*, e a relação destes com a língua (ele) em situação de clínica. São estas relações, designadas como *relações de intersubjetividade* (cf. 3.1), que, juntamente com a reflexão sobre *Os níveis de análise da língua na enunciação* (cf. 3.2) e *Sobre a forma e o sentido* (cf. 3.3), configuram os princípios de análise enunciativa propostos para a *clínica dos distúrbios de linguagem*.

O estudo dos *níveis da análise linguística*, tal como proposto por Benveniste, também é, como foi dito, alvo de reflexão que incide sobre a *clínica dos distúrbios de linguagem*. A noção de nível, de cunho enunciativo, não se resume a planos isolados (fonológico, morfológico, etc.), mas é caracterizada pela relação mútua que se estabelece entre os níveis. Dessa forma, o que se espera com o estudo acerca dos níveis de análise é que ele permita observar como as alterações, nos casos de *distúrbio de linguagem*, em um determinado nível da língua afetam um outro nível. Partindo, assim, da ideia de que o nível é um operador, a análise não deve se deter apenas nas relações internas de um nível específico.

Sobre a relação forma/sentido a questão está na especificidade que esta tem na clínica, visto que é inegável que os *distúrbios de linguagem* se caracterizam por uma dissociação específica da isomorfia⁶⁵ forma/sentido. Como já dissemos, sob a perspectiva da enunciação o *distúrbio de linguagem* é visto com relação ao sujeito que enuncia, e não o distúrbio em “si mesmo”, como mero produto a ser analisado e posteriormente “corrigido”. Assim, o que se pretende com este estudo linguístico-enunciativo, é justamente refletir sobre as particularidades das relações entre a *forma* e o *sentido* nos casos de *distúrbio de linguagem* e, com isso, argumentar em prol de uma análise enunciativa que subsidie a intervenção clínica.

Na conclusão desta parte, resta dizer que a interlocução que propomos, entre os campos da teoria da enunciação e da *clínica dos distúrbios de linguagem*, vai culminar nos princípios de análise enunciativa esboçados acima. Espera-se que a elaboração desses princípios possa contribuir para as instâncias de diagnóstico, avaliação e tratamento na *clínica dos distúrbios de linguagem*. O aprofundamento dessas questões será desenvolvido no próximo capítulo.

⁶⁵ O termo *isomorfia* é empregado aqui para designar as relações de correspondência biunívoca entre a *forma* e o *sentido*. Essa questão receberá uma atenção especial no item 3.3.

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS DE ANÁLISE ENUNCIATIVA NA CLÍNICA DOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM

Nos capítulos anteriores, foram abordadas questões relativas a dois campos do conhecimento: a fonoaudiologia (cf. capítulo 1), especificada pela designação *clínica dos distúrbios de linguagem*; e a teoria da enunciação de Émile Benveniste (cf. Capítulo 2). As questões debatidas até então, e relativas a esses campos, tiveram o propósito de estabelecer um diálogo entre essas duas áreas.

Sendo a teoria da enunciação uma área linguística e a fonoaudiologia uma área fundamentalmente clínica, o desdobramento desse diálogo exige que façamos deslocamentos em ambas as direções. Foi assim, norteados por uma relação interdisciplinar, que dividimos o quadro teórico eleito para esta pesquisa em: *Aspectos de uma concepção enunciativa de linguagem* (cf. 2.1); *A enunciação e a clínica dos distúrbios de linguagem* (cf. 2.2). Agora, mais do que um mero anúncio, os deslocamentos, teórico-clínicos, são uma necessidade.

O que designamos de aspectos enunciativos retornam, ainda, neste capítulo, relativamente separados. Neste momento, esses aspectos vão incidir, cada um ao seu modo, sobre questões de caráter clínico. Com isso, queremos antecipar que também os aspectos clínicos serão abordados sob um ângulo que pode ser, em certa medida, considerado estreito. No entanto, justificamos essa decisão por entender que ela é pertinente ao objetivo primeiro da tese: elaborar princípios de análise enunciativa na *clínica dos distúrbios de linguagem*.

Assim como, no capítulo anterior, dissemos que assumimos os riscos pela escolha de um itinerário próprio na leitura da obra Benveniste, também, aqui, nos responsabilizamos pela forma que abordamos as questões clínicas. Nessa direção, este capítulo, que apresenta os princípios de análise enunciativa a serem considerados nos casos de distúrbio de linguagem, obedece à seguinte ordem de apresentação:

a) no item 3.1 é discutida a especificidade das relações de intersubjetividade em situação de clínica; b) o item 3.2 apresenta uma reflexão, a partir da noção de nível linguístico

proposta por Benveniste, sobre a análise dos níveis da língua nos *distúrbios de linguagem*; c) em 3.3 é debatida a relevância da relação forma/sentido como parâmetro de análise nos casos de *distúrbio de linguagem*.

Assim, nesta parte, em prol de um objetivo de pesquisa, optamos por abordar as questões, teóricas e clínicas, sob a estrutura acima. No próximo capítulo desta tese, essas questões são analisadas em conjunto, unidas por uma concepção de linguagem que propicia uma reflexão sobre os *distúrbios de linguagem* na clínica.

3.1 AS RELAÇÕES DE INTERSUBJETIVIDADE

As *relações de intersubjetividade* integram o conjunto de princípios de análise que estamos a propor para a *clínica dos distúrbios de linguagem*. Através deste princípio, que é representado aqui pela tríade *eu-tu/ele*, busca-se refletir sobre a especificidade das relações intersubjetivas em situação de clínica. Para tanto, necessitamos retomar alguns conceitos já trabalhados em itens anteriores (cf. 2.1.1), demarcando alguns limites, assim como a relação, entre duas ordens nocionais: linguagem e língua.

O caminho que escolhemos para a elaboração deste princípio inicia pelo fundamento da intersubjetividade, e, por isso, partimos do estudo de 1956 sobre a estrutura do sistema pronominal, feito por Benveniste em *A natureza dos pronomes*. Ao ser tratado como uma questão, ao mesmo tempo, de linguagem e de línguas⁶⁶, o problema dos pronomes vai estabelecer, respectivamente, duas realidades diferentes: uma referente ao discurso, e outra referente à língua enquanto repertório de signos.

Do ponto de vista do discurso, o *eu* e o *tu* são definidos, respectivamente, como o indivíduo que enuncia e o indivíduo alocutado. O *eu* e o *tu*, assim definidos, “não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos” (PLG I, p.277). Contudo, vale lembrar que há duas condições que fazem *eu* e *tu* pertencerem à ordem da linguagem. A primeira é a condição do diálogo, em que *eu* depende

⁶⁶ Diz ele a respeito dos pronomes ditos pessoais: “A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo **um problema de linguagem e um problema de línguas**, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem”. (PLG I, p. 277) [grifo nosso].

de *tu* para enunciar, ou seja, o *eu* é dependente porque está numa relação de reciprocidade com o *tu*. Essa é a condição mesma da linguagem, fundamentada pelo fenômeno da alteridade, em que *eu* se constitui pelo *tu*, e vice-versa, na alternância dessas posições no diálogo.

A segunda condição, que se refere à realidade da língua, está no fato de que para *eu* e *tu* enunciarem, e, dessa forma, se constituírem como sujeitos, necessitam do *ele*. O *ele*, a “não-pessoa” de Benveniste, representa a sintaxe da língua, visto ser a única via pela qual uma coisa pode ser predicada verbalmente. Queremos destacar, de maneira um pouco mais contundente agora, a participação do *ele* no processo enunciativo.

É na releitura de Dufour (2000) sobre Benveniste, que a “não-pessoa” se destaca, de forma mais explícita, na estrutura do diálogo. Em *Os mistérios da trindade*⁶⁷ se observa as correlações intrínsecas do conjunto trinitário *eu-tu/ele*, onde a terceira pessoa, representada pela língua, é convocada a protagonizar, com *eu* e *tu*, na enunciação.

A criação de uma alocação entre *eu* e *tu*, num “aqui” e “agora”, só é possível porque os protagonistas da enunciação *expulsam* a ausência de seu campo (cf. Dufour, 2000). Assim, o terceiro pronome, aquele que significa o ausente em Benveniste, é o que torna presente os outros dois na instância de discurso. Como diz Dufour (idem, p. 92): “Ele”, esta simples palavra, realiza, pois, um imenso prodígio: ele faz *ver* aquilo que não está presente. O *ele*, portanto, é o ausente que se faz presente, ou seja, embora não reflexivo da instância de discurso, é uma condição para que esse se efetive.

É a partir dessas duas condições enunciadas: o fenômeno de alteridade e a participação da língua na estrutura do diálogo, que propomos pensar a tríade *eu-tu/ele* na clínica. Essa é uma reflexão que exige deslocamentos, na medida que está alicerçada na interface de duas áreas do conhecimento: uma linguística e outra clínica. Assim, a partir dessa interlocução deslocamos o conceito da tríade *eu-tu/ele* (cf. Dufour) para que sirva como um dispositivo, representativo, das relações que se estabelecem entre o fonoaudiólogo e o paciente na cena

⁶⁷ Dany-Robert Dufour (2000), em *Os mistérios da trindade*, analisa o conjunto composto pelos três termos pronominais - “eu”, “tu”, “ele” - em Benveniste. O autor vai expor, além das díades (*eu-tu/ele* e *eu-tu* de Benveniste, outras relações binárias geradas pela decomposição da estrutura dos três termos. Em oposição às díades, Dufour defende a relação *eu-tu/ele*, como uma tríade que não se decompõe em relações diádicas. Essa questão, discutida por Dufour, não será abordada neste item em toda a sua complexidade, visto não haver espaço e tampouco pertinência para os nossos objetivos com esse tema. Referimos o trabalho do autor por concordarmos com a sua idéia de um conjunto trinitário (*eu-tu/ele*) em que estão presentes, na instância do discurso, os interlocutores e a língua em situação de dependência mútua.

clínica, onde os participantes (*eu-tu*) estabelecem relações linguístico-enunciativas mediados pela língua (*ele*).

Na clínica, o *distúrbio de linguagem* se manifesta na fala, ou na ausência desta. De outro modo, pode-se dizer que os *distúrbios de linguagem* mostram uma face específica da relação do falante com a língua. Encontramos essa especificidade no “desvio” do uso da língua, ou seja, ao colocar a língua em funcionamento esse falante o faz de uma maneira peculiar. Essa peculiaridade de uso leva, assim, ao que se convencionou chamar de “fala desviante”⁶⁸. Mesmo admitindo-se que a linguagem tem irregularidades⁶⁹, não se pode negar que é no quadro do *distúrbio de linguagem* que o irregular ganha evidência. Este irregular é reconhecido pelo falante de uma determinada língua, e, dessa forma, passa a ser tomado como “erro”.

Para nós, a questão da abordagem em relação à fala desviante mostra características do funcionamento da tríade *eu-tu/ele* na clínica. Numa concepção de linguagem enunciativa, os “erros” ditos patológicos, *que fazem presença na fala*, integram o conjunto de elementos, linguísticos e extralinguísticos, que possibilitam ao falante enunciar. Nessa perspectiva, a fala desviante é vista como uma forma de organização singular do sistema da língua⁷⁰. Organização singular porque emana de um falante que, ao transformar a língua em discurso por um ato individual, ascende à condição de sujeito.

Por esse viés, a noção de patológico, que remete a um quadro apriorístico de déficits na linguagem, é rejeitada. Em oposição a essa visão, o que se está a reivindicar é uma abordagem clínica que priorize a condição de enunciador do falante. Olhar para a condição de enunciador significa considerar as posições (*eu-tu*) ocupadas pelos interlocutores na enunciação, e as relações que mantêm na língua e pela língua.

De modo semelhante, foi dito acima que a abordagem clínica, em relação à fala desviante, tem consequências que incidem na condição de enunciador do paciente. A título ilustrativo, observa-se que não é incomum vermos, no atendimento de casos de *distúrbio de*

⁶⁸ Observa-se em outros trabalhos, inclusive nos que foram referidos no item 1.3, outras expressões para designar a fala que foge aos padrões da dita “normalidade”, como: fala sintomática e fala patológica. No entanto, é bom frisar que nem sempre esses termos guardam uma relação sinonímica.

⁶⁹ Pelo seu caráter heterogêneo, a linguagem se mostra de maneira singular no uso da língua. É, assim, que ela admite a possibilidade de “erros”, inerentes a esse uso pelo falante.

⁷⁰ A originalidade dessa idéia está no conceito de *hipótese sobre o funcionamento da linguagem* proposto por Surreaux (2006).

linguagem, fonoaudiólogos preocupados, exclusivamente, com o aspecto articulatório de determinada palavra ou fonema. Nesses casos, o atendimento tende a voltar-se para a produção “correta” de unidades da língua, onde, através da repetição e da nomeação, o fonoaudiólogo solicita determinada *forma* linguística⁷¹ ao paciente.

O que queremos destacar, com esse exemplo, é que, quando a intervenção clínica tem um cunho excessivamente “corretivo”, o paciente é colocado numa posição enunciativa de quem meramente repete e nomeia o segmento linguístico, ou enunciado, dado pelo fonoaudiólogo. Se remetermos essas observações à estrutura do diálogo (cf. Benveniste), podemos dizer que o paciente, nessas circunstâncias, é colocado na posição de um *tu* “passivo”, ou seja, que lhe é dada uma condição enunciativa cuja atribuição de referência⁷² está circunscrita à solicitação do fonoaudiólogo.

A constituição de uma posição “passiva” na enunciação vai contra o que Benveniste chama de *correlação de subjetividade* e que supõe que *eu* e *tu* estejam constituídos numa relação de alteridade. Para Benveniste,

“**nenhum dos dois termos** [*eu* e *tu*] **se concebe sem o outro**; são complementares, mas segundo uma oposição ‘interior/exterior’, e ao mesmo tempo são **reversíveis**. Procure-se um paralelo para isso; não se encontrará nenhum. Única é a condição do homem na linguagem” (PLG I, p. 286-287) [grifo nosso]

Estimular à repetição de palavras do outro é confinar o *tu* a um lugar “solitário”, é ignorar que *única é a condição do homem na linguagem*: a da reversibilidade.

Observamos então que, no exemplo trazido, o uso da língua pelo paciente é, de certa forma, condicionado pelo objetivo do fonoaudiólogo de obter a *forma* de determinada unidade linguística. Ora, sobre isso, fazemos nossas as palavras de Benveniste: “As condições de emprego das formas não são, em nosso modo de entender, idênticas às condições de emprego da língua” (PLG II, p. 81).

⁷¹ Embora tenhamos mencionado o aspecto articulatório de determinada palavra ou fonema, não excluimos a possibilidade da solicitação ser feita no nível da frase. Assim, pode-se solicitar que o paciente repita uma frase dita pelo fonoaudiólogo, ou que atenda a solicitações do tipo: Diga o que você vê nessa figura; Faça uma frase com a palavra casa; etc.

⁷² A expressão “atribuição de referência” é cunhada por Flores et. al. (2008). Como visto no capítulo 2, na noção de referência, defendida por Benveniste, não há uma relação de correspondência entre língua e mundo, ou seja, as “coisas” do mundo não são representadas pela língua. Assim, pelo fato do uso da língua ser relativo a eu-tu-aqui-agora Flores (op. cit.) prefere utilizar o termo *atribuição de referência*, ao invés de *referência* ou *referenciação*.

A existência da relação entre o tipo de abordagem clínica e as condições enunciativas estabelecidas na tríade *eu-tu/ele* e, especialmente, da construção de uma posição enunciativa “passiva” do *tu* – comumente percebida em atendimentos fonoaudiológicos – é corroborada também por diálogos exaustivamente baseados no par “pergunta-resposta”, como atesta o estudo de Aresi; Flores (2008)⁷³.

São diálogos em que o fonoaudiólogo faz perguntas⁷⁴ – “Qual o nome disso?”; “Como se chama essa fruta?”; “Como se diz essa palavra?”; “O que o menino está fazendo nesse quadro?” – nas quais se observa apenas a solicitação do uso da *forma* como resposta. Chama a atenção que, geralmente, nessas circunstâncias, os interlocutores, fonoaudiólogo e paciente, já sabem a resposta de antemão, o que confirma a idéia de que a resposta é guiada por uma solicitação de nomeação.

Constata-se também que, por vezes, o excesso de perguntas dirigidas ao paciente deixa-o numa posição de mero respondente. Quando isso acontece, a condição enunciativa que lhe é dada pelo fonoaudiólogo tem a veste de um *tu* que não inverte a posição no diálogo, de um falante incapaz de fazer proposições. E aqui cabe a lembrança de que a pergunta, ou a interrogação, é somente um dos elementos responsáveis pelas “grandes funções sintáticas” (cf. Benveniste) que integram o *aparelho formal da enunciação*. As proposições interrogativas, juntamente com as proposições assertivas e imperativas “são apenas o reflexo dos três comportamentos fundamentais do homem que fala e age através do discurso sobre o seu interlocutor” (PLG I, p. 139).

Os exemplos que trouxemos estão longe de representar a complexidade dos diversos fatores implicados em um atendimento clínico. O objetivo principal é, como dissemos no início, refletir sobre a especificidade das relações *eu-tu/ele* em situação de clínica. Para essa reflexão, procuramos mostrar que a abordagem em relação à fala desviante tem implicações nas relações de intersubjetividade, entre fonoaudiólogo e paciente, na cena clínica. Mas por que as condições de enunciação têm um estatuto tão importante na clínica?

⁷³ Aresi & Flores (2008) apresentam um estudo detalhado sobre o funcionamento do par “pergunta-resposta” em situação de *clínica dos distúrbios de linguagem*.

⁷⁴ É difícil precisar todos os objetivos que uma pergunta pode assumir no contexto clínico. Porém, alguns são bem usuais como: investigar aspectos auditivos e cognitivos; chamar a atenção do interlocutor; estabelecer e manter o funcionamento do diálogo; etc.

Nossa opinião é de que o falante que apresenta um *distúrbio de linguagem*, em grande parte das vezes, tem a sua condição de enunciador “estremecida”. O *distúrbio de linguagem* produz uma descontinuidade na ilusão de que falamos para nos comunicar.

Este é o caso de pacientes acometidos por afasia que, guardadas as particularidades de comprometimento da linguagem que possam existir, não são compreendidos pelos seus interlocutores. São pessoas que, pela impossibilidade de estabelecer uma “comunicação efetiva”, acabam sendo, em muitas circunstâncias, excluídas do convívio social. Podemos pensar também nas crianças que, por apresentarem algum *distúrbio de linguagem*, precisam superar a barreira da ininteligibilidade de sua fala. A esta criança, pela estranheza que sua fala causa, lhe é dado o lugar de diferente, quando não o de deficiente. Ou ainda, os casos que se tem o diagnóstico de gagueira, em que o falante se defronta com uma exigência social de “falar bem”, sendo, às vezes, menosprezado, ou mesmo alvo de piadas pela sua forma diferente de falar.

É claro que, sem querer simplificar, economizamos palavras para descrever as consequências sociais e o sentimento, causado pelo problema de linguagem, experimentado por esses falantes. No entanto, as situações lembradas no parágrafo anterior são suficientes para concluirmos que esses indivíduos, pelo aspecto social envolvido, já chegam para o atendimento fonoaudiológico com as suas condições de enunciadores abaladas. Que condições têm esses falantes “não-ideais” de constituírem um lugar na estrutura intersubjetiva da linguagem? A partir de quais possibilidades constroem um lugar de enunciação para si? Pensando em termos clínicos mais específicos: o fonoaudiólogo leva em conta a condição enunciativa do falante-paciente?

Para não incorrerem em generalizações demasiadas, alguns pontos merecem esclarecimentos. O que dissemos até aqui não significa que o fonoaudiólogo, no atendimento de pacientes com diagnóstico de *distúrbio de linguagem*, deva desconsiderar a questão da *forma*⁷⁵ linguística. Nem, tampouco, queremos propor que as “perguntas” sejam excluídas da cena clínica. A questão é refletir sobre que espécie de condição enunciativa uma intervenção que visa à linguagem deve proporcionar ao paciente.

Também não se pode concluir que, obrigatoriamente, o paciente sempre se submete à condição que lhe é imposta pelo clínico. No entanto, a hipótese de que ele se encontra sob

⁷⁵ Este tópico será desenvolvido com mais detalhes no item 3.3.

uma condição enunciativa “frágil” deve ser, no mínimo, considerada. Se destacamos a importância da condição enunciativa na *clínica dos distúrbios de linguagem* cabe a pergunta: o que é enunciar, e sob que condições este ato é realizável?

Enunciar é assumir o lugar de *eu* no diálogo, para, em seguida, abandoná-lo em favor de *tu*, para que este assuma também o lugar de *eu*. Logo, enunciar implica ocupar uma posição na linguagem sob uma condição de reciprocidade, de reversibilidade. Esse ato só é possível no exercício da língua, que, via discurso, é colocada em funcionamento. Portanto, o falante, via *aparelho formal da enunciação* (cf. 2.2), sintagmatiza a língua e enuncia para um outro, que o constitui, ao mesmo tempo em que é constituído como sujeito⁷⁶. É assim que, segundo Benveniste, se resolve o problema da comunicação intersubjetiva⁷⁷.

Sobre o que está em jogo na comunicação intersubjetiva vale o comentário de Dufour (2000): “o vai-e-vem da fala entre “eu” e “tu”, sugere, certamente, uma troca, uma troca de objeto entre os dois protagonistas” (p. 76). Vale ainda a pergunta do autor: “Mas o que entendemos exatamente por objeto?” (idem). Dufour argumenta que não se trata de informações, embora essas também sejam trocadas. Para o autor, há uma troca, lógica e cronologicamente, anterior a qualquer outra: a simples troca do uso do operador discreto “eu”. Pois, “falar consiste, inicialmente, em trocar, antes de mais nada, a capacidade de utilizar o “eu”(p. 77).

A necessidade dos indivíduos estarem em situação de diálogo é destacada por Benveniste. Através de alguns exemplos de situações cotidianas, o autor mostra que a linguagem nem sempre funciona como um meio de transmissão do pensamento. Uma dessas situações é aquela em que pessoas, ao realizarem algum tipo de trabalho manual, ficam a tagarelar algo que não tem nada a ver com que estão fazendo. Outro exemplo, são as perguntas sobre a saúde e os comentários sobre o tempo, que, quando em situação de diálogo,

⁷⁶ Em Flores (2008) encontramos um estudo detalhado sobre as diferentes ocorrências do uso do termo sujeito na obra de Benveniste. Neste trabalho, Flores (op. cit.) fundamenta a sua idéia de se depreender da teoria benvenistiana o que designa de um *sujeito de enunciação*. Para isso, o autor discute o sentido de *apropriação* em Benveniste e conclui, em linhas gerais, que o sujeito “é da enunciação” porque advém da enunciação. Para o estudo da noção de *sujeito da enunciação*, em toda sua complexidade, indicamos a leitura de *Sujeito da enunciação e/ou sujeito do enunciado? Exterioridade e interioridade teórica no campo da linguística da enunciação*, Flores (2008).

⁷⁷ A noção de *comunicação intersubjetiva* não é, assim como outras, passível de um acompanhamento linear na obra de Benveniste. Além das dificuldades terminológicas da sua leitura, essa foi uma expressão pouco utilizada pelo autor. O texto *A natureza dos pronomes*, de 1956, é um dos trabalhos em que a *comunicação intersubjetiva* é mencionada.

não têm a finalidade de informar alguma coisa. Elas configuram “um tipo de discurso em que os laços de união são criados pela mera troca de palavras” (Benveniste, PLG II, p. 89).

Entendemos, assim, que, no atendimento clínico de pacientes que apresentam qualquer *distúrbio de linguagem*, deve-se considerar a condição enunciativa do paciente. Entretanto, salientamos que as observações não devem estar centradas somente no paciente. É importante observar as posições ocupadas, pelo paciente e pelo fonoaudiólogo, na estrutura do diálogo. Se, pelo distúrbio apresentado, a posição de enunciador do paciente está abalada, cabe ao fonoaudiólogo possibilitar uma mudança nessa posição. Afinal, não é verdade que o *eu* e o *tu* se constituem intersubjetivamente? Sustentar essa posição equivale, para o fonoaudiólogo, reconhecer o direito à fala do paciente. Por outro lado, o falante-paciente terá que assumir esse direito, se colocando na posição de *eu* em relação a *tu*. Nos termos de Dufour: “O ato de fala mais insignificante comporta assim, sempre, “a possibilidade de que eu seja intimado a anular o outro” (op. cit., p. 79).

Na *clínica dos distúrbios de linguagem*, acreditamos que, independente dos “erros” localizáveis na fala, o fundamental é pensar sobre a posição que o falante-paciente ocupa na linguagem. Com isso, se possibilita uma condição enunciativa que privilegie a atribuição de referência através da atualização da língua.

Essa é uma reflexão que tem origem na análise das relações *eu-tu/ele* em situação clínica. É o que nomeamos de *relações de intersubjetividade*, em que *eu* e *tu* representam uma posição na linguagem, que é mediada pela língua (*ele*). Por isso o fundamento dessas relações é da ordem do trinitário, pois “*para ser um (sujeito), é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três*. Um é igual a dois, mas dois é igual a três.” (Dufour, 2000, p.92).

Portanto, pelas razões discutidas acima, acreditamos que *as relações de intersubjetividade* integram o conjunto dos princípios de análise enunciativa que propomos para a *clínica dos distúrbios de linguagem*.

3.2 OS NÍVEIS DA LÍNGUA NA ANÁLISE DOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM

A noção de nível de análise, desenvolvida por Benveniste, já foi amplamente debatida em tópico anterior desta tese (cf. 2.1.2). Isso, porém não nos impede de voltar à noção, uma vez que, agora, nos interessa propor uma articulação da noção de nível benvenistiana com o campo dos *distúrbios de linguagem*. É sobre isso que tratamos nesta parte.

Como vimos, no texto *Os níveis da análise linguística*, de 1964, Benveniste discute os procedimentos de análise dos níveis linguísticos e, ao ver o nível como um operador, propõe um ponto de vista de análise sobre os níveis da língua. Eis nosso particular interesse nesse estudo: pensar a noção de análise linguística benvenistiana como um princípio de análise de linguagem, nos casos de *distúrbio de linguagem*.

Ao tratar dos níveis da análise linguística, Benveniste tem o objetivo de encontrar o fundamento das relações entre *forma* e *sentido* no aspecto estrutural dos níveis da língua. Nessa direção, o autor introduz consideráveis avanços teóricos em relação ao método distribucional, cuja base do procedimento de análise visa às operações de segmentação e substituição. A investida de Benveniste, no que tange à análise linguística, comporta uma originalidade perceptível em dois aspectos.

O primeiro aspecto está na proposição das relações de implicação mútua entre os níveis, o que representa dizer que, no processo de análise, sempre dois níveis são simultaneamente atingidos. Assim, por exemplo, ao realizar a combinação dos merismas tem-se o fonema, e, ao decompor o fonema têm-se os merismas. O segundo aspecto deriva da proposta, de Benveniste, de encontrar no nível superior da análise a condição *linguística* das relações de implicação entre os níveis. Esse, nos parece, é o grande avanço de Benveniste na abordagem da análise linguística: a inclusão do sentido na análise.

Em linhas gerais, Benveniste conclui que a *forma* caracteriza as relações do tipo *distribucionais*, enquanto o *sentido* caracteriza as relações do tipo *integrativas*. cremos que a noção de sentido, em suas duas acepções (cf. 2.1.2), é o ponto que faz a noção de nível de análise interessar à *clínica dos distúrbios de linguagem*.

Numa acepção, o sentido diz respeito à capacidade de uma unidade de ser integrante num determinado nível. Em outra acepção – a nosso ver, de uma importância singular para os

nossos objetivos – está relacionada ao fato de a língua servir para estabelecer *uma certa relação* com o mundo. Trata-se da *idéia*⁷⁸ expressa pela frase, que depende do agenciamento de palavras feito pelo locutor no uso da língua. Entendemos que a importância dessa acepção deve-se ao fato de ela assegurar à frase o posto de unidade do discurso, não a considerando apenas como um degrau a mais na análise.

O fato de enfatizarmos, aqui, a segunda acepção de sentido não significa que a primeira é desmerecida. As duas noções são complementares e, portanto, é somente porque as unidades, numa relação de oposição, integram um nível superior da língua que o locutor compreende o sentido da frase. Assim, é no nível da frase que a distinção e a associação das duas noções de sentido podem ser observadas.

Feitas as considerações acima, resta-nos explorar a questão basilar desta parte da pesquisa: quais as implicações da noção nível de análise linguística, proposta por Benveniste, na *clínica dos distúrbios de linguagem*?

Para responder a essa questão lembramos que este capítulo da tese se caracteriza pela articulação entre o campo da teoria enunciativa de Benveniste e o dos *distúrbios de linguagem*. Nesse sentido, a noção de análise linguística, tal como foi proposta por Benveniste, é, em certa medida, deslocada para pensarmos aspectos referentes às instâncias de avaliação e de intervenção na clínica.

Após esse esclarecimento, uma primeira observação que fazemos é a de que o *distúrbio de linguagem*, assim como a própria linguagem, não se marca nos níveis da língua tal como se vê numa análise linguística *stricto sensu*. Além disso, se pararmos para pensar na sua forma de manifestação, rapidamente concluímos que o distúrbio se mostra na fala de um falante. Se é assim – e aqui cabe uma segunda observação – não se pode isolar o *distúrbio de linguagem* dos componentes que participam da cadeia da fala, nem tampouco do falante. Essa segunda observação, por exigir cruzamentos teóricos em relação ao conjunto geral deste estudo, será aprofundada no próximo capítulo. Por ora, como convém ao objetivo deste item, nos deteremos em abordar alguns aspectos, de ordem clínica, dos *distúrbios de linguagem*, tomando por base as reflexões acerca da noção de análise linguística de Benveniste.

⁷⁸ Já referimos à noção de *idéia* no item 2.1.2.

Como se sabe, no âmbito clínico, é comum, em uma avaliação de linguagem, que o fonoaudiólogo realize uma análise de linguagem considerando os níveis linguísticos estudados pelas teorias linguísticas. Nesse procedimento de análise, com vistas à avaliação, o *distúrbio de linguagem* apresentado pelo paciente é tão-somente categorizado segundo as alterações correspondentes a um determinado nível (ou níveis) linguístico. Assim, têm-se, a título de exemplos, distúrbios que se caracterizam pelo comprometimento no nível fonológico; distúrbios que comprometem o nível lexical e distúrbios de natureza frasal no uso da língua.

Na mesma direção, a intervenção clínica que parte dessa análise – que poderíamos chamar de “localizacionista” – dos distúrbios, leva em conta apenas o nível em que o *distúrbio de linguagem* incide e não a relação entre eles. Sobre essa perspectiva, são conhecidas, na área da fonoaudiologia, diferentes propostas de avaliação e de tratamento que visam um nível específico (fonológico, lexical, sintático, etc.).

Ao fazermos essa constatação, não estamos restringindo as abordagens terapêuticas, voltadas aos *distúrbios de linguagem*, a essas práticas. Também, não se está ignorando que, no processo de avaliação, o clínico precisa identificar o nível em que as unidades estão alteradas. Por exemplo, se a alteração é de ordem fonética, o nível “de origem” pode ser o morfológico. Assim como, se a alteração se caracteriza por substituições fonêmicas, o nível “de origem” é o fonológico⁷⁹. Estamos simplesmente apontando uma prática comum em relação às análises na clínica, que, normalmente, considera os níveis tomados de forma independente.

De uma outra perspectiva, propomos que os *distúrbios de linguagem* sejam analisados a partir da noção de análise linguística encontrada em Benveniste. Começamos com a seguinte observação: em dados de *distúrbio de linguagem* fica mais evidente, em relação à linguagem ordinária, que uma unidade linguística não se marca exclusivamente em um determinado nível da língua. Cremos que a principal explicação para essa evidência está no estranhamento que uma “fala desviante” causa. Esse estranhamento pode ser devido à mera percepção de que há algo diferente na fala do locutor, ou, dependendo da severidade do *distúrbio de linguagem* apresentado, pode ser a consequência de uma não compreensão do que foi dito. Assim, uma alteração de linguagem identificada no nível fonológico pode comprometer o entendimento no

⁷⁹ Sem deixar de lembrar os casos em que as alterações são percebidas em mais de um nível.

nível da palavra. Ou ainda, uma alteração no nível lexical pode prejudicar a compreensão de um enunciado.

Acompanhando o nosso raciocínio, se considerarmos, como nesse exemplo dado, a palavra como unidade, concluímos que os aspectos linguísticos que podem prejudicar o seu entendimento estão relacionados aos elementos que a constituem: os fonemas. Por conseguinte, quando a palavra integrar o nível subseqüentemente superior, os aspectos linguísticos alterados poderão comprometer o sentido da frase.

Na esfera clínica, a percepção de que uma alteração fonêmica prejudica a inteligibilidade de um enunciado pode, empiricamente, não apresentar nenhuma novidade. Entretanto, independentemente do aspecto compreensivo ressaltado, queremos salientar que o que está em jogo são as capacidades de distribuição e de integração das unidades nos níveis da língua. Com isto, chamamos à atenção para a realidade de que os *distúrbios de linguagem* se mostram no engendramento dos diferentes níveis da língua.

Pensando clinicamente, entendemos que a intervenção do fonoaudiólogo, em relação aos níveis da língua, deve pressupor que a análise das unidades linguísticas colocam em jogo duas propriedades simultâneas: 1^a) a propriedade das unidades de se distribuírem no mesmo nível, e de se dissociarem em outras de nível inferior (*relações distribucionais-forma*); 2^a) a propriedade das unidades de integrarem outras de um nível superior (*relações integrativas-sentido*).

Por esse viés, se a intervenção visar o fonema, os níveis merismático e lexical vão ser atingidos. De forma análoga, se o alvo for o nível da palavra, o nível fonológico e o da frase serão alcançados. Isso se considerarmos os níveis vizinhos, pois não podemos esquecer que o engendramento acontece entre todos os níveis da língua. Resulta, dessa forma, que sempre que o foco for sobre unidades de um determinado nível, os outros níveis, inferiores e superiores, com suas respectivas unidades, serão simultaneamente atingidos. Corroboram para este pensamento algumas observações clínicas.

Consideremos, a título ilustrativo, os distúrbios que se caracterizam por uma alteração de caráter fonológico, comumente designados de “desvios fonológicos”. São conhecidos, no campo da fonoaudiologia, diversos modelos⁸⁰ de terapia fonológica. Todos esses modelos,

⁸⁰ Entre esses modelos estão: *modelo de ciclos*; *modelo de pares mínimos*; *modelo de oposições máximas*; *metaphon*; etc. (cf. Mota, 2001).

com suas especificidades metodológicas, têm o objetivo de estabelecer, ou restabelecer, o padrão fonológico da língua com os pacientes em tratamento. A questão que nos toma aqui não é a de uma posição contrária, ou a favor, dos ditos modelos. O objetivo é destacar que quando se trabalha no nível do fonema, simultaneamente, se está abrangendo o nível merismático e o da palavra.

Já foi dito que os merismas são os elementos substituíveis mínimos (cf. 2.1.2) da língua. Embora possam ser identificáveis e substituíveis por outros elementos da mesma ordem, os merismas não são segmentáveis. Por esse motivo, os merismas não podem ser analisados isoladamente. Eles são identificados conjuntamente na produção do fonema, como integrantes deste nível superior. Assim, quando o enfoque visa à produção fonêmica os merismas são, simultaneamente, abordados. Não há como produzir um fonema sem os seus traços distintivos.

Encontramos nessas relações entre os níveis, uma das justificativas para as dificuldades encontradas pelos pacientes em produzir determinado fonema: os traços distintivos de um fonema, por não serem segmentáveis, são produzidos ao mesmo tempo na situação de fala. Como exemplo, podemos citar o caso de um indivíduo com *distúrbio de linguagem* causado por uma fissura labiopalatina⁸¹. Este indivíduo que, por uma insuficiência velofaríngea, não adquiriu o traço distintivo [- nasal], terá dificuldades em produzir os fonemas que contenham esse traço. Nesse caso, verifica-se que uma dificuldade de ordem fonética leva, através de uma espécie de cadeia, a alterações em todos os níveis linguísticos. Em síntese, as dificuldades articatórias dificultam a distinção dos traços distintivos, que vai interferir subsequentemente nos níveis fonológico, lexical e da frase. No final dessa cadeia pode-se ter, dependendo das particularidades do caso, enunciados “estranhos” ao interlocutor, ou seja, um discurso que não é compreendido na sua totalidade.

⁸¹ As fissuras labiopalatinas são deformidades classificadas entre o grupo das displasias, tendo como característica um erro de fusão dos processos embrionários da face. De acordo com o tipo de fissura apresentada, podemos encontrar uma gama de estruturas anatômicas prejudicadas, como palato, úvula, esfíncter velofaríngeo (EVF), mandíbula e arcada dentária. As alterações também são constatadas nos órgãos fonoarticulatórios, com problemas de tonicidade e mobilidade de músculos da língua, bochechas e lábios. Com todas essas anormalidades anatômicas e funcionais o quadro é de grandes dificuldades articatórias para os indivíduos portadores de fissura, ficando, estes, impossibilitados de produzirem a maior parte dos sons da língua.

Uma outra justificativa para os problemas encontrados pelos pacientes na produção fonêmica, mas que não se resume a ela, está nos diferentes graus de complexidade que os níveis impõem. Acreditamos que estes problemas são agravados quando a abordagem clínica incide sobre os níveis de maneira isolada. Não é raro vermos, por exemplo, em um atendimento fonoaudiológico com vistas à produção fonêmica, pacientes que até conseguem produzir o fonema isoladamente, mas não o fazem integrado à palavra (ex: paciente que produz isoladamente o fonema [k], mas no nível da palavra fala [taza]).

Em outros casos, se observam pacientes que, já conseguindo produzir um determinado fonema no nível da palavra, não têm o mesmo êxito quando o nível é o da frase. Alguns fonoaudiólogos diriam: “ele não automatizou”. Não entendemos essa dificuldade como uma questão de automatismo. Em nossa opinião, um dos aspectos envolvidos nesse problema é o fato de a palavra e de a frase pertencerem a níveis diferentes. Ao passar do nível da palavra para o da frase, a complexidade das relações entre os níveis aumenta, ou seja, as relações de oposição e de integração das unidades se mostram cada vez mais arraigadas. O ápice dessas relações está no último nível - o da frase – e quando se chega nele “transpomos um limite, entramos num novo domínio” (PLG I, p. 137).

Em síntese, o nosso trajeto até aqui se assemelha ao de Benveniste. No desenvolvimento da noção de nível de análise, Benveniste trilha um caminho até chegar, como dissemos, no ponto mais importante de sua proposta. É pela inclusão do sentido, como “idéia”, no procedimento de análise, que a frase ultrapassa o domínio da língua como sistema de signos. Como disse o linguista: “a frase, criação indefinida, é a própria vida da linguagem em ação” (idem, p. 139).

Vários outros exemplos, representando diferentes quadros de alterações, poderiam ilustrar as nossas reflexões. Contudo, julgamos que os que trouxemos são suficientes para corroborar o pensamento de que: *os distúrbios de linguagem se mostram no engendramento dos diferentes níveis da língua*. A partir da noção de nível de análise, posta em Benveniste, concluímos que abordar os níveis da língua de forma estanque é trabalhar clinicamente com uma língua-sistema. É, pois, no discurso, cuja unidade é a frase, que encontramos a linguagem.

Qual é, então, a consequência da noção de nível aqui discutida para a clínica dos distúrbios de linguagem?⁸²

O conceito de nível que discutimos implica numa noção de análise. Trata-se de uma análise que considera os níveis da língua simultaneamente implicados. Implicação essa que tem na frase o seu fundamento. É na frase que todos os níveis da língua se encontram engendrados.

Segundo Benveniste, o locutor faz uma “análise linguística” a partir da frase e no exercício do discurso. Essa afirmação deve servir para mostrar, para o fonoaudiólogo, o ponto de partida de um atendimento clínico que vise à linguagem: o discurso.

Complementando nossa reflexão, acreditamos que, para o fonoaudiólogo, a pergunta “qual é esse sentido” deve, na perspectiva aqui defendida, guiar o atendimento clínico nos casos de *distúrbio de linguagem*. Mas como analisar o sentido da frase, já que ela não tem distribuição no mesmo nível, e nem emprego em nível superior? Respondemos: a análise da frase só pode ser feita numa situação de discurso, onde a referência é à enunciação. Este é o motivo que faz da noção de análise dos níveis da língua, proposta neste segmento, um dos princípios de análise enunciativa na *clínica dos distúrbios de linguagem*.

3.3 SOBRE A FORMA E O SENTIDO NA CLÍNICA DOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM

A significação na linguagem pode ser considerada um dos problemas norteadores do estudo semiológico implementado por Benveniste. É na busca do papel da significação, como conceito operador das relações entre a linguagem e a língua que o linguista desenvolve as noções de *forma* e *sentido* (cf. 2.1.3).

Introduzimos, assim, a temática da *forma* e o *sentido*, para dizer que o problema da significação volta, nesta parte da pesquisa, a integrar nossas reflexões acerca dos *distúrbios de linguagem*. No entanto, agora, retornamos às *noções gêmeas* para pensá-las em outro campo, diferente, mas não refratário, daquele originário da teoria benvenistiana. Nessas bases, o

⁸² Isso será melhor desenvolvido no Capítulo 4, a seguir.

objetivo formulado para esta parte da tese é pensar nos termos pelos quais se dão as relações entre *forma* e *sentido* nos casos de *distúrbio de linguagem*. Ao refletirmos sobre essas relações, esperamos que os conceitos desenvolvidos por Benveniste, em especial os encontrados no texto *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966, sirvam de parâmetro para a análise dos *distúrbios de linguagem*.

Para levar a cabo o objetivo aqui proposto, é necessário, inicialmente, recorrer a algumas idéias, que sintetizam as formulações de Benveniste acerca das relações entre a *forma* e o *sentido* na linguagem. Começamos com o argumento do autor de que “todo sistema significante deve se definir por seu modo de significação” (PLG II, p. 58). Assim, Benveniste propõe que se olhe para essa relação sob dois planos distintos de significação e, sobre esses planos, faz incidir as noções de *forma* e *sentido*⁸³. A língua, tomada dessa perspectiva, compreende dois universos bem diferentes: um deles é o do repertório dos signos; o outro é o do discurso.

Esses dois modos de significância da língua – denominados de *modo semiótico* e *modo semântico* - se diferenciam, entre outros aspectos, pelas unidades que os constituem. No primeiro, a unidade é o signo, enquanto, no segundo, a unidade é a frase. Segundo Benveniste, os critérios de validade para a existência desses dois “modos de ser” da língua dependem de duas faculdades também distintas para o falante: de um lado, o signo deve ser reconhecido; de outro, o discurso deve ser compreendido.

Sobre essas faculdades Benveniste diz algo de especial interesse para esta pesquisa. Segundo ele, “nas formas patológicas, as duas faculdades estão freqüentemente dissociadas” (PLG II, p. 66). Ora, muito embora não se conheça nenhum trabalho de Benveniste voltado especificamente ao campo das “patologias de linguagem”, esse comentário do autor parece ser suficiente para justificar nossa decisão de pensar sobre as relações entre *forma* e *sentido* nos casos de *distúrbio de linguagem*. Além disso, a observação de Benveniste indica um caminho de abordagem do distúrbio: trata-se de uma questão que afeta diretamente a relação entre o semiótico e o semântico.

⁸³ Ressaltamos que os conceitos de *forma* e *sentido* trabalhados por Benveniste em *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966, não são os mesmos de *Os níveis da análise linguística*, de 1964 (cf. 2.1.2). Os textos, se tomados em cadeia, mostram uma continuidade no raciocínio de Benveniste sobre o fenômeno da enunciação, e, por isso, é aceitável que alguns termos apareçam respectivamente nos dois trabalhos. No entanto, disso não é possível concluir que se trata de conceitos sinônimos. Assim, mesmo que se reconheçam pontos de proximidade entre as noções de *forma* e de *sentido* nos dois artigos, cada qual tem a sua particularidade dentro do contexto teórico em que é desenvolvido.

E como se configuram as relações entre a *forma* e o *sentido* no *distúrbio de linguagem*? Partimos do princípio de que os *distúrbios de linguagem* se caracterizam por uma dissociação específica da isomorfia *forma/sentido*⁸⁴. Tal dissociação, sabemos, não é exclusiva dos *distúrbios de linguagem*. Ela é, também, perceptível na linguagem ordinária, visto que há muito se questiona a existência de relações biunívocas entre os elementos formais da língua e o sentido que esses elementos veiculam. As teorias linguísticas, em geral, problematizam a existência de um isomorfismo absoluto nas línguas e mesmo entre as línguas. Isso recebe diferentes configurações (e diferentes explicações) em cada teoria: são as relações entre a *forma lógica* e a *forma fonética*⁸⁵ (cf. Chomsky, 1999); as relações entre a *substância fônica* e a *substância semântica* (cf. Hjelmslev, 1975)⁸⁶; as relações entre a *sintaxe* e a *semântica* (cf. Milner, 1978)⁸⁷, entre outros. Porém, a questão que se impõe, do nosso ponto de vista, é que em casos de *distúrbios de linguagem* essa dissociação da relação *forma/sentido* tem especificidades que podem ser determinante de uma não compreensão do sentido.

A quebra da isomorfia *forma/sentido*, nesses casos, tem uma particularidade que está, como descrevemos adiante, relacionada aos aspectos de reconhecimento e de compreensão das unidades da língua.

Essa quebra específica de isomorfia é geralmente explicitada em um aspecto comum aos indivíduos que buscam o tratamento fonoaudiológico: as queixas em relação a essa fala. Tais queixas – que podem ser formuladas pelo próprio indivíduo, ou por alguém “responsável” por ele – são enunciadas de diversas formas, por exemplo: “Eu falo errado”; “Ele não fala direito”; “Ela troca letras na fala”; “Eu sou gago”; “Ele não consegue se comunicar”; “Ninguém compreende o que ele diz”; “Ela não está falando nada”; “Ninguém me entende”; etc. Inúmeras podem ser as maneiras de alguém expressar verbalmente um problema de linguagem.

⁸⁴ A esse respeito, ver: FLORES, V. (Coord.). *Enunciação e distúrbios de linguagem: níveis de análise linguística da fala sintomática*. (Relatório de Produtividade em Pesquisa – CNPq), 2010. mimeo.

⁸⁵ Em Noam Chomsky, vê-se a atualização do tema na noção de *interface* dos níveis de representação das *Descrições estruturais* (DEs). Ver o capítulo 5 de *O programa minimalista*. Caminho (Série Linguística), Lisboa, 1999.

⁸⁶ HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

⁸⁷ Cf. MILNER, J-C. *De la syntaxe à l'interprétation*. Paris : Éditions du Seuil, 1978.

O fato é que em todos os casos de *distúrbios de linguagem*, independentemente do tipo de alteração, é o uso da língua que é colocado em questão. Todos, cada um com a sua particularidade, ou refletem um problema de reconhecimento do signo, ou uma dificuldade na compreensão da “idéia”, ou ainda, refletem um problema em que ambos os aspectos estão em jogo.

E é por isso que dissemos acima que a quebra da isomorfia da *forma/sentido* é específica no caso dos *distúrbios*. Na teoria linguística geral a discussão acerca da existência, ou não, de isomorfia gira em torno ou da colocação em paralelo, termo a termo, de duas línguas – seja em função de suas estruturas semânticas, seja em função de suas estruturas gramaticais –, ou da colocação em paralelo, no interior de uma mesma língua, de sentenças faladas e sentenças escritas, ou mesmo a colocação em paralelo da semântica e a gramática de uma mesma língua. Nos *distúrbios de linguagem* defendemos que a quebra da isomorfia tem a especificidade de estar situada na relação entre o reconhecimento e a compreensão, como diria Benveniste.

Para ilustrar o que estamos dizendo, consideremos, então, algumas manifestações linguísticas bastante freqüentes na clínica e que, segundo cremos, estão ligadas ao reconhecimento e à compreensão. Casos, por exemplo, em que a palavra enunciada pelo paciente não é reconhecida enquanto signo pelo seu interlocutor e, por essa razão, acaba também não sendo compreendida.

Nesses casos, uma alteração identificada, inicialmente, em um determinado nível da língua, o lexical (cf. 3.2), desencadeia uma dificuldade de compreensão no nível da frase. Quando isso ocorre, parece haver uma espécie de cadeia ascendente, em que um problema identificado em um nível da língua afeta os outros níveis, superiores ao “originalmente” identificado. São casos em que se evidencia um agenciamento aceitável⁸⁸ de palavras no nível da frase, porém, o enunciado, ou partes dele, não é compreendido pelo interlocutor. Se considerarmos como parâmetro a relação entre *forma e sentido* nos dois planos da língua (cf. 2.1.3), temos, nesse exemplo, uma dissociação da relação *forma/sentido* no plano *semiótico*, que resulta em uma dissociação da relação *forma/sentido* no plano *semântico*. Isso é bem perceptível em casos de pacientes que apresentam alterações de ordem fonológica que – por essas alterações estarem acentuadas, tanto no aspecto quantitativo quanto no aspecto

⁸⁸ O termo “aceitável” não remete a uma noção de *aceitabilidade* advinda da gramática gerativa, nem mesmo tem relação com o que em Gramática Tradicional poderia ser associado a uso “correto”, como expressão de um juízo de valor. Empregamos o termo para nomear a presença de uma linearidade sintagmática que esteja de acordo com a expectativa interlocutiva.

qualitativo (omissões, substituições, acréscimos) – têm o entendimento do discurso prejudicado.

De maneira um pouco diferente, há casos em que a palavra enunciada pelo paciente não é reconhecida como signo pelo seu interlocutor, mas isso não impede que ela seja compreendida. Podemos citar, como exemplo, os casos em que se percebe alterações no nível fonemático da língua sem, no entanto, tais alterações impossibilitarem o entendimento do enunciado. Nesse exemplo, verifica-se que a dissociação da relação *forma/sentido* no plano *semiótico* não interfere na compreensão do discurso.

Em outros casos, observa-se que as alterações de linguagem têm a sua “origem linguística” relacionada ao nível da frase. São os casos considerados, no quadro classificatório de alguns autores da área (cf. 1.1), como os mais “graves”. Nesses, em que não há nem o reconhecimento do signo no seu papel de palavra, nem a compreensão do enunciado, não se observa um agenciamento de palavras aceitável no nível da frase. São manifestações em que também se identifica uma dissociação da relação *forma/sentido* no plano *semiótico*, assim como uma dissociação da relação *forma/sentido* no plano *semântico*. Porém, diferentemente do primeiro exemplo acima, parece não haver, neste caso, uma cadeia ascendente de afetação dos níveis. Se há uma cadeia, ela sugere um funcionamento na direção inversa, do nível da frase para os inferiores a ele. Podemos considerar aqui os casos de afasia, ou qualquer outro em que se observam as características mencionadas acima.

Esses exemplos ilustrativos são suficientes para ratificar a natureza da especificidade da dissociação da relação *forma/sentido* nos *distúrbios de linguagem*. O que se observa é que, independente do aspecto compreensivo, o *distúrbio de linguagem* é identificado em relação ao plano semiótico da língua. Quando a palavra dita pelo paciente não recebe o reconhecimento do interlocutor, se tem o que nomeamos de *distúrbio de linguagem*. Esse aspecto, como vimos, pode, ou não, gerar uma dificuldade de entendimento do enunciado.

Enfim, como os exemplos trazidos têm um caráter meramente ilustrativo, é importante lembrar que não se pretende criar aqui uma “tipologia” dos *distúrbios de linguagem*, cuja classificação levaria em conta os aspectos: reconhecimento e compreensão, ou semiótico e semântico. Tal pretensão seria totalmente descabida por dois motivos, em que o primeiro é a consequência do segundo. De um lado, é impossível descrever todas as formas de manifestação dos distúrbios de linguagem em relação à língua. Se isso fosse possível,

teríamos que mencionar todos os casos intermediários, em que, por exemplo, algumas palavras enunciadas pelo paciente são reconhecidas, enquanto signos, e outras não, ou ainda, citar aqueles em que somente partes do enunciado proferido pelo paciente são compreendidas. Uma classificação desse gênero seria pura e ignoraria a natureza *heteróclita* da linguagem, para usar um termo saussuriano. De outro lado, qualquer tipo de classificação *a priori* seria contraditório à teoria mobilizada nesta pesquisa. Na teoria de Benveniste, a língua é sempre atualizada na enunciação, em que os protagonistas do diálogo enunciam sempre de forma particular, não havendo, portanto, a possibilidade de se prever ou categorizar a linguagem.

Após essas considerações, a questão de ordem clínica que se coloca é a seguinte: em que as considerações feitas por Benveniste sobre as relações entre a *forma* e o *sentido*, podem contribuir na análise dos *distúrbios de linguagem*?

Podemos começar admitindo que o fonoaudiólogo, na *clínica dos distúrbios de linguagem*, trabalha com a *forma* linguística. Admitir isso, porém, parece uma obviedade. Afinal, como dissemos antes, é porque algo vai mal “na fala” que os pacientes procuram o atendimento fonoaudiológico. Mas e a questão do sentido? Como o sentido é considerado na clínica? Há uma reflexão sobre a relação *forma/sentido* na *clínica dos distúrbios de linguagem*?

Não é possível respondermos a contento tais indagações, sem incorrerem em generalizações que poderiam comprometer a verdade. O que podemos dizer, sem prejudicar a seriedade desta pesquisa, é que existem abordagens clínicas na fonoaudiologia que visam exclusivamente à *forma* linguística. Trata-se de uma prática “corretiva” que, segundo alguns autores (cf. 1.2), tem suas origens nas raízes pedagógica e médica da fonoaudiologia. Podemos ilustrar isso com duas passagens, extraídas de trabalhos⁸⁹ utilizados como fonte de estudo na área da fonoaudiologia, que descrevem formas de intervenção nos casos de alterações de linguagem:

A ênfase principal de cada sessão é fazer com que a criança enuncie o maior número possível de produções corretas do som estimulado em 5 a 10 palavras-estímulo, selecionadas cuidadosamente (Motta, 2001, p.48).

A palavra “chaminé” sendo mal repetida, dá lugar a parafasias. Procede-se assim, escrevendo no caderno: - você toma chá / - dó

⁸⁹ O material apresentado foi retirado do *corpus* da pesquisa realizada por Cardoso (2002).

– ré – mi / - ela é bonita, né? E agora repete-se as três: “cha-mi-né” e escreve-se a palavra inteira “chaminé”. Parece que os sons, assim situados num contexto significante, emergem mais facilmente da confusão sonora em que os afásicos parecem se debater, procurando pontos de referência que devemos tentar fornecer para eles (Tissot, 1998, p. 55).

Observa-se que as duas passagens - a primeira retirada de um livro destinado à “terapia para desvios fonológicos”, e a segunda de um livro indicado para o “tratamento fonoaudiológico em casos de afasia” - deixam transparecer um enfoque estritamente voltado para a *forma*. Nesse tipo de abordagem o foco é, exclusivamente, a palavra na sua função de signo, ou seja, a intervenção incide sobre o aspecto sonoro da palavra. Na mesma direção, a atribuição de referência pelos interlocutores, clínico e paciente, é condicionada por uma situação de repetição de palavras e de segmentos sonoros. Conclui-se, assim, que nesse tipo de abordagem, é o plano semiótico da língua que está em destaque.

De outra perspectiva, propomos uma reflexão que parta do princípio segundo o qual *forma* e *sentido* estão articulados na língua e, por isso, devem ser assim considerados na intervenção clínica nos casos de *distúrbios de linguagem*. Acrescentamos que, se há uma prioridade a ser dada em relação a uma dessas noções, essa deve ser ao *sentido*, do ponto de vista *semântico*. Como visto em Benveniste (cf. 2.1.3), o *sentido* é relativo ao âmbito da frase, ou seja, é a idéia que ela exprime. Afinal, é assim que nos comunicamos: por frases⁹⁰.

Enquanto o semiótico é separado e independente de toda a referência, no semântico a referência é ao discurso e à atitude do locutor. Isso não significa dizer que o fonoaudiólogo não deva focar a *forma* no seu trabalho clínico, pois ela, além de ser constitutiva da língua, é um elemento que deve ser considerado na intervenção dos casos de distúrbios de linguagem. Se a frase tem a função de comunicar, essa função só é realizada porque ela se vale dos signos do repertório semiótico. Assim, a língua tem uma modelagem semiótica que não pode ser desconsiderada na clínica.

⁹⁰ É sempre importante lembrar que o termo *frase* não tem, em Benveniste, o sentido de “reunião de palavras em uma estrutura sintática” ou mesmo o sentido de “estrutura sintática”. O *Dicionário de linguística da enunciação* assim define, à página 127, *frase* em Benveniste: “Unidade do discurso. A frase é a materialidade do discurso, sua variedade não tem limites, sua criação é indefinida, seu número é infinito. Com a frase passamos de um sistema para outro: da língua como sistema de signos para a língua em ação, no discurso, no modo semântico de significância da língua. A frase é a cada vez um acontecimento diferente; ela existe tão-somente no momento em que é proferida, apagando-se imediatamente. Eventualmente, Benveniste utiliza o termo frase em um sentido equivalente ao do termo enunciado”.

Dessa forma, entendemos que vale, para o fonoaudiólogo, refletir sobre a questão formulada por Benveniste: “ver como o sentido se forma em palavras” (PLG II, p. 83). Se “todo estudo semiótico consiste em identificar as unidades, descrever suas marcas distintivas e os critérios sutis da distintividade” (PLG II, p. 65), todo estudo semântico, por outro lado, não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente. O estudo semântico parte da frase, expressão semântica por excelência. Na frase, o sentido é concebido globalmente, e não através da adição de palavras. É, portanto, no semântico, através do discurso que a língua se forma em palavras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, como diz Benveniste: “Que a idéia só encontre forma num agenciamento sintagmático, esta é a condição primeira, inerente à linguagem” (PLG II, 230).

Em resumo, enfatizamos que o atendimento clínico voltado aos *distúrbios de linguagem* não pode ignorar a questão do sentido, e mais, deve priorizá-lo. Mas também dissemos que a modelagem semiótica da língua não deve ser desconsiderada. Surge, assim, uma questão fundamental para ser refletida na clínica: ao concordarmos que o semântico e o semiótico são domínios diferentes, como se pode passar do signo ao discurso?

No texto de 1969 - *A semiologia da língua* - Benveniste é enfático: “Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa”. (PLG II, p. 66). Como pensar então a articulação desses dois domínios na *clínica dos distúrbios de linguagem*?

A pergunta que fazemos aqui é semelhante a que foi feita pelo filósofo J-C Piguet, no debate que se segue a exposição do trabalho sobre *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966. Para melhor elucidar a nossa questão, reproduziremos parte da pergunta formulada por Piguet a Benveniste: “(...) Como a semiótica e a semântica podem coexistir metodologicamente, se uma é do tipo analítico e a outra de tipo global não-analítico? Qual deve ser então, finalmente o método fundamental que orienta a linguística em seu conjunto?” (PLG II, p. 239).

A pergunta de Piguet, que parte do campo da linguística, pode ser, a partir das nossas reflexões, deslocada para a *clínica dos distúrbios da linguagem*. Assim, na clínica, a questão se apresenta da seguinte maneira: se a língua comporta dois domínios diferentes – semiótico e semântico – como pensar, numa intervenção clínica, a articulação desses dois domínios?

Essa é uma questão que exige uma série de mediações, que só podem ser feitas se tomarmos o conjunto conceitual estudado até este momento. Por isso, entendemos que essa

reflexão cabe ao capítulo seguinte da tese. Por ora, respondendo a pergunta formulada nesta seção, acreditamos que as noções de *forma* e de *sentido* podem servir como operadores de análise nos casos de *distúrbio de linguagem*. É assim, que propomos que as noções de *forma* e de *sentido* façam parte dos princípios enunciativos, na análise dos *distúrbios de linguagem*.

CAPÍTULO 4

IMPLICAÇÕES DOS PRINCÍPIOS DE ANÁLISE ENUNCIATIVA NA CLÍNICA DOS DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM

Iniciamos este capítulo anunciando, ou melhor, tomados pela teoria que nos conduz, “enunciando”, que ele representa uma linha de chegada. Percorremos, até aqui, um caminho balizado por conceitos e práticas advindas de diferentes campos do saber. Esse caminho, que partiu de uma questão clínica, e passou por um trajeto teórico, parece ter o seu final nessa linha de chegada. Na verdade, se usamos a metáfora da “linha de chegada” e não a do “ponto de chegada”, mais comumente utilizada, é porque se trata de uma representação, no sentido de “ser a imagem de”, de um percurso pleno de questões que retornam com muito mais densidade para a clínica. Com isso, estamos dizendo que não se trata, propriamente, de uma chegada, mas de um retorno à clínica, o que somente é possível com uma linha, já que ela pode dobrar-se sobre si própria.

É nesta parte que as articulações teórico-clínicas, oriundas do diálogo entre a teoria da enunciação e a *clínica dos distúrbios de linguagem*, são agrupadas em torno de uma concepção de linguagem que contempla a língua, o falante e sua fala⁹¹. Entrevemos, nessa abordagem em relação à linguagem, uma vinculação à expressão de Benveniste: “O homem na língua”⁹². Segundo Flores & Teixeira (2009), esta expressão contém um princípio: “o de que se deve partir dos fatos da *parole* para atingir o sistema da *langue* e que nesta está contido o uso que aquela promove” (p. 81). Nesta pesquisa, o axioma – o homem está na língua – é desdobrado para pensarmos as relações entre linguagem-língua-fala-falante. No nosso caso, mais especificamente, o falante de que tratamos é aquele “não ideal”, aquele que desvia, de uma forma não esperada, do que é da ordem do repetível da língua.

⁹¹ Cabe ratificar aqui que utilizamos o trinômio *língua, fala e falante*, embora cada um desses termos não tenha igual peso entre si. Se *língua* e *falante* têm um estatuto propriamente teórico-metodológico em nossa reflexão, a *fala* tem, para nós, um valor mediador, de articulador mesmo, que poderíamos inclusive chamá-lo de empírico, pois é na *fala* que vemos a *língua* e o *falante* articulados.

⁹² A expressão “O homem na língua” é usada por Benveniste para nomear a quinta parte dos dois tomos: Problemas de linguística geral I e II. Flores; Teixeira (2009), chamam à atenção para o fato de que Benveniste, no prefácio do Problemas I, se referiu a tal parte como “O homem na linguagem”. Esse “engano”, segundo os autores, não foi por acaso. Ele sugere que as noções de língua e de linguagem, juntamente com a de línguas, estão no mesmo patamar de interesse para Benveniste.

É neste segmento, também, que os desdobramentos, mencionados na introdução do primeiro capítulo, aparecem de uma forma mais conclusiva. Assim, as questões que foram abordadas separadamente no capítulo anterior, e outras que foram endereçadas para esta parte do trabalho, agora, são refletidas sob um articulador teórico: a enunciação.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é refletir sobre as implicações dos princípios de análise enunciativa no atendimento clínico de casos de *distúrbio de linguagem*. De acordo com esse objetivo, optamos por um caminho que inicia pelas considerações relativas ao *distúrbio de linguagem* e, na sequência, prossegue com a abordagem dos aspectos referentes aos princípios de análise enunciativa.

No primeiro capítulo desta pesquisa (cf. 1.1) enfatizamos a disparidade no tratamento do tema *distúrbios de linguagem* que, no terreno da fonoaudiologia, se mostra por sistemas de nomeação e de classificação diversos. Entre os itens que corroboram para essa disparidade citamos o fato de não existir, de forma geral, uma preocupação quanto à definição do conceito de linguagem na clínica. Isso nos levou a concluir que não há uma reflexão em torno do entendimento do que seja linguagem no campo dos distúrbios de linguagem (cf. 1.3)

Entendemos que essa reflexão é importante para o campo da fonoaudiologia, pois, em nossa opinião, é ela que vai definir uma abordagem em relação aos *distúrbios de linguagem*. Por esse motivo, achamos importante precisar o que significa o sintagma *distúrbio de linguagem* neste estudo. Para isso, será necessário o esclarecimento dos dois termos – linguagem e distúrbio – empregados no sintagma *distúrbio de linguagem*.

De nossa parte, sustentamos, a partir dos pressupostos da teoria benvenistiana (cf. 2), que a noção de linguagem, no sintagma *distúrbio de linguagem* desta pesquisa, prevê a intersubjetividade como fundamento para o exercício da língua. Nessa acepção, onde a linguagem é a condição da língua, o locutor tem lugar, pois é ele que, por um ato de apropriação⁹³, faz da língua-sistema a língua-discurso. O locutor, assim, transforma a língua em discurso por uma relação de alteridade com o outro. Trata-se, portanto, de uma noção de linguagem que articula língua, fala e falante sob o prisma da enunciação.

Por outro lado, sobre a noção de distúrbio, no sintagma *distúrbio de linguagem*, não custa lembrar que a nossa opinião é contrária a uma concepção patológica do termo (cf. 1.1),

⁹³ Segundo Flores (2010) o “ato de apropriação” ao qual se refere Benveniste deve ser entendido como sentido de “ação de tornar [algo] próprio ao uso”.

no sentido de doença. Nossa opinião é de que o distúrbio é uma forma singular do falante se marcar na língua, com a ressalva de que, para ele, é, pelo menos inicialmente, a única forma possível da linguagem.

Ao prosseguirmos as nossas considerações sobre o *distúrbio de linguagem*, dissemos antes que o seu entendimento deve ser procurado na relação língua-fala-falante (cf. 3). Melhor lembrando, o indivíduo que busca atendimento fonoaudiológico o faz diante da constatação de que algo não vai bem na sua fala, seja pelo estranhamento que ela causa ao interlocutor, seja pelos problemas de compreensão que interferem no processo de comunicação. Foi assim que destacamos que uma alteração identificada em um determinado nível da língua afeta simultaneamente os outros níveis (cf. 3.2). A essa implicação entre os níveis da língua associam-se as relações de *forma* e *sentido*, onde, por exemplo, a palavra enunciada pelo paciente, dependendo da sua *forma*, pode inviabilizar o *sentido* de todo um enunciado (cf. 3.3). Essas observações nos permitem, em termos conclusivos, atestar dois fatos: o distúrbio se mostra na fala, ou, na sintagmação da língua; o distúrbio se marca transversalmente à linguagem.

Com base no que foi dito acima, defendemos que a análise dos *distúrbios de linguagem* não pode isolar o distúrbio de todos os componentes que participam da cadeia da fala. E aqui incluímos, além dos aspectos já mencionados - relação mútua entre os níveis da língua; relação *forma/sentido*; relações de intersubjetividade - todos os outros⁹⁴ que, por falta de espaço, e por fugirem ao escopo teórico desta pesquisa, não foram referidos. O que queremos ressaltar é que um *distúrbio de linguagem* não se restringe a uma alteração de um determinado nível da língua, ou de um aspecto articulatorio, ou de fluência, ou a qualquer outro isoladamente. É pelo fato de o distúrbio se marcar transversalmente na linguagem, que a sua análise implica, incondicionalmente, as relações entre língua-fala-falante.

Após as considerações relativas ao *distúrbio de linguagem*, abordamos, tal como anunciado acima, os aspectos referentes aos princípios de análise enunciativa.

Dissemos, na introdução do capítulo anterior, que a justificativa para a separação dos aspectos enunciativos, considerados na elaboração dos princípios de análise, foi uma exigência metodológica imposta pelo objetivo primeiro desta tese: a elaboração de princípios

⁹⁴ Entre eles podemos citar os aspectos da fluência, de estruturas anatômicas relacionadas ao processo de articulação, etc.

de análise de linguagem que subsidiem o fonoaudiólogo em sua atuação na *clínica dos distúrbios de linguagem*. No entanto, também enfatizamos que, neste capítulo, as questões discutidas anteriormente seriam retomadas, de forma conjunta, pelo viés de uma concepção de linguagem própria para os *distúrbios de linguagem*. Retornemos, então, a esse ponto.

Em primeiro lugar, gostaríamos de salientar que os princípios de análise enunciativa a serem considerados na clínica estão unidos por um conceito balizador deste capítulo e, de uma forma geral, desta pesquisa: a enunciação. Com isso, ressaltamos que as relações de intersubjetividade, representadas pela tríade *eu-tu/ele*, os níveis de análise da língua e as relações *forma/sentido* são princípios de análise de linguagem que são engrenados na e pela enunciação.

É assim que, embasados nos pressupostos benvenistianos sobre a enunciação, e na noção de linguagem que ela implica, formulamos uma proposição, com valor axiomático, que fundamenta a nossa reflexão sobre os princípios de análise no atendimento de casos de *distúrbio de linguagem*: a enunciação é transversal à linguagem. Abaixo esclareceremos essa proposição, relacionando-a aos aspectos clínicos que envolvem os princípios de análise enunciativa propostos nesta tese.

A nossa idéia de que há uma transversalidade da enunciação em relação à linguagem, se aproxima do conceito de *transversalidade enunciativa* proposto por Flores (2009; 2010). O autor, ao entender que o *aparelho formal da enunciação* é constitutivo da língua, conclui, de uma forma original, que todo e qualquer fenômeno linguístico carrega em si a potencialidade de um estudo em termos de enunciação. É, assim, que Flores (op. cit.) defende a existência de uma *transversalidade enunciativa* em relação à língua, que se apresenta como uma relação específica de *forma* e de *sentido* no engendramento dos níveis da língua. Em linhas gerais, a transversalidade proposta por Flores (op. cit.) exclui a possibilidade de pensar a língua como uma organização cujos níveis se apresentam como “camadas” sobrepostas, para pensá-la como um todo perpassado pela enunciação.

Nessa direção, deslocamos o conceito de transversalidade de Flores (op. cit.) para propor uma transversalidade enunciativa na linguagem. Complementamos a idéia do autor nos seguintes termos: se há uma transversalidade enunciativa na língua, é porque existe uma transversalidade enunciativa na linguagem.

Chamamos a atenção para o fato de que as questões discutidas até este momento resultam na seguinte correlação: o *distúrbio de linguagem* e a enunciação se mostram transversalmente à linguagem. Sob o ponto de vista teórico-clínico, essa correlação nos possibilita argumentar que os princípios enunciativos, formulados neste estudo, constituem parâmetros importantes na análise de linguagem nos casos de *distúrbio de linguagem*.

Esses princípios, tomados no conjunto, mostram um *funcionamento linguístico-enunciativo* que, assim como o *aparelho formal da enunciação*, está em constante movimento no aqui-agora do diálogo. A noção de *funcionamento linguístico-enunciativo* envolve uma série de elementos a serem considerados na análise e, conseqüentemente, na intervenção dos casos de *distúrbio de linguagem*.

O que estamos nomeando de *funcionamento linguístico-enunciativo* diz respeito ao funcionamento observado na estrutura do diálogo, quando a língua é posta em ação pelo locutor. Por ser observado na estrutura do diálogo é que esse funcionamento inclui os elementos que nela participam. Assim, os participantes do diálogo, o tempo e a língua estão em constante movimento a cada enunciação nova. Se considerarmos a cena clínica, cada vez que o falante, fonoaudiólogo ou paciente, enuncia, estabelece um *funcionamento linguístico-enunciativo* particular. É através desse *funcionamento linguístico-enunciativo* que os princípios de análise são observados na clínica.

Julgamos importante destacar que na noção de análise que apresentamos – em que os princípios de análise são observados em um *funcionamento linguístico-enunciativo* específico – há um aspecto relevante em termos clínicos: não só o que o paciente diz é passível de análise, mas também o que é enunciado pelo clínico. Por esse viés, a análise não se resume a uma descrição de formas linguísticas ou à identificação do distúrbio num determinado nível da língua. Na perspectiva aqui assumida, a análise vai considerar, além dos componentes linguísticos envolvidos, as relações de implicação entre os enunciados proferidos pelos interlocutores que participam do diálogo.

Com o que foi dito até esse ponto, acreditamos ser possível refletir sobre a questão endereçada no final do item anterior (3.3). Retomemo-la: se a língua comporta dois domínios diferentes – o semiótico e o semântico – como pensar, numa intervenção clínica, a articulação desses dois domínios?

A nossa reflexão sobre essa questão está embasada na interdependência de dois pressupostos: a) O *aparelho formal da enunciação* é constitutivo da língua; b) enunciar é assumir uma posição na linguagem.

Em relação ao primeiro pressuposto é necessário que voltemos, brevemente, a alguns tópicos já discutidos sobre o *aparelho formal da enunciação*. Vimos que o quadro figurativo da enunciação se apresenta na estrutura do diálogo, onde as trocas discursivas entre os parceiros são alicerçadas sob uma relação de intersubjetividade. Nessa estrutura, em que o locutor se destaca, uma série de elementos possibilita que o *aparelho formal da enunciação* se renove a cada instância de uso da língua. Elementos como o próprio locutor, o alocutário, o tempo e a língua participam desse mecanismo de referenciação sempre único. No entanto, é a própria língua que faz com que o aparelho formal seja a origem, e o reflexo da estrutura enunciativa. Dizendo de outra forma, o *aparelho formal da enunciação*, quando usado, faz emergir todos os elementos que integram a enunciação, por outro lado, é a língua que fornece as condições para que este aparelho se mostre em toda a sua plenitude. É essa característica que faz com que o *aparelho formal da enunciação* se confunda com a própria língua (cf. 2.2).

A partir dessas considerações, entendemos que a noção de *aparelho formal da enunciação*, em Benveniste, dissolve a visão dicotômica da língua. Ao propor que a língua é constituída por um sistema de referenciação que é regido pelo processo de enunciação, o autor submete tanto os signos plenos como as unidades vazias ao centro de referência enunciativo. Por esse prisma, língua e fala são articuladas no discurso. Essa articulação se dá na frase, unidade do discurso, onde os dois domínios da língua – semiótico e semântico - se entrelaçam. Em outras palavras, é na frase que a significância do discurso engloba a significância do signo. Por isso, enfatizamos que o ponto de partida do fonoaudiólogo, no atendimento de casos de *distúrbio de linguagem*, deve ser o da frase, como o lugar da expressão do sentido. É ela que possibilita aos parceiros do diálogo, fonoaudiólogo e paciente, a atribuição de referência e co-referência.

O segundo pressuposto está relacionado a um dos princípios enunciativos de análise formulados nesta tese. Para nós, do ponto de vista clínico, o princípio que trata das relações de intersubjetividade (cf. 3.1) é o primeiro a ser considerado na instância clínica. Por ser o principal, é a partir desse princípio, representado pela tríade *eu-tu/ele*, que os outros dois – noção de nível de análise e relação *forma/sentido* – têm a sua importância.

O que queremos ressaltar é que o fundamental, no atendimento clínico, é que o fonoaudiólogo leve em conta a condição de enunciador do paciente. Uma condição que lhe permita atribuir referência e não o exclua do campo da comunicação intersubjetiva. Para que isso aconteça, o *distúrbio de linguagem*, ao invés de ser tratado como um problema de ordem meramente linguística, tem que ser entendido como uma apropriação singular da língua pelo paciente.

Em síntese, é através da correlação desses dois pressupostos – *o aparelho formal da enunciação é constitutivo da língua; enunciar é assumir uma posição na linguagem* - que a intervenção do fonoaudiólogo articulará a semântica da língua à semântica do discurso. Em nossa opinião, cabe ao fonoaudiólogo intervir clinicamente, com relação ao *distúrbio de linguagem*, sem impelir ao paciente uma condição enunciativa de inapto frente à linguagem. Na cena clínica, a pergunta “qual é esse sentido?” (cf. 3.2) deve estar associada à outra: Que posição o paciente ocupa na estrutura enunciativa da linguagem?

Para isso, é necessário que o fonoaudiólogo reflita sobre a sua clínica, a partir de uma noção de linguagem refratária à idéia de *instrumento da comunicação*. Uma concepção de linguagem que releve a posição do falante deve estar articulada a uma noção semântica de língua, o que o possibilita enunciar para outrem e, assim, construir um lugar na estrutura intersubjetiva. Aqui, vale citar Dufour (2000), que nos lembra: “Falar é, em primeiro lugar, falar segundo a autoridade da fala” (p. 81).

É assim que, sob o conceito de enunciação, buscamos refletir sobre as implicações dos princípios de análise enunciativa no atendimento clínico de casos de *distúrbio de linguagem*. Para nós, os princípios elaborados nesta tese têm o papel de operadores na análise de linguagem, na *clínica dos distúrbios de linguagem*. Com a formulação desses princípios, esperamos contribuir para as instâncias de avaliação, diagnóstico, e tratamento na clínica.

Como contribuição teórica, este estudo se integra ao grupo de pesquisas (cf. 1.3) que discute as relações entre dois campos: o dos distúrbios de linguagem, e o da Linguística da Enunciação. O percurso deste trabalho, diferente de outros, parte de uma questão clínica. E assim como ele parte da clínica, à clínica ele retorna.

No entanto, mesmo partindo e retornando à clínica, o retorno traz uma particularidade que merece ser observada. Se a origem de nossas questões foi o *distúrbio de linguagem*, o ponto de chegada foi o falante. Foi por este itinerário, mapeado pela enunciação, que

refletimos sobre as relações que associam o distúrbio ao falante, e sobre quais as consequências, na clínica, da relevância dessa associação para o fonoaudiólogo.

Por essa razão, entendemos que este estudo trata de uma *forma complexa do discurso*, para usar uma expressão de Benveniste. Recordemos as palavras do autor no final do artigo *O aparelho formal da enunciação*: “Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (PLG II, p.90). É dessa maneira que finalizamos este trabalho, dizendo que ele está aberto para que outros caminhos, a partir deste, sejam trilhados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos o fim deste trabalho anunciando que as considerações que nele apresentamos, não trazem nenhuma reflexão verdadeiramente nova ao conjunto da pesquisa. As articulações teórico-clínicas resultantes da interlocução entre os campos da teoria da enunciação de Émile Benveniste e a *clínica dos distúrbios de linguagem* estão presentes no capítulo que tratou das implicações dos princípios de análise enunciativa na *clínica dos distúrbios de linguagem*. Dessa forma, o conteúdo expresso neste item diz respeito mais a uma necessidade de caráter formal, do que propriamente a um acréscimo de algum elemento inédito em relação ao teor da tese, tomada em seu conjunto.

Ao elegermos como tema a *análise de linguagem dos distúrbios de linguagem na clínica*, formulamos a hipótese de que a atuação do fonoaudiólogo, na *clínica dos distúrbios de linguagem*, precisa ser subsidiada por uma análise de linguagem que considere, simultaneamente, a repetibilidade do sistema da língua e a singularidade da fala do falante. Para que essa hipótese se confirmasse, foi necessário dar lugar a um dos objetivos propostos nesta pesquisa: desenvolver, com base na teoria enunciativa de Benveniste, uma concepção de linguagem que articule língua-fala-falante na análise de linguagem, em casos de *distúrbio de linguagem*. Assim, o caminho escolhido para dar conta das questões apontadas acima obedeceu a uma direção particular.

Traçamos um percurso de leitura que iniciou com a discussão de problemas referentes ao campo da fonoaudiologia, prosseguiu com a fundamentação teórica da pesquisa e chegou, ao seu final, com os desdobramentos teórico-clínicos que resultaram da articulação entre o campo dos *distúrbios de linguagem* e o da teoria da enunciação. Durante esse percurso, discutimos o problema da conceituação dos distúrbios de linguagem, e o das diferentes noções de linguagem que circulam no meio fonoaudiológico (cf. 1.1; 1.2). Na seqüência, apresentamos as principais idéias de trabalhos que, assim como o nosso, estabelecem um diálogo entre o campo dos *distúrbios de linguagem* e a Linguística da Enunciação (cf. 1.3).

Para alcançarmos o objetivo de construir uma noção de linguagem condizente com o campo dos *distúrbios de linguagem*, imprimimos uma leitura singular da teoria enunciativa desenvolvida por Émile Benveniste. Nessa leitura, selecionamos os aspectos de uma concepção enunciativa de linguagem, que foram representados pelos seguintes temas: a

intersubjetividade na linguagem (cf. 2.1.1); os níveis da análise linguística (2.1.2); e a *forma* e o *sentido* na linguagem (cf. 2.1.2). Com base nesses aspectos enunciativos, formulamos os princípios de análise enunciativa a serem considerados no atendimento de casos de distúrbios de linguagem (cf. 3).

Os princípios elaborados têm a função de servirem como operadores na análise de linguagem. Eles constituem uma noção de análise de linguagem que não dissocia o trinômio língua-fala-falante. Por esse motivo, entendemos que os princípios de análise enunciativos podem subsidiar o fonoaudiólogo em sua atuação clínica frente aos casos de *distúrbio de linguagem*. Esses princípios, tomados no conjunto, mostram um *funcionamento linguístico-enunciativo* que, assim como o *aparelho formal da enunciação*, está em constante movimento no aqui-agora do diálogo. O que designamos de *funcionamento linguístico-enunciativo* representa o funcionamento observado na estrutura do diálogo e, por isso, inclui os elementos que nela participam (cf. 4).

Ressaltamos que o suporte para essas reflexões está numa noção de linguagem cuja propriedade fundamental não é reduzida à expressão do pensamento. A noção de linguagem reivindicada neste estudo comporta, na sua natureza, o fundamento da intersubjetividade. Uma noção de linguagem que, a partir de uma perspectiva que releve a enunciação, inclui o falante no sistema da língua.

Foi por esse itinerário que conduzimos nossas reflexões acerca do papel do fonoaudiólogo na análise de linguagem dos *distúrbios de linguagem*. Um itinerário que iniciou por uma questão clínica: o distúrbio de linguagem, e que, chega, ou melhor, retorna para a clínica. Porém, neste retorno, incluímos o falante na análise de linguagem na clínica.

Ao finalizarmos este trabalho, somos tentados a fazer mais um deslocamento no pensamento de Benveniste. O autor, em *Os níveis da análise linguística*, diz que o linguista tenta reconhecer os níveis da análise partindo das unidades elementares, e fixando na frase o nível último. Considerando esse raciocínio, entendemos que o fonoaudiólogo deve ser levado por uma operação inversa: deve fazer um início de análise *de linguagem* a partir do sentido do discurso. É aí que se encontra o falante.

BIBLIOGRAFIA

- AIMARD, P. *A linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986
- ARANTES, L. O fonoaudiólogo, este aprendiz de feiticeiro. In: LIER- DE VITTO (org.) *Fonoaudiologia: no sentido da linguagem*. São Paulo: Cortez, 1997
- ARESI, F. & FLORES, V.N. O funcionamento enunciativo enunciativo do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. In: *Calidoscópio*. São Leopoldo/RS: vol. 6, n.2 (p. 86-95), 2008.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Ces mots quin e vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 1995.
- BARBOSA, L.M.G. & CHIARI, M. *Gagueira: etiologia, prevenção e tratamento*. São Paulo: Pró-fono, 1998.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Pontes, 1991.
- _____. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989
- BOONE, D. & PLANTE, E. *Comunicação humana e seus distúrbios*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- CAPPELLETTI, I. *A Fonoaudiologia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1985.
- CARDOSO, J.L. *Dialogismo e Fonoaudiologia: a intersubjetividade na clínica*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2002.
- CARDOSO, J.L.; OLIVEIRA, F. Particularidades do sintoma da fala: apresentação de casos clínicos. In: LAMPRECHT, R. (org.) *Cadernos de pesquisa linguística*. Porto Alegre: v. 1, n.1, PUCRS, 2005.
- CHEVRIE-MULLER, C. & NARBONA, J. *A linguagem da criança. Aspectos normais e patológicos*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CHOMSKY, N. (1965). *Aspectos da teoria da sintaxe*. Coimbra: Armênio Amado, 1965.
- _____. (1968). *Linguagem e pensamento*. Petrópolis /RJ: Vozes, 1971.
- DUFOUR, D.R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

- FERNANDES, E. Teorias de aquisição da linguagem. In: GOLDFELD, M. (org.) *Fundamentos em fonoaudiologia – linguagem*. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1998.
- FLORES, V.N. *Linguística e psicanálise*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- _____. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: v.36, nº 4, (p.7-67), 2001.
- _____. Benveniste e o sintoma de linguagem: a enunciação do homem na língua. In: *Letras. Émile Benveniste: Interfaces – enunciação e discursos*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM. Santa Maria/RS: nº 33, (p. 99-118), 2006.
- _____. Sujeito da enunciação e/ou sujeito do enunciado? Exterioridade e interioridade teórica no campo da linguística da enunciação. In: Carmen Lúcia Barreto Matzenauer; Ana Ruth Moresco Miranda; Ingrid Finger; Luís Isaias Centeno do Amaral. (Org.). *Estudos da linguagem VII círculo de estudos linguísticos do sul*. 1 ed. Pelotas/ RS: EDUCAT, v. 1, (p. 200-220), 2008.
- _____. A enunciação e os níveis de análise linguística em dados de distúrbios de linguagem. In: *Organon*. Revista do Instituto de Letras da UFRGS. Porto Alegre: nº 46, v.23 (p. 177-189), 2009.
- _____. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. In: COLLISSCHONN, G. e BATTISTI, E. (Orgs.) *Estudos da linguagem. Perspectivas de investigação, 2010*, no prelo.
- _____. *Enunciação e distúrbios de linguagem: sobre níveis de análise da fala sintomática*. Porto Alegre: Relatório de projeto de pesquisa (Processo PQ - CNPq 303327/2007-3), 2010. mimeo.
- FLORES, V.N.; BARBISAN, L.; FINATTO, M.J.; TEIXEIRA, M.; *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, V.N. & KUHN, T. *Sobre a forma e o sentido na linguagem: enunciação e aspectos metodológicos de estudo da fala sintomática*. Trabalho apresentado no VII Encontro de Aquisição de Linguagem, PUC-RS, 2006.
- FLORES, V.N.; SILVA, S.; LICHTENBERG, S.; WEIGERT, T. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FLORES, V.N.; SURREAUX, L.; KUHN, T. Enunciação e sintoma de linguagem: um estudo sobre as relações metafóricas e metonímicas. In: *Calidoscópico*. São Leopoldo/RS: UNISINOS. Vol. 3, n.2 (p. 110-117), 2005.

- FLORES, V.N. & TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. Saussure, Benveniste e a teoria do valor: do valor e do homem da língua. In: *Letras & Letras*. Uberlândia 25 (1) (p. 73-84), 2009.
- FOUCAULT, M. *O Nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- JAKUBOVICZ, R. & MEINBERG, R. *Introdução à afasia – Elementos para Diagnóstico e terapia*. Rio de Janeiro: Revinter, 1992.
- KUHN, T.Z. Enunciação e sintoma de linguagem: por um estudo sobre a construção da co-referência em casos de retardo de linguagem. In: *Organon* (UFRGS), v. 20, nº 40-41 (p. 179-214), 2006
- _____. Princípios de análise enunciativa de fatos de língua. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2009.
- LEMOS, C. T. *Sobre a aquisição da linguagem e seu dilema (pecado) original*. Boletim da ABRALIN, nº 3, 1982.
- _____. *Interacionismo e aquisição da linguagem*. D.E.L.T.A., v.2, nº 2, 1986
- _____. Sobre o “Interacionismo”. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: nº 3, setembro, 1999.
- LIER-DE VITTO, M. F. Novas contribuições da linguística para a fonoaudiologia. In: *Distúrbios da comunicação*. São Paulo: v.7, n.2, (p. 163-171), 1995.
- _____. Sobre o sintoma – déficit de linguagem, efeito da fala no outro, ou ainda...? In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: V.36, nº 3, (p.245-251), 2001.
- LÖWE, R.J. *Fonologia – Avaliação e intervenção: aplicações na patologia da fala*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- MOTA, H. B. *Terapia fonoaudiológica para os desvios fonológicos*. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
- NETO, F. L. *O início da prática fonoaudiológica na cidade de São Paulo – seus determinantes históricos e sociais*. Programa de Distúrbios da Comunicação, PUC – São Paulo: 1988. Dissertação de Mestrado.
- NORMAND, C. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S.; PARLATO, E.; RABELLO, S. *O falar da linguagem*. São Paulo: Editora Lovise, 1996.
- _____. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

- OLIVEIRA, F. OLIVEIRA, F. *Por uma terapêutica fonoaudiológica: os efeitos do discurso médico e do discurso pedagógico na constituição do discurso fonoaudiológico*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2002.
- _____. Por uma concepção enunciativa da clínica dos distúrbios da fluência: gagueira e enunciação. In: GRAÑA, C. (org.) *Quando a fala falta. Fonoaudiologia, linguística e psicanálise*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2008.
- PIAGET, J. (1946). *A formação do símbolo na criança. Imitação, Jogo e Sonho, Imagem e Representação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- _____. (1923). *A linguagem e o pensamento da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. (1970) *Epistemologia genética*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- QUINET, A. *A descoberta do inconsciente – do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- SCARPA, M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. (orgs.) *Introdução à linguística e fronteiras II*. São Paulo: Cortez, 2001
- SURREAUX, L.M. *Discurso fonoaudiológico: uma reflexão sobre sujeito, sentido e silêncio*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2000.
- _____. *Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: IL/UFRGS, 2006.
- TISSOT, A. *Reeducação do adulto afásico*. São Paulo: Roca, 1998.
- TROIS, J.F. Algumas considerações sobre a clínica-de-linguagem e o sintoma na linguagem. In: GRAÑA, C. (org.) *Quando a fala falta. Fonoaudiologia, linguística e psicanálise*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2008.
- VORCARO, A. *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- VYGOTSKY, L. S. (1934) *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- ZORZI, J. *Aquisição da linguagem infantil: desenvolvimento, alterações e terapia*. São Paulo: Pancast, 1996.
- _____. Diferenciando alterações da fala e da linguagem. In: MARCHEZAN, I. *Fundamentos em fonoaudiologia – aspectos clínicos da motricidade oral*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.

_____. *A intervenção fonoaudiológica nas alterações da linguagem infantil*. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.